



Universidade de Aveiro
Ano 2021

**VANESSA PATRÍCIA
ASSUNÇÃO COSTA**

**A VISÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOBRE
OS INCÊNDIOS RURAIS DE 2017: ANÁLISE
COMPARATIVA DOS JORNAIS CORREIO DA
MANHÃ E PÚBLICO**



Universidade de Aveiro

Ano 2021

**VANESSA PATRÍCIA
ASSUNÇÃO COSTA**

**A VISÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOBRE
OS INCÊNDIOS RURAIS DE 2017: ANÁLISE
COMPARATIVA DOS JORNAIS CORREIO DA
MANHÃ E PÚBLICO**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planeamento Regional e Urbano, realizada sob a orientação científica da Doutora Elisabete Maria Melo Figueiredo, Professor Associado com Agregação do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro e co-orientação da Doutora Sandra Valente, Investigadora do Departamento de Ambiente e Ordenamento.

*“A persistência é o menor caminho do êxito.”
Charles Chaplin*

o júri

presidente

Prof. Doutor Fernando Manuel Martins Nogueira
Professor auxiliar da Universidade de Aveiro

Doutora Cristina Maria da Silva Ribeiro Barbosa
Bolsista de Investigação, Universidade de Aveiro

Professora Doutora Elisabete Maria Melo Figueiredo
Professora Associada C/ Agregação, Universidade de Aveiro

agradecimentos

Num trabalho como este, conta-se, inevitavelmente com o apoio de algumas pessoas, sem as quais não seria possível a sua concretização. Desde já, a todas elas, um profundo e enorme obrigada.

À professora Elisabete Figueiredo e à professora Sandra Valente por terem aceitado orientar e co-orientar (respetivamente) a minha dissertação de mestrado, revelando sempre muito cuidado, disponibilidade e atenção. Os seus conselhos e sugestões assim como o apoio e ânimo constantes foram fulcrais para o resultado final obtido.

À Universidade de Aveiro e respetivos docentes da Licenciatura em Turismo e do Mestrado em Planeamento Regional e Urbano que tanto me ensinaram ao longo destes anos a vários níveis, tanto académico como profissional e pessoal. Aos meus pais por todo o apoio que me deram ao longo de vinte e quatro anos. Pelo suporte incansável, por me terem aturado ao falar constantemente no mesmo assunto e por serem os maiores pilares da minha vida.

E, por fim, às minhas amigas Diana e Catarina por toda a paciência, dedicação e constante motivação, onde nunca me deixaram fraquejar. São anos de amizade, em que já tantas fases passámos e sempre estivemos presentes na vida umas das outras.

palavras-chave

Incêndios Rurais, Fogo, Floresta, Portugal, Política, Meios de Comunicação, Análise de Conteúdo.

resumo

Os incêndios rurais são perturbações nos ecossistemas que se foram tornando mais frequentes e intensas com a chegada das estações secas. Ao longo dos anos têm induzido diversas transformações no uso do solo, alterando a paisagem e fazendo acentuar os impactos ambientais, económicos e sociais. É notória a tendência pela procura de sucessivas políticas e medidas implementadas com o objetivo de reduzir a dimensão de área ardida e o número de ocorrências, devido ao clima mediterrânico associado a uma série de fatores biofísicos, socioeconómicos e políticos. A partir dos anos 2000, a temática do ambiente adquiriu maior notoriedade no mundo mediático. É através dos meios de comunicação que a sociedade tem criado opiniões e perspetivas diversas face a esta realidade social.

A presente dissertação tem como tema de fundo o estudo da problemática dos incêndios rurais ligada ao modo como os meios de comunicação noticiaram estes fenómenos em 2017. O objetivo desta dissertação pretende analisar como é os meios de comunicação social abordaram os incêndios catastróficos de 2017, quais os assuntos mais abordados e a sua distribuição temporal.

Posteriormente a uma revisão bibliográfica onde são avaliados, nos últimos anos, a evolução nas transformações do uso do solo, as causas e consequências dos incêndios, a sua evolução e as políticas públicas adotadas, bem como a transformação dos acontecimentos em notícia e a recolha noticiosa, procedeu-se à análise de conteúdo das notícias, publicadas nos jornais portugueses – Público e Correio da Manhã- durante o ano de 2017 dividida em duas partes fundamentais: a análise geral e análise temporal dos dois jornais (antes de junho, entre junho e outubro e depois de outubro).

Perante esta análise é visível um maior número de notícias por parte do Correio da Manhã do que do Público. Ambos reportam as notícias durante o fogo e em que as principais causas são diretas naturais. No entanto, a maneira como abordam as notícias são distintas. O Correio da Manhã de uma forma mais genérica e em constante atualização ao minuto, mesmo que esta implique uma repetição de conteúdo e o jornal Público de uma forma mais aprofundada, fazendo com que uma notícia consiga abranger diversos temas em simultâneo.

keywords

Rural Fires, Fire, Forest, Portugal, Politics, Media, Content Analysis

abstract

Rural wildfires are disturbances in the ecosystems that have become more frequent and intense with the arrival of dry seasons. Over the years, they have induced several land use changes, transforming the landscape and aggravating environmental, economic and social impacts. The trend towards the search for successive policies and measures implemented in order to reduce the burnt area and the number of occurrences is notorious, due to the Mediterranean climate associated with a series of biophysical socioeconomic and political factors. From the 2000s, the environment theme increased its presence in the media world. It is through the media that society has created diverse opinions and perspectives in the face of this social reality. This dissertation focus on the rural wildfires problems related to the way media reported the 2017's wildfires. The goal of this dissertation is to analyse how the media reported the catastrophic wildfires of 2017, what were the most discussed subjects and their temporal distribution. After a literature review, analysing the evolution in the land use changes, the causes and consequences of fires, their evolution and the adopted public policies, as well as the transformation of events into news and news collection, a content analysis of the collected news is performed. News from the newspapers - Público and Correio da Manhã- were collected for 2017 and the analysis was divided into two fundamental parts: the general analysis and temporal analysis of the two newspapers (before June, between June and October and after October).

In view of this analysis, more news is visible from the Correio da Manhã than from the Público. Both report the news during the fire and in which the main causes are direct natural. However, the way they approach the news is different. The Correio da Manhã in a more generic way and in constant update to the minute, even if this implies a repetition of content and the newspaper Público in a deeper way, making that a news can cover several subjects simultaneously.

Índice

Índice de Figuras	10
Índice de Tabelas	10
Capítulo 1. Introdução	15
Capítulo 2. Os incêndios em Portugal.....	17
2.1. As transformações no uso do solo nos territórios de baixa densidade em Portugal e a questão dos incêndios florestais	18
2.2. Evolução do número de ignições e área ardida	26
2.3. Causas dos incêndios	30
2.4. Consequências dos incêndios	32
2.4.1. Consequências Ambientais	32
2.4.2. Consequências Socioeconómicas	33
2.5. Enquadramento institucional e políticas	34
Capítulo 3. Os meios de comunicação e a informação sobre os incêndios	39
3.1. Transformação dos acontecimentos em notícia	41
3.2. Método de seleção das notícias	44
Capítulo 4. Metodologia e Caso de Estudo.....	46
Capítulo 5. Análise dos resultados	49
5.1. Análise geral das Notícias no Correio da Manhã e no Público	49
5.2. Análise das Notícias por período temporal, no Correio da Manhã e no Público	73
5.2.1. Antes de junho	73
5.2.2. Entre junho e outubro	91
5.2.3. Depois de outubro	114
Capítulo 6. Principais conclusões e Limitações	132
6.1. Principais Conclusões	132
6.2. Limitações	136
Capítulo 7. Referências Bibliográficas.....	137
Anexos.....	145
Anexo I- Contabilização das notícias por palavra e total do Jornal Correio da Manhã e do Jornal Público	Erro! Marcador não definido.
Anexo II- Análise Primária das notícias do Jornal Correio da Manhã em 2017	

Índice de Figuras

Figura 1- Evolução do uso e ocupação do solo nos períodos de 1995, 2007, 2010 E 2018	22
Figura 2- Tipologias de rural e caracterização a nível nacional	24
Figura 3- Tipologias de espécies e caracterização a nível nacional	26
Figura 4- Evolução do número de ocorrências e área ardida (ha) desde 1995 até 2018	27
Figura 5- Caracterização do ano de 2017 (número de ocorrências, reacendimentos e área ardida).....	29
Figura 6- Frequência de palavras - Correio da Manhã em 2017	73
Figura 7- Frequência de palavras - Público em 2017	73
Figura 8- Palavras mais frequentes antes de junho no jornal Correio da Manhã	91
Figura 9- Palavras mais frequentes antes de junho no jornal Público	91
Figura 10- Palavras mais frequentes entre junho e outubro no jornal Correio da Manhã	111
Figura 11- Palavras mais frequentes entre junho e outubro no jornal Público.....	111
Figura 12- Palavras mais frequentes em junho no jornal Correio da Manhã	113
Figura 13- Palavras mais frequentes em junho no jornal Público	113
Figura 14- Palavras mais frequentes em outubro no jornal Correio da Manhã.....	114
Figura 15- Palavras mais frequentes em outubro no jornal Público.....	114
Figura 16- Palavras mais frequentes depois de outubro no jornal Correio da Manhã..	131
Figura 17- Palavras mais frequentes depois de outubro no jornal Público	131

Índice de Tabelas

Tabela 1- Evolução do uso do solo.....	21
Tabela 2- Número de notícias por mês do Jornal Correio da Manhã e do Jornal Público em 2017 e as suas percentagens	49
Tabela 3- Tipologia de Notícia por jornal	51
Tabela 4- Objetivos da notícia para os jornais Correio da Manhã e Público em 2017 ..	53
Tabela 5- Foco das notícias do jornal Público e do jornal Correio da Manhã em 2017.	55
Tabela 6- Número de notícias em que é mencionada a fase de incêndios em que as notícias são reportadas no jornal Correio da Manhã e no jornal Público em 2017.....	56

Tabela 7- Agentes mencionados nas notícias dos jornais Correio da Manhã e Público em 2017	57
Tabela 8- Recursos usados na construção da notícia dos jornais Correio da Manhã e Público em 2017	59
Tabela 9- Escala territorial das notícias no Correio da Manhã e no Público em 2017... 60	
Tabela 10- Prevenção feita pelas entidades referenciadas pelos jornais Correio da Manhã e Público em 2017	61
Tabela 11- Causas dos incêndios no ano de 2017 referidas pelo jornal Correio da Manhã e pelo jornal Público	62
Tabela 12- Combate aos incêndios referenciados em 2017 pelos jornais Correio da Manhã e Público	64
Tabela 13- Consequências humanas e nas infraestruturas no ano de 2017 para os jornais Correio da Manhã e Público	66
Tabela 14- Consequências ambientais, económicas e área ardida em 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público	67
Tabela 15- Incendiários em 2017 referidos no Jornal Correio da Manhã e no Jornal Público.....	69
Tabela 16- Ações Legais mencionadas no Jornal Correio da Manhã e no Jornal Público em 2017	69
Tabela 17- Apoios e estratégias legais mencionadas pelo jornal Correio da Manhã e pelo jornal Público em 2017.....	70
Tabela 18- Medidas institucionais e planos referidos pelo jornal Correio da Manhã e pelo jornal Público em 2017.....	72
Tabela 19- Tipologia das notícias antes de junho de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público	74
Tabela 20- Objetivo da notícia antes de junho nos jornais Correio da Manhã e Público	74
Tabela 21- Foco da notícia antes de junho de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público	76
Tabela 22- Referência da fase de incêndios em que as notícias são reportadas no jornal Correio da Manhã e no jornal Público antes de junho de 2017.....	77
Tabela 23- Agentes mencionados nas notícias antes de junho de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público	78
Tabela 24- Recursos usados nas notícias antes de junho de 2017 pelos jornais Correio da Manhã e Público	79

Tabela 25- Escala territorial das notícias antes de junho de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público	80
Tabela 26- Prevenção aos incêndios feita pelas entidades antes de junho de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público	81
Tabela 27- Causas dos incêndios antes de junho de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público	82
Tabela 28- Combate aos incêndios antes de junho de 2017 feito pelos jornais Correio da Manhã e Público	83
Tabela 29- Consequências ambientais, área ardida, associativas e organizativas e económica antes de junho de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público	84
Tabela 30- Consequências humanas e nas infraestruturas antes de junho 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público	85
Tabela 31- Características dos incendiários reportadas pelos jornais Correio da Manhã e Público antes de junho de 2017	86
Tabela 32- Ações legais antes de junho de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público	87
Tabela 33- Apoios e Estratégias legais em 2017 dos jornais Correio da Manhã e Público	88
Tabela 34- Medidas institucionais e planos de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público	89
Tabela 35- Tipologia das notícias entre junho e outubro no ano de 2017 dos jornais Correio da Manhã e Público	91
Tabela 36- Objetivo das notícias entre junho e outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público	93
Tabela 37- Foco das notícias entre junho e outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público	95
Tabela 38- Referência da fase de incêndios em que as notícias são reportadas no jornal Correio da Manhã e no jornal Público entre junho e outubro de 2017	96
Tabela 39- Agentes mencionados nas notícias entre junho e outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público	98
Tabela 40- Recursos usados nas notícias de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público	99
Tabela 41- Localização das notícias em 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público	100

Tabela 42- Prevenção feita em 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público.....	101
Tabela 43- Causas das notícias de 2017 dos jornais Correio da Manhã e Público	102
Tabela 44- Combate aos incêndios entre junho e outubro de 2017 pelos jornais Correio da Manhã e Público	103
Tabela 45- Consequências ambientais, área ardida, associativas e organizativas e económicas entre junho e outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público..	105
Tabela 46- Consequências humanas e nas infraestruturas entre junho e outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público.....	107
Tabela 47- Características dos incendiários reportadas pelos jornais Correio da Manhã e Público entre junho e outubro de 2017.....	108
Tabela 48- Ações legais entre junho e outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público.....	108
Tabela 49- Apoios e estratégias legais em 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público	109
Tabela 50- Medidas institucionais e Planos em 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público.....	110
Tabela 51- Tipologia das notícias depois de outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público	114
Tabela 52- Objetivo das notícias depois de outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público	115
Tabela 53- Foco das notícias de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público.....	116
Tabela 54- Referência da fase de incêndios em que as notícias são reportadas no jornal Correio da Manhã e no jornal Público depois de outubro de 2017	117
Tabela 55- Agentes mencionados nas notícias depois de outubro em 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público	118
Tabela 56- Recursos das notícias de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público ...	119
Tabela 57- Localização das notícias depois de outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público	120
Tabela 58- Prevenção depois de outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público	121
Tabela 59- Causas dos incêndios em 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público ..	122
Tabela 60- Combate aos incêndios em 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público	123
Tabela 61- Consequências ambientais, área ardida, associativas e organizativas e económicas em 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público.....	125

Tabela 62- Consequências humanas e nas infraestruturas em 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público	126
Tabela 63- Incendiários em 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público.....	127
Tabela 64- Ações legais em 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público	127
Tabela 65- Apoios e Estratégias Legais depois de outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público	128
Tabela 66- Medidas institucionais e Planos em 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público.....	130

Capítulo 1. Introdução

As florestas são um recurso natural e endógeno que tem igualmente funcionado como um alicerce ao desenvolvimento das zonas rurais. A sua transformação tem vindo a ser notória, algo que tem exigido fortes intervenções e uma gestão mais ativa devido à conjuntura atual – abandono das zonas rurais e transformações nos usos do solo (Vieira, 2006).

Face ao despovoamento e abandono dos meios rurais, começou a assistir-se a uma grande acumulação de combustíveis (Gonçalves, 2006). Quando presenciámos um processo de abandono de terrenos agrícolas, cria-se uma sucessão de matos e geram-se condições propícias ao risco de incêndio (Pedrosa, 2007). Os incêndios são uma das mais graves catástrofes naturais em Portugal, não só pela frequência com que acontecem e a sua extensão, mas pelos seus efeitos. Nas últimas três décadas, o número de ocorrências e a área ardida aumentaram significativamente entre os meses de julho e setembro, sendo estes considerados os meses de período crítico (Fernandes, 2015). Durante vários anos, os incêndios relacionaram-se com as condições meteorológicas e climáticas. No entanto, o clima mediterrânico de Portugal e a sua extensa área ardida deixaram de justificar o elevado número de incêndios rurais, tendo as causas sido divididas em negligenciais/acidentais, incendiário, naturais/físicas e não determinadas ou nulas (ICNF, 2012), tendo surgido uma outra mais tarde – os reacendimentos. Os sucessivos fogos rurais em Portugal têm vindo a mobilizar, cada vez mais, meios de prevenção e combate e as suas consequências têm sido muito significativas em termos ambientais e socioeconómicos.

A frequência e intensidade dos incêndios, assim como os seus impactos devastadores, têm vindo a ser alvo de notícia por parte dos meios de comunicação (Sousa, 2008), pois prolongam-se durante dias, atraindo o público, sempre acompanhadas de vídeos e imagens com forte impacto visual.

Esta tese tem como objetivo central analisar como os meios de comunicação noticiaram os incêndios de 2017, concretamente nos jornais *Correio da Manhã* e *Público*.

Nesse seguimento, a revisão bibliográfica, para contextualização do estudo, encontra-se dividida em dois capítulos: 1) os incêndios em Portugal e 2) os meios de comunicação e a informação sobre os incêndios. No capítulo referente aos incêndios em Portugal, é feita uma ligação entre a transformação nos usos do solo nos territórios de baixa densidade em

Portugal e a questão dos incêndios; é analisada a evolução do número de ignições e da área ardida; são estudadas as causas e consequências dos incêndios e é elaborado um enquadramento institucional e das políticas ligadas aos incêndios rurais. No segundo capítulo, sobre os meios de comunicação e a informação veiculada sobre os incêndios, é elaborada a ligação entre os media e os incêndios, analisando como os acontecimentos se transformam em notícia e qual o método de escolha das notícias.

O trabalho empírico baseia-se na recolha e análise de conteúdo de notícias publicadas nos jornais *Correio da Manhã* e *Público* durante o ano de 2017. A pesquisa de notícias restringiu-se ao ano de 2017 por ser, até agora, o ano em que os incêndios rurais tiveram repercussões graves, não só pela área ardida, mas pelo número de perdas humanas. Adicionalmente 2017 foi um ano, em que os grandes focos de incêndio ocorreram em junho e outubro (meses que se encontravam fora do período crítico). Os incêndios de 2017 despoletaram uma necessidade de mudança dos comportamentos para a prevenção dos incêndios e uma aposta na criação de novas medidas legislativas, à semelhança do que se verificou na sequência dos grandes incêndios de 2003 e 2005.

Este trabalho foi elaborado no âmbito do projeto ShareFOREST - Sharing decisions in forests – participatory methodology for public and stakeholder engagement in the - protection and valorisation of forests in Portugal (PCIF/GRF/0050/2019).

Capítulo 2. Os incêndios em Portugal

O fogo é uma combustão que surge como alicerce à sobrevivência humana. Para que o fogo surja é “necessário haver condições propícias, através da presença de três elementos fundamentais: um comburente (oxigénio), um combustível e uma fonte de calor (ignição)” (Colaço, 2006:1). Estes três elementos formam o que se designa por triângulo do fogo, onde o principal objetivo do ponto de vista das estratégias de prevenção e mitigação é destruir um dos pilares do mesmo. Quando o fogo deixa de ser controlado surge o incêndio (Trejo, 1996). A particularidade desta problemática é que o seu impacto pode ser “controlado” pela ação do Homem, naquela que é a prevenção e o combate. Para isso, é necessário fazer um bom planeamento na sua origem e propagação, prevendo a sua evolução através dos fatores da sua génese. Xavier Viegas (2004) estuda o comportamento do fogo, evidenciando que este é determinado pelo declive, vento e combustíveis. O efeito do vento e do declive permite avaliar a velocidade e a intensidade, originando diferentes frentes com comportamentos distintos. Sendo o vento e o declive constantes, a velocidade pode ser diferente, pois o fogo é um fenómeno dinâmico (Martins, 2010). “O declive pode ser expresso em percentagem ou em graus. A partir de 30°, a relação do declive com velocidade é quase exponencial, pelo que deve ser dada especial atenção a declives superiores a este valor” (Martins, 2010: 21). Nos últimos anos, Portugal tem sofrido transformações múltiplas e complexas ao nível da paisagem, com especial destaque para as áreas rurais. A partir dos anos 50, intensificou-se o abandono das áreas rurais, com emigração para os países da Europa e migração para os centros urbanos e, conseqüentemente, o contacto com o mundo urbano. Este êxodo rural ocorreu pela procura de melhores condições de vida e de trabalho nos setores secundário e terciário, desenvolvidos no litoral, representando assim também um êxodo agrícola. No entanto, as transformações na agricultura agudizam-se particularmente em 1986 com a entrada de Portugal na União Europeia (e, conseqüente aplicação da Política Agrícola Comum – PAC), levando ao abandono do rural e da atividade que até então, era representativa dos territórios rurais - a agricultura (Figueiredo, 2018). Em resultado deste abandono, as paisagens sofreram um processo de simplificação, determinada pelo desaparecimento de usos agrícolas do solo (Pinto-Correia, 1993). Assim, as paisagens perdem a sua heterogeneidade, passando a dominar as formações arbustivas que acentuam o risco de incêndio (Nunes, 2007).

Portugal é caracterizado pelo seu clima mediterrânico e a coincidência do período quente do ano com o período mais seco faz com que existam meses em que as temperaturas são mais altas e a precipitação é quase inexistente, dando origem a meses designados como secos (Costa et al., 1998). É durante esses meses que é mais provável a ocorrência de fogos nos ecossistemas pois a vegetação encontra-se vulnerável (Costa et al, 1998), associada ao forte despovoamento e envelhecimento rural, declínio das atividades agrícolas, ausência de aproveitamento florestal e ausência de políticas capazes de gerar uma gestão eficaz do território (WWF, 2020). Cerca de 67% do território continental é ocupado por florestas, matos e pastagens, sendo as espécies florestais mais representativas o eucalipto, o pinheiro-bravo e o sobreiro (ICFN, 2015). Os incêndios rurais têm sido um fenómeno constante todos os anos, destruindo milhares de hectares de floresta e matos em Portugal, perturbando e degradando a qualidade ambiental (Viegas, 2004). Não sendo um fenómeno novo, a verdade é que se tornou um fenómeno mediático desde o início dos anos 2000, devido ao aumento da extensão das áreas ardidas e à facilidade de acesso por parte dos meios de comunicação, que chegam ao local quando o incêndio ainda está em curso (Verde, 2008).

2.1. As transformações no uso do solo nos territórios de baixa densidade em Portugal e a questão dos incêndios florestais

As florestas são um recurso natural e endógeno que tem funcionado como um alicerce para o desenvolvimento das zonas rurais, visto que se constituí como um dos principais focos de riqueza dessas zonas e do país. Para além de servirem de suporte a diversas atividades industriais e de fonte de rendimento às populações (e.g. madeira, cortiça ou resina mas também produtos florestais não lenhosos, como por exemplo o mel, os cogumelos, os frutos e as plantas aromáticas, como referem Sardinha & Macedo (1993), também garantem a manutenção dos solos e da biodiversidade, regulam o clima, influenciam a retenção e distribuição da água, desempenhando uma função de suporte e de proteção ao sistema sócio ecológico, contribuindo para a mitigação e adaptação às alterações climáticas (CES, 2017). A evolução da floresta mede-se em períodos, o que tem vindo a exigir fortes intervenções e uma gestão muito mais ativa devido à conjuntura atual. Essa evolução tem feito surgir transformações significativas ao nível ambiental, demográfico e económico, que são plasmadas em quatro fases (Rego, 1992), que se encontram expostas na Tabela 1.

Desde os primórdios do Homem até à Era medieval, os espaços florestais eram o complemento da atividade agrícola e pastorícia e, como tal, estes eram protegidos,

fomentados e alvo do impacto da ação humana, apesar da vegetação continuar em crescimento orgânico (Cordeiro, 1990). Nesta fase, o fogo surge de forma natural, auxiliando o Homem na luta pela sua sobrevivência e subordinando a existência das florestas e a forma como estas se dispõem ao longo dos anos.

Com a Idade Média e até metade do século XIX, o aumento espacial e demográfico encontra-se equilibrado. No entanto, em algumas zonas de Portugal, a ocupação humana e o uso do fogo já denotavam uma presença excessiva, o que agravou os problemas ao nível da erosão (Rego, 1992). Como consequência dos incêndios, seguido de uma intensa fase erosiva, graças ao abandono dos terrenos cultivados, evidencia-se uma reação do meio natural ao ambiente antrópico, através do desmantelamento dos solos. (Cordeiro, 1990). Relativamente às tendências na evolução demográfica e ao desenvolvimento socioeconómico e às transformações em termos de valores sociais que os acompanharam, estabeleceram-se preocupações com outros recursos (e.g. biodiversidade), dando origem a novas perceções sobre os recursos florestais. A gestão das florestas exige a compatibilização dos usos, recursos naturais, bens e serviços fornecidos pelos ecossistemas de forma sustentável. Por vezes, a não intervenção é uma opção viável. No entanto, tendo em conta que muitos recursos são escassos e a procura pelos mesmos está a aumentar, a gestão é crucial na preservação das florestas (Catry, Bugalho & Silva, 2007), sendo utilizada como um instrumento a que os governos recorrem para concretizar as políticas nacionais com menor custo social e uma maior estabilidade possível (ICNF, 2018).

No período do pós-guerra e com a introdução das novas tecnologias, os métodos rudimentares começaram a dissolver-se, dando lugar a uma agricultura mecanizada e com maior produtividade (Batista et al., 2017). Como consequência, os produtos começaram a ser valorizados ao nível da indústria transformadora, onde os produtores e investidores atuaram na expectativa de rendimento e, os próprios espaços florestais reestruturam-se enquanto objetos de gestão e bens comercializáveis (Batista et al., 2017). Ou seja, os espaços florestais acabaram por serem moldados através da intervenção humana, o que alterou as suas características, composição arbórea e paisagem. Semelhante à paisagem, também a floresta se converteu assim, em algo artificial, como forma de resposta àquilo que a sociedade procura, especialmente nas últimas décadas em que a ação humana modificou a floresta nos territórios rurais (Silva, 2012).

No século XIX, as florestas assumiram uma maior importância com a preocupação com a sustentabilidade de um produto florestal – a madeira (Borges, 1999). Como já fora mencionado, perante um cenário de escassez de recursos, inicia-se uma forte preocupação com a preservação dos materiais lenhosos, surgindo os primeiros planos de ordenamento e gestão para as matas do litoral. Nos finais desse século, começam a existir alterações nas políticas para o setor florestal, definindo-se estratégias para arborizar as zonas montanhosas do interior que se encontravam degradadas (Gaspar, 2005) e sempre procurando preservar os espaços florestais

Na segunda metade do século XX, assistiu-se a uma diminuição da população rural e agrícola, como consequência da globalização dos mercados, da diminuição do rendimento dos produtores, do êxodo rural, da modernização da agricultura e da entrada de Portugal na União Europeia em 1986 (Rego, 1992). Todavia, a entrada no século XX foi marcada pelo aumento da área florestal e agrícola. A mecanização da agricultura surgiu com a introdução de inovações como instrumentos de ferro e a máquina a vapor, embora em Portugal essa modernização tenha sido incipiente. Atualmente, os espaços florestais são o reflexo das decisões, planos e intervenções realizados desde meados do século XIX, na sequência da necessidade de valorização que a sociedade atribuiu aos bens e são vistos também como espaços para atividades de lazer, bem-estar e turismo de natureza, fomentando assim, o bem-estar físico, espiritual e social das populações e, ao mesmo tempo, promovendo uma relação entre residentes e visitantes dos espaços rurais (Radich & Batista, 2005). No entanto, existem ameaças que devem ser prevenidas, sendo os mais relevantes de cariz demográfico como é o caso êxodo rural e o envelhecimento populacional. Outros fatores são de índole económica como “o caso da insolvência dos modos agrícolas tradicionais, da falta de emprego, da inexistência de circuitos comerciais para fazer chegar ao mercado os produtos da atividade agrícola ou a pressão do crescimento urbano e da especulação imobiliária” (Peixoto, 2004:5). Por fim, temos os fatores de cariz ambiental, como é frequentemente o caso do fenómeno dos incêndios rurais, que têm fustigado o território português, fazendo arder milhares de hectares de florestas e matos em cada ano. Este último fator é agudizado pelo abandono rural e envelhecimento populacional, com milhares de parcelas de florestas e matos ao abandono, sendo evidente que muitos desses proprietários já não têm condições físicas e financeiras para investir na gestão florestal (Alves et al., 2003).

A conjuntura atual implica uma abordagem ativa, onde a gestão florestal sustentável é o principal objetivo, sendo necessária a criação de parcerias entre entidades públicas e privadas para conseguir acompanhar as novas mentalidades e desafios.

Tabela 1- Evolução do uso do solo

Época	Alteração
Neolítico – Medieval	Extensa destruição da floresta primitiva para recuperação e cultivo.
Idade Média - Metade do século XIX	Equilíbrio demográfico e espacial. No entanto em algumas zonas de Portugal, a ocupação humana e uso do fogo já eram excessivos, agravando os problemas da erosão.
Metade do século XIX - Meados do século XX	Crescimento exponencial da população com a crescente procura por produtos de origem animal e vegetal, combustíveis, etc.
Segunda metade do século XX	Intensidade do uso da terra diminuiu como resultado do êxodo rural. O abandono e a proteção prolongada dos matagais e a expansão de espécies de rápido crescimento, altamente inflamáveis (pinheiros e eucaliptos), agravaram os riscos de incêndio.

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Rego (1992)

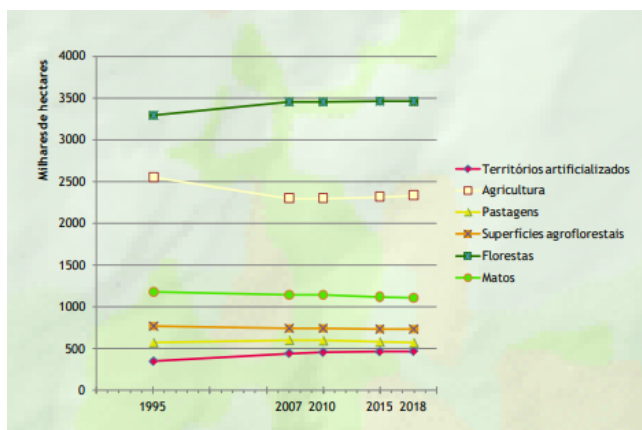
Desde 1995 até 2018 (último registo da Carta de Ocupação do Solo¹ em Portugal) têm-se verificado transformações no uso do solo em resultado do êxodo rural. A análise do gráfico da Figura 1 pode dividir-se em dois momentos particulares: até 2007, pois é visível que até esse ano, oscilações são mais acentuadas, nomeadamente um aumento significativo dos terrenos afetos à floresta e artificializados e a diminuição dos terrenos agrícolas; e o pós 2007 em que os terrenos artificializados tiveram um forte crescimento até 2010, sendo que depois o seu crescimento acalmou e os restantes mantiveram uma trajetória suave, salientando o ligeiro aumento de terrenos florestais e diminuição dos matos (Figura 1). Como nos mostra o gráfico, é notório que a curva dos terrenos florestais aumenta, à medida que os terrenos agrícolas diminuem, numa relação quase linear, porém o uso florestal do solo é o dominante em Portugal. Em consequência do despovoamento das zonas rurais, os terrenos florestais e agrícolas perderam o seu uso ligado à pastorícia e à recolha da madeira. O mato

¹ A Carta de Ocupação do Solo (COS) é um documento desenvolvido pela Direção Geral do Território (DGT), que visa retratar as diferentes ocupações do solo ao longo dos anos.

deixou de servir de cama aos animais, um local de formação de estrume que deixou de ser usado para fertilizar as terras, dando lugar aos adubos químicos. As cozinhas modernas passaram a usar o gás como fonte de combustível, deixando de se usar a lenha, levando a que a vegetação arbustiva crescesse incontrolavelmente (Bica, 2016). O uso agrícola é a classe que obteve uma maior diminuição no período de 1995 até 2010 devido à “conversão do uso dos terrenos para matos e pastagens” (ICFN, 2016:9).

Consoante Vieira (2006), “um quinto da floresta portuguesa desapareceu em dez anos”. Conforme explicita o autor, “em 1995, os povoamentos florestais ocupavam 3,2 milhões de hectares do território”, sendo que os incêndios dos últimos anos vieram alterar este cenário. Até aos anos 70, os incêndios não eram um problema pois a área ardida não era significativa e não eram considerados um problema-chave para a floresta (Lourenço, 1991; Vélez, 1993; Moreno et al., 1998; Rego, 2001). Só no início dos anos 70 é que essa área começa a atingir centenas de hectares, fruto do abandono rural e conseqüente acumulação de combustíveis (Gonçalves, 2006). Este surgiu como consequência da “saturação de um modelo de sociedade rural alicerçado em sistemas agrícolas cuja sobrevivência apenas era possível com base em situações de extrema pobreza e dureza das condições de vida” (Ferrão, 2018:14). Quando assistimos a um processo de abandono de terrenos agrícolas, cria-se uma sucessão de matos, levando a condições propícias ao risco de incêndio. A redução da população nos territórios de baixa densidade e até a alteração no próprio uso do solo, levou a que a deteção precoce dos incêndios fosse mais débil. Mas não é só a mudança da ocupação e uso do solo que aumenta o risco de incêndio, os próprios incêndios contribuem para as mudanças do solo e desencadeiam diversos processos erosivos, que contribuem para a erosão dos solos (Pedrosa & Pereira, 2007).

Figura 1- Evolução do uso e ocupação do solo nos períodos de 1995, 2007, 2010 E 2018



Fonte: Direção-Geral do Território – Carta de Uso e Ocupação do Solo, 2020

Atualmente nos territórios rurais reside cerca de 33% da população, ocupando mais de 50% do território do continente. Entre 1950 e 2011, a população nessas zonas diminuiu, em contraste com as zonas urbanas, revelando um aumento no índice de envelhecimento nas áreas rurais e, conseqüentemente, uma difícil fixação da população (PDR², 2020) devido às dinâmicas regionais que têm contribuído para que os territórios do litoral apresentem valores quantitativos maiores em termos populacionais. Todas essas transformações ao longo dos anos, levaram a alterações significativas nas condições ambientais e uma perda da biodiversidade (Clerici et al., 2014). De acordo com Wasige, et al., (2013), “os efeitos da mudança refletem-se na qualidade do solo, na perda de biodiversidade e na vulnerabilidade do território e das pessoas aos riscos naturais”.

Carmo (2010:10) afirma que a “sociedade portuguesa tem sido estudada a partir de um modelo dualista”, em que são identificadas diferentes realidades: entre o Norte- Sul e o Litoral- Interior. A distinção entre Norte e Sul caracteriza a sociedade tradicional portuguesa e estabelece diferenças entre as regiões camponesas e as mediterrânicas. Na segunda dualidade surge na sequência das alterações populacionais desde 1960 e caracteriza a modernização da sociedade. Embora esta tendência se mantenha, o conceito de “rural” começou a ser questionado e concluiu-se que não existia uma definição explícita. Rolo e Cordovil (2014:9) defendem que o rural existe “mais que não seja porque existem políticas públicas que o têm como objeto (...) congregando-se três dimensões decisivas de observação dos territórios e de delineamento de políticas: organização do povoamento e dos espaços residenciais; atividades das pessoas; ordenamento e uso do espaço biofísico envolvente”, considerando como indicadores de delimitação do tipo de rural: a densidade populacional, o peso dos grupos socioeconómicos do setor primário, peso das unidades de trabalho agrícola, o potencial demográfico, o capital humano e índice de integração urbana (Novais et al., 2000; Baptista, 2010; Rolo, 2006).

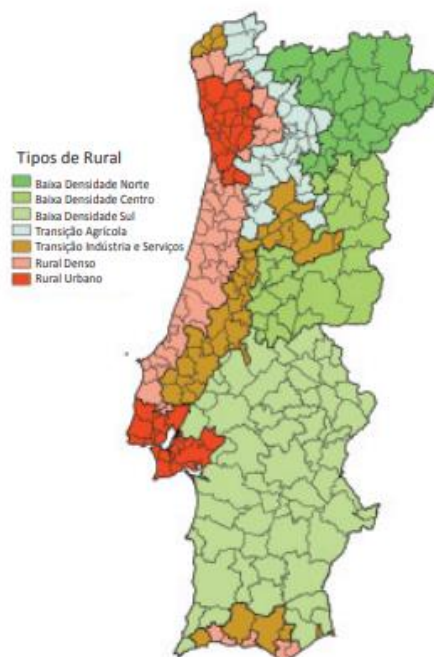
Os autores mencionados propõem sete tipologias de rural: Baixa Densidade Norte, Baixa Densidade Centro, Baixa Densidade Sul, Transição Agrícola, Transição Indústria e Serviços, Rural Denso e Rural Urbano (Rolo & Cordovil, 2014). Os tipos de rural de baixa densidade Norte, Centro e Sul verificam-se na zona interior do país (Figura 2), fazendo referência a baixos valores de densidade populacional, integração urbana, potencial demográfico, capital humano e característicos de áreas de usos do solo florestais e agrícolas.

² Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020, acedido em outubro de 2020, <http://www.pdr-2020.pt/>

O rural denso surge na zona litoral e o rural urbano nas duas grandes áreas metropolitanas (Lisboa e Porto), com valores muito acima da média nos indicadores: densidade populacional, integração urbana, potencial demográfico e capital humano. Os indicadores com valores mais baixos são o peso dos grupos socioeconómicos no setor primário e o peso da unidade de trabalho agrícola, pois são áreas onde a empregabilidade enfoca-se nos setores secundário e terciário. A transição agrícola e transição indústria e serviços são muito similares, assemelhando-se aos de baixa densidade em termos populacionais (tendo este valor mais altos, nomeadamente a densidade populacional, capital humano e potencial demográfico). No entanto, a tipologia de transição indústria e serviços detém valores mais altos no índice de integração urbana e baixos na percentagem de população ativa no setor primário em relação à tipologia transição agrícola (sendo isto que difere em ambas as tipologias).

A região Interior Centro é a que apresenta uma maior proporção de território ligado à floresta (Figura 2). No entanto, a floresta mantém a sua presença um pouco por todo o território português, nomeadamente nas áreas metropolitanas mesmo que esta seja considerada um rural urbano por serem áreas artificializadas. As regiões do Norte e do Algarve também têm a sua quota florestal, com áreas ocupadas por matos por se encontrarem, grande parte, em transição do rural para o urbano.

Figura 2- Tipologias de rural e caracterização a nível nacional



Fonte: Rolo & Cordovil, 2014

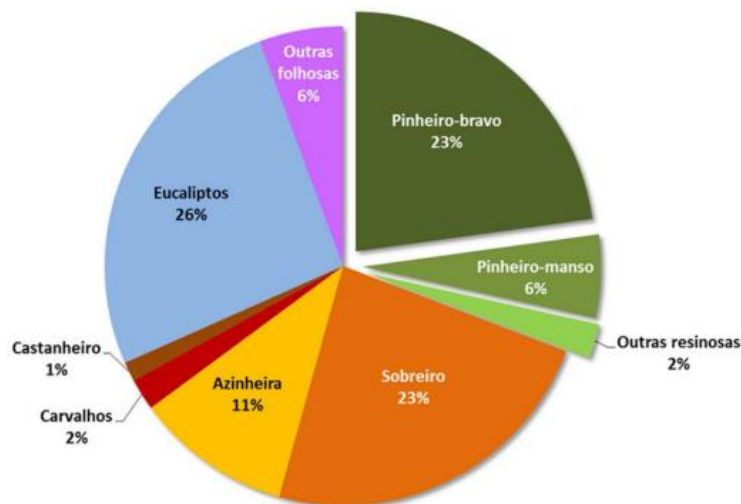
Portugal, é assim, um país com uma área florestal bastante densa. Atualmente os espaços florestais ocupam cerca de 69.4% do território nacional continental (IFN, 2015). As florestas incluem as áreas arborizadas e as temporariamente desarborizadas, sendo o principal uso do solo com 36% do território nacional, seguido de matos e pastagens com 31% e agricultura com 24% (Figura 1).

Até 2015 as áreas florestais diminuíram, porém após esse ano essa tendência inverteu-se. De acordo com o Relatório do 6º Inventário Florestal Nacional (2015), a floresta divide-se em quatro grupos em termos estruturais, funcionais e paisagísticos:

1. Pinhais – constituído por povoamentos de pinheiro-bravo e pinheiro-manso;
2. Folhosas perenifólias – composto por sobreiros e azinheiras;
3. Folhosas caducifólias – composto por carvalhos e castanheiros;
4. Folhosas silvo-industriais – composto por eucaliptos.

Mais metade da floresta portuguesa é ocupada por espécies folhosas perenifólias e por pinhais. Juntos, representam 63% da área florestal de Portugal Continental (IFN, 2015). As folhosas perenifólias representam um terço da área florestal enquanto que os pinhais representam 29% da área florestal. Esta é a espécie que tem decrescido mais nos últimos anos como resultado dos incêndios nas últimas décadas e à própria dinâmica dos ecossistemas florestais. A espécie dominante é o eucalipto representando cerca de 26% da área do país, especialmente característico do Norte e Centro na zona litoral (na zona de baixa densidade sul - Figura 2), onde o clima é ameno e no inverno conta com chuvas regulares. Esta é uma espécie que surgiu em Portugal no século XIX e que tem ganho particular relevância. Inicialmente por ser uma árvore de crescimento rápido e bastante atrativa, mas tem ganho particular relevância não só pela área ocupada e elevada rentabilidade da sua cultura, mas também por constituir a matéria-prima de um dos principais setores industriais da economia portuguesa, a indústria de pasta e papel (Alves et al., 2007).

Figura 3- Tipologias de espécies e caracterização a nível nacional



Fonte: Elaboração Própria, adaptado de IFN (2015)

O aumento da cobertura florestal em consequência do abandono rural cria uma condição propícia aos incêndios, onde nos últimos anos tem ardido milhões de hectares, em que as espécies mais afetadas pelo fogo foram o pinheiro-bravo e o eucalipto. De acordo com o Boletim Estatístico de 2017 fornecido pelo ICNF, estas duas espécies foram afetadas em 17,9% e 16,8% (respetivamente). O mesmo estudo analisa o período de 2008-2017 onde revela dados em que os matos e pastagens foram a ocupação do solo mais afetada pelos incêndios, com uma média de 46,4% da ardida.

2.2. Evolução do número de ignições e área ardida

As mudanças socioeconómicas referidas anteriormente no que se refere aos territórios rurais e à agricultura, vieram criar um cenário propício à ocorrência de incêndios difíceis de extinguir, devido à “elevada quantidade de mato vegetal e combustível acumulados” (Ferreira-Leite, et al., 2013: 132). Os incêndios são uma das mais graves catástrofes naturais em Portugal, não só pela frequência com que acontecem e a sua extensão, mas pelos seus efeitos ambientais, económicos e socioculturais diretos e indiretos.

As estatísticas europeias do sistema EFFIS (European Forest Fires Information System, 2019) sobre os fogos florestais na Europa apontam Portugal, Espanha, Itália, França e Grécia como os principais países da Europa mais afetados pelos incêndios. De acordo com os relatórios anuais, Portugal é o país mais afetado pelos mesmos em termos percentuais (EFFIS, 2019). Para efeitos estatísticos, em Portugal e até muito recentemente, o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) definia Grande Incêndio Florestal (GIF)

como qualquer incêndio que abrangesse uma área superior a 100 hectares. Atualmente, a definição oficial é de 500 hectares, estabelecida pela Resolução do Parlamento nº 35/2013, de 19 de março (DR nº. 55, Série I)

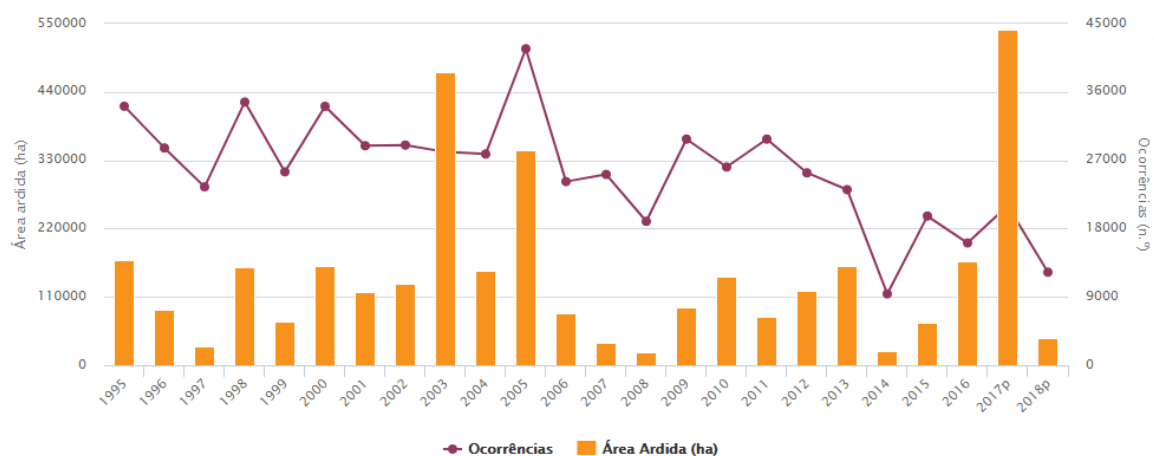
A evolução anual de área ardida e de ocorrências confirma um novo modelo naquele que é o fenómeno dos incêndios, apesar dos meios de combate estarem mais desenvolvidos. Em Portugal Continental registaram-se, nas últimas três décadas e meia (1980-2014) cerca de 700 mil ignições e uma área ardida que ronda 3,8 milhões de hectares, tornando “o nosso país o mais flagelado pelas chamas” (Nunes, 2015:44), especialmente entre os meses de julho a setembro, “pelo que estes meses foram designados de período crítico, durante o qual vigoram medidas especiais de prevenção, deteção e combate a incêndios florestais” (Fernandes, 2015: 8).

Foi a partir da década de 70 que o número ocorrências e área ardida começou a aumentar significativamente, a fatores que surgiram nos anos 50 e que já foram mencionados anteriormente, em consequência das condições socioeconómicas que se faziam viver na época (Ferreira-Leite, et al., 2013).

Até à década de 80 nunca tinham sido registados valores de área ardida acima dos 10 000 hectares (Ferreira-Leite, et al, 20013) e o número de ocorrências encontrava-se abaixo dos 5000 (Fernandes, 2015).

Analisando a evolução desde 1995, são notórias as oscilações existentes no número de ocorrências e área ardida (hectares), onde é evidente que um número elevado de ocorrências não significa necessariamente uma extensa área ardida (Figura 4). O ano de 1995 é o ano que representa o início de valores mais elevados (Silva, Deus & Saldanha, 2008).

Figura 4- Evolução do número de ocorrências e área ardida (ha) desde 1995 até 2018



Fonte: ICNF, 2019

Nos últimos 20 anos, os valores de área ardida são extensos, principalmente nos anos de 2003, 2005 e 2017, situando-se acima dos 300 000 hectares ardidos, resultado em prejuízos económicos consideráveis. Antes de 2017, 2003 foi o ano com maior área ardida, tendo os valores ultrapassado os 440 000 hectares; valores que podem ser considerados anormais face aos anos anteriores. O ano de 2003 foi um ano avassalador em duas perspetivas, a primeira pelos hectares de vegetação ardida e a segunda pelas perdas humanas registadas (vinte e uma mortes). Aqui, as alterações climáticas surgem como um principal potenciador deste cenário – inverno rigoroso com precipitação elevada e verão extremamente seco (ICNF, 2017). O ano de 2005 foi o segundo com valores mais elevados de área ardida (não tendo ultrapassado o ano de 2003), no entanto foi também o ano com o maior número de ocorrências. Entre 2006 e 2008 é visível uma diminuição do número de hectares de área ardida e do número de ocorrências. Em 2009 há um retorno dos altos valores de ocorrências e, conseqüentemente, nesse ano e no ano seguinte, o número de hectares ardidos volta a aumentar, embora em 2010 o número de ocorrências não tenha acompanhado esse crescimento.

A evolução destes dois indicadores é, muitas vezes, não coincidente pois a maior parte de área ardida está associada a um reduzido número de ocorrências, não existindo uma relação direta entre o número de ocorrências e a área ardida (Moreira et al., 2010). Estas evidências apenas vêm clarificar um problema que tem sido cada vez mais falado nos meios de comunicação: dificuldade de controlo e extinção dos fogos rurais. Um problema que foi agravado pelo fenómeno do êxodo rural, que resultou no abandono físico dos terrenos de baixa densidade e no desaparecimento de atividades agro-silvopastoris e, conseqüentemente, numa diminuição da gestão florestal ativa e das áreas de descontinuidade, como os campos agrícolas e as áreas de pastoreio, o que dificulta a prevenção e o combate aos fogos. Este fenómeno do êxodo rural foi mais notório nas camadas jovens, deixando nas zonas rurais a população envelhecida, o que significou uma “menor capacidade de gestão ativa da terra” (Mather & Pereira citando Pereira, et al., 2006: 271). As zonas rurais foram as mais atingidas por este processo de despovoamento; algo que levou a que ao longo dos anos, essas zonas se tornassem em áreas contínuas de florestas e matos e, nos dias atuais, abandonados (Nunes, 2002), ora qualquer ignição que não seja imediatamente controlada, reúne condições propícias a que se torne num incêndio.

O ano de 2011 volta a ser uma referência pois marca o início da diminuição do número de incêndios, tendência que se manteve até 2017.

O ano de 2017 foi então marcado pelo elevado número de fogos rurais. O 10º Relatório Provisório de Incêndios Florestais de 2017 elaborado pelo ICNF registou, “no período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de outubro de 2017, um total de 16 981 ocorrências (3 653 incêndios florestais e 13 328 fogachos) que resultaram em 442 418 hectares de área ardida de espaços florestais, entre povoamentos (264 951ha) e matos (177 467 ha)” (Figura 5).

Figura 5- Caracterização do ano de 2017 (número de ocorrências, reacendimentos e área ardida)

Ano	Ocorrências (nº)			Reacendimentos (º)	Área ardida (ha)		
	Fogachos (área <1ha)	Incêndios Florestais	Total		Povoamentos	Matos	Total
2017	13328	3653	16981	1446	264951	177467	442418

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de ICNF, 2017

Este ano foi o mais dramático, não só pelos hectares ardidos, mas pela perda de 115 vidas humanas [65 mortos nos incêndios de 17 de junho e 56 mortos nos incêndios de 15 de outubro (EFFIS³,2018)]. Os distritos mais afetados, de acordo com a área ardida, foram Castelo Branco (18% do total de área ardida), Santarém (16%) e Coimbra (12%); sendo que o maior número de ocorrências foi registado no Porto, Braga e Viseu (ICNF, 2017). A área ardida rondou os 442 418 hectares, sendo as espécies mais afetadas o pinheiro-bravo e o eucalipto (ICNF, 2017). “Cerca de 36,6% das ocorrências (7 682) foram comunicadas entre janeiro e junho, que queimaram cerca de 72 007 hectares (13,3% da área total queimada). No período de Verão (julho-setembro) ocorreram cerca de 8 946 incêndios rurais (42,6% do total de incêndios rurais), que consumiram aproximadamente 177 847 hectares (33% da área ardida total). Em 2017, o mês mais crítico foi outubro, com 3 234 fogos rurais (15,4% total de fogos rurais) e 289 124 ha (53,5% de área ardida total)” (EFFIS, 2018:56). Moreira et al., (2010) refere que as ocorrências acontecem no interface urbano-rural, onde há mais pessoas e logo mais ignições, o que significa que também são detetados mais precocemente, por isso não dão origem a grandes incêndios. Nos territórios de baixa densidade uma ocorrência que não é detetada e com a paisagem extremamente vulnerável pode dar origem a grandes incêndios como os que ocorreram em 2017.

³ Relatório Anual de Incêndios Florestais na Europa, Oriente Médio e Norte de África 2017, <https://effis.jrc.ec.europa.eu/reports-and-publications/annual-fire-reports/>

2.3. Causas dos incêndios

Os incêndios rurais foram-se tornando mais frequentes e intensos em Portugal com a chegada das estações secas ou do período estival, contudo apesar dos fogos ocorrerem especialmente no verão, não significa que estes sejam exclusivos dessa época. “Durante várias décadas, os incêndios florestais foram especialmente relacionados com as condições climáticas e meteorológicas de um determinado espaço geográfico, por afetarem a quantidade e a inflamabilidade dos combustíveis” (Nunes et al., 2014:136). Em Portugal, o clima mediterrânico não justifica o número de incêndios e a sua extensa área ardida nos últimos anos (Nunes & Lourenço, 2012). O grande aumento do número de incêndios deveu-se, em parte, ao movimento demográfico do interior para o litoral, fazendo surgir o fenómeno da desertificação.

Entre 1996 e 2000, as causas dos incêndios estavam divididas em quatro categorias, não havendo referência de subtipos das mesmas. As causas estavam associadas a dois comportamentos distintos das pessoas: negligente ou intencional, aos quais se acresciam as causas de origem natural ou desconhecida. A partir do ano de 2001 começou a haver uma maior precisão nas causas, pelo que as categorias foram alteradas (Lourenço et al., 2011). De acordo com a codificação das causas em Portugal, estas são agrupadas em quatro tipos: negligenciais/acidentais, incendiarismo, causas naturais/físicas e não determinadas ou nulas (ICNF, 2012), tendo sido acrescentada em 2012 uma quinta categoria: reacendimentos (ICNF, 2014). As causas negligenciais/acidentais estão relacionadas com o uso do fogo em atividades humanas com o objetivo de moldar a paisagem, sendo a prática da agricultura e da pastorícia as principais atividades propícias a este fenómeno (ICNF, 2012). Segundo Rego & Silva (2014:52), “aproximadamente 25% de todas as ignições ocorreram na área classificada como urbano-rural. Cerca de 60% dos incêndios começaram em áreas agrícolas, possivelmente devido à prática tradicional de queimadas para eliminar resíduos agrícolas”. Nos últimos anos outros fenómenos como a desertificação e litoralização têm abalado o território português, estando em causa o envelhecimento populacional e o abandono das atividades rurais. Esses fenómenos transformaram os ecossistemas em áreas de vegetação combustível contínua, devido à falta de intervenção antrópica, tornando visível uma acumulação de biomassa propícia à ocorrência de incêndios (Bugalho et al., 2009). O aproveitamento das áreas rurais para atividades recreativas e de lazer têm contribuído para a

possibilidade de ocorrência de atos negligentes que podem levar à ocorrência de incêndios (Gomes, 2012).

O incendiário é considerado uma das causas do número de incêndios, pertencendo à classe das causas intencionais. Freire et al. (2002) explícita que usualmente, as razões se prendem com interesses económicos e a “pretensão por parte dos agricultores relativamente ao uso ou ocupação do solo”. De um outro lado, existem os incêndios provocados por diversão ou fanatismo em ver as proporções que estes tomam e a ação dos bombeiros (Gomes, 2012). As causas naturais/físicas são aquelas provocadas por faíscas e relâmpagos, normalmente acompanhadas por trovoadas secas, como aconteceu nos anos de 1996, 1999, 2001, 2002, 2003, 2005 e 2009 (Lourenço et al., 2012) e, mais recentemente, em 2017. As ocorrências apenas acontecem quando as condições meteorológicas são favoráveis, sendo o clima e o próprio relevo fatores decisivos na sua propagação e dificuldade de controlo. As características do espaço são um elemento influenciador quer pela sua composição, quer pela disposição do espaço onde por vezes fatores naturais (como o vento e o declive) dificultam o combate aos incêndios. Em Portugal, há uma vasta diversidade de espécies como o eucalipto, o pinheiro-bravo, o sobreiro, a azinheira e o carvalho, sendo que o eucalipto representa 26% da área total, seguido o pinheiro-bravo e depois o sobreiro (IFN, 2015). Esta conjuntura reúne as condições propícias à propagação de incêndios, sendo o eucalipto uma espécie que tem ganho grande posição no território português e uma grande fonte de combustível (Gomes, 2012). E, por fim, as causas não determinadas ou nulas, correspondem àquelas que não têm uma causa específica devido à dificuldade em firmar provas.

Relativamente aos reacendimentos, estes foram considerados uma causa de extrema importância pois revela ser uma situação em que o desempenho no combate não foi o mais eficaz, tendo falhado as ações de rescaldo e medidas de vigilância. O ano de 2017 é possivelmente considerado o ano em que mais vezes se verificou este facto. De acordo com o Relatório "Análise dos Incêndios Florestais ocorridos a 15 de outubro de 2017" elaborado pelo Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais da Universidade de Coimbra, foi mencionado que alguns dos incêndios foram causados por “reativações de focos de incêndio pré-existentes e que não haviam sido devidamente vigiados. Houve, no entanto, muitas ignições resultantes de queimas e queimadas causadas por pessoas que as realizaram pela necessidade de eliminar vegetação ou resíduos de atividades agrícolas, na convicção de que haveria de ocorrer chuva”. No entanto, as causas naturais também estiveram na origem dos

incêndios deste ano (outubro) devido a uma onda de calor e ventos fortes fizeram sentir em consequência do furacão Ophelia, numa altura em que o país se encontrava novamente numa situação de seca (EFFIS, 2017).

Em consequência das suas ações no meio, o Homem é o principal responsável pelos fogos rurais, ainda que na maioria das vezes não tenha intenção de provocar o sinistro. No entanto, na opinião pública, os incêndios têm quase na sua totalidade mão criminosa, existindo o estereótipo do incendiário desequilibrado, com motivações de cariz solitário e sem grande fundamento (Silva & Rego, 2007).

2.4. Consequências dos incêndios

Portugal é assolado por sucessivos incêndios rurais a cada ano, tendo vindo cada vez mais a mobilizar meios de prevenção e medidas de proteção ambiental, aos quais nem os ecossistemas, nem as comunidades locais nem os próprios métodos de combate aos incêndios estão adaptados. Aquando da ocorrência de um incêndio, a sua propagação é condicionada pelas características do espaço, originando ventos que conseqüentemente vão alterar a combustão (Viegas et al., 2002), que determinam a frente de um incêndio, os flancos, as caudas e os focos secundários. O grau dos efeitos dos incêndios depende da intensidade dos mesmos e da “tríade composta pelas condições meteorológicas, combustível e topografia” (Filipe & Serralha, 2015:1). “A análise das consequências que os incêndios florestais provocam pode ser efetuada de diversas maneiras, desde análises regionais a locais” (Lourenço, 2004:9). Os incêndios provocam danos significativos em termos ambientais (essencialmente ao nível da vegetação e da atmosfera, mas também da fauna, dos solos e dos recursos hídricos) e socioeconómicos (vidas humanas, perda de fonte de rendimento de famílias, habitações, infraestruturas públicas e valor turístico) nos espaços florestais (Alexandre, 1998). A maioria dos prejuízos causados pelos incêndios é devido a eventos extremos que representam menos de 2% do número total de incêndios (Ross, 2020). Por isso é que se torna tão importante os estudos para o desenvolvimento de estratégias apropriadas à redução do risco e minimização dos impactos dos incêndios de grandes dimensões.

2.4.1. Consequências Ambientais

As florestas são uma fonte de oxigénio. A sua destruição provoca um aumento na poluição atmosférica, contribuindo para a acumulação de gases de efeito de estufa e agravamento das alterações climáticas. Este cenário gera consequências para os seres vivos

que veem os seus habitats serem destruídos. As espécies nativas chegam mesmo a desaparecer devido ao rompimento dos ciclos florestais (Costa et al,2017). O mesmo acontece com as plantas, onde o pinheiro bravo vai cedendo o seu lugar às plantações de eucalipto (Lourenço, 1986).

Alexandre (1998:198), constata que é comum ler-se na comunicação social que “tendo ardido nos últimos cinquenta anos mais de um milhão de hectares”, estaríamos perante uma grande diminuição da área florestal nacional. No entanto, com os incêndios há espécies que regeneram facilmente e no pós-incêndio voltam a ocupar espaços deixados vazios pela passagem do fogo (Costa et al., 2017). Não obstante, essa regeneração acaba por ficar comprometida se os incêndios ocorrerem recorrentemente no mesmo lugar em curtos anos de intervalo. Quando esta situação se verifica, é visível uma maior degradação dos recursos naturais (solo e água), favorecendo o fenómeno da desertificação (pois as chuvas acontecem com grande frequência após o período seco do verão, levando a escoamentos superficiais) (Alexandre, 1998) e ampliando o processo erosivo através da redução dos períodos de recuperação das espécies e modificando as propriedades hidrológicas e biológicas do solo (González et al., 2006).

Para além das alterações nas componentes do solo e da água, existe também a “toxicidade dos poluentes emitidos pela queima da biomassa” (Guerrero et al., 2020). Alguns destes poluentes demonstraram ter impacto na saúde humana, sendo responsáveis por aumento na mortalidade devido a problemas cardíacos e respiratórios (Guerrero et al., 2020 citando Johnston et al., 2012).

2.4.2. Consequências Socioeconómicas

Em Portugal, a principal causa dos incêndios rurais relaciona-se com a intervenção humana, tendo havido uma constante preocupação na realização de estudos de combate e prevenção aos incêndios (Ribeiro, 2014).

Em termos de consequências sociais, as mais dramáticas prendem-se com a perda de vidas humanas, não só dos residentes por não quererem abandonar as suas casas e por serem vítimas antes da ajuda chegar devido às falhas nas comunicações, mas também dos bombeiros e agentes da proteção civil que morrem durante o combate ou no percurso (Lourenço, 1991). Estas fatalidades conduzem a dramas familiares e frustrações pessoais a longo prazo pois os modos de vida das populações são destruídos (Silva, 2012). O ano de 2017 foi uma catástrofe a nível nacional, tendo ardido perto de 500 mil hectares, causando a

morte a 111 pessoas (grande parte civis) e destruindo total ou parcialmente inúmeras infraestruturas e habitações (Garcia, 2018).

Em Portugal, como nos outros países do Sul da Europa, todos os anos um elevado número de incêndios reduz vários milhares de hectares em cinzas. O problema centra-se na falta de conhecimento dos valores de volume de madeira queimada e na falência de serrações de madeira e de fábricas de transformação da resina, obrigando à importação de matérias primas e aumento dos custos de produção (Lourenço, 1991). A falência destas empresas tem levado ao desemprego dos trabalhadores, agravando a situação económica e social, já fragilizada nestes contextos territoriais.

2.5. Enquadramento institucional e políticas

“Num Estado moderno, a administração pública florestal é um dos instrumentos a que os governos recorrem para concretizar a política nacional de utilização dos recursos florestais” (Pinho, 2018:81). Em Portugal, a legislação produzida em torno dos incêndios florestais surge na década de 1980, tendo aparecido diversas normativas com o objetivo primordial de atenuar o risco de incêndio (Rocha, 2019). A produção legislativa corresponde a períodos onde a situação se agravou significativamente, seja pelo número de ocorrências, pelos hectares ardidos ou pelas suas consequências acentuadas (como a perda de vidas humanas). “Todos os anos, após o início da fase BRAVO⁴, é publicada uma Portaria que define o período crítico no âmbito do Sistema Nacional da Defesa da Floresta contra Incêndios” (Ribeiro, 2014:17) e onde atualizações são feitas de modo a que seja elaborado um planeamento e ordenamento do território face aos incêndios mais eficaz.

A 26 de agosto de 1980 e a 18 de dezembro de 1981 (Decreto-Lei 327/80 e Decreto Regulamentar 55/81, respetivamente) surgem os primeiros decretos referentes aos incêndios florestais. O Decreto-Lei de 1980 centra-se na prevenção visto que é argumentado que na sua maior parte, “os incêndios ocorridos tiveram origem em fatores humanos, muitas vezes por incúria ou negligência e, não raramente, de natureza criminosa, pelo que se impõe uma maior prevenção dos riscos de incêndio e uma maior fiscalização das áreas habitualmente atingidas”. O Decreto Regulamentar de 1981 surge como retificação ao anterior e visa definir as ações a desenvolver, atribuir competências às entidades e estabelecer normas para a organização do sistema com objetivo comum: prevenção, deteção e combate aos incêndios

⁴ Autoridade de Proteção Civil disponível em <http://www.proteccaocivil.pt/>, acedido a 11 de setembro de 2020

florestais. No entanto, uma situação é de ressaltar: “o facto de, indistintamente, se começar a designar o fenómeno, ora por incêndio florestal, ora por fogo florestal, o que para além da imprecisão terá, quiçá, sido responsável pela confusão entre os dois termos, que perdurou até à atualidade” (Felgueiras, 2005). Após os incêndios de 1995 (em que o número de ocorrências ultrapassou as 3000), surge a Lei de Bases da Política Florestal (lei nº 33/96, de 17 de agosto de 1996) com o objetivo de definir as bases da política florestal nacional através do “desenvolvimento e fortalecimento das instituições e programas para a gestão, conservação e desenvolvimento sustentável das florestas e sistemas naturais associados, visa a satisfação das necessidades da comunidade, num quadro de ordenamento do território”. No seguimento das políticas florestais começaram a surgir instrumentos de política setorial e gestão florestal em concordância com a Lei de Bases da Política Florestal como os Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) e os Planos de Gestão Florestal (PGF) (Lei n.º 33/96, artigos 5º e 6º).

O incêndio de 2003 trouxe repercussões ambientais, económicas e sociais dramáticas e fizeram com que a sociedade tivesse a necessidade de proteger os seus espaços florestais. Após o sucedido, foram feitas várias tentativas de reforma da legislação com vista a obter uma abordagem mais eficaz ao problema dos incêndios. Tem-se assistido a uma reestruturação intensiva das reformas havendo concordância entre as autoridades (Beighley & Hyde, 2018). Como resposta, foi criada em outubro de 2003 a Secretaria de Estado das Florestas, com o objetivo de articular os assuntos relacionados com as políticas florestais. A 31 de outubro de 2003, o Conselho de Ministros “aprovou a Reforma Estrutural para o Sector Florestal, ficando o legislador encarregue de elaborar diversas medidas que incidissem, sobretudo, sobre a revisão da legislação existente, reabilitação da estrutura florestal do Estado, criação de um quadro fiscal e promoção de mecanismos simples de gestão ativa do território” (CNADS, 2006). Segundo Soares & Oliveira (2006), no âmbito destas medidas, foram criadas iniciativas durante o ano seguinte: Lei Orgânica da nova DGRF, com as funções da Autoridade Florestal Nacional (Decreto-Lei nº 80/2004, de 10 de Abril), Fundo Florestal Permanente (Decreto-Lei n.º 63/2004, de 22 de Março), Agência para a Prevenção dos Incêndios Florestais (APIF) (Decreto Regulamentar n.º 5/2004, de 21 de Abril), Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (Lei n.º 14/2004, de 8 de Maio), Conselho Nacional de Reflorestação (CNR) das áreas ardidas e Comissões Regionais de Reflorestação das áreas ardidas (Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2004, de 2

de Março, e Despacho n.º 5865/2004), Programa de Sapadores Florestais (Decreto-Lei n.º 94/2004, de 22 de Abril:), Condicionamento da circulação em áreas de risco (Decreto-Lei n.º 156/2004, de 30 de junho), Contributo das Forças Armadas nas ações de prevenção (Decreto-Lei n.º 156/2004, de 30 de junho), Campanhas de sensibilização da população (Decreto-Lei n.º 156/2004, de 30 de Junho), Quadro jurídico para a expropriação para infraestruturas florestais (Decreto-Lei n.º 156/2004, de 30 de Junho), Formas de intervenção substitutiva do Estado aos proprietários privados (Decreto-Lei n.º 156/2004, de 30 de Junho) e Revisão da legislação sobre queimadas e uso do fogo (Decreto-Lei n.º 156/2004, de 30 de Junho).

Passados dois anos, na sequência dos incêndios de 2005, surge a necessidade de revogar o Decreto-Lei n.º 156/2004, de 30 de junho e é aprovado o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho com o objetivo de “estabelecer as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios” (Decreto-Lei n.º 124/2006, artigo 1º).

Se por um lado, nestes dois anos o número de ocorrências e área ardida atingiu valores anormais, por outro lado fez com que existisse uma maior consciencialização por parte da sociedade devido aos meios de comunicação que, em massa, começaram a cobrir as televisões com diretos informativos e os jornais com notícias sobre o número de vítimas dos incêndios. Algo que levou a uma viragem política relativamente àquela que era a problemática dos incêndios florestais em Portugal. Devido a estes dois anos catastróficos, o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) é aprovado em 2006 que reconheceu a necessidade de atuação nos domínios da prevenção estrutural (coordenada pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas), vigilância (coordenada pela Guarda Nacional Republicana) e combate (coordenada pela Autoridade Nacional de Proteção Civil) (Tedim, 2016). Para a execução desses domínios, foram identificados cinco eixos estratégicos de atuação: aumento da resiliência do território aos incêndios florestais, redução da incidência dos incêndios, melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios, recuperar e reabilitar os ecossistemas e adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

Igualmente neste ano foi criada a Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais (APIF), um organismo submetido pelo Ministério da Agricultura que tinha como objetivo concertar estratégias no âmbito da prevenção e proteção contra os incêndios florestais. Com

esta introdução, em 2007 é criada uma estrutura – a Direção de Serviço de Defesa da Floresta Contra Incêndios (Freitas, 2015).

Em 2009, o Decreto-Lei de 2006 é revogado e surge o Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro onde o principal objetivo passa pela execução de normas à criação de mecanismos de defesa da floresta em conjunto com as autoridades competentes. Neste Decreto, ficou também implícito que todos os municípios deveriam ter um Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDCI) suportado pelo Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra os Incêndios (PNDCI) e Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra os Incêndios (PDDFCI).

Os anos que se seguiram, apesar do surgimento dos vários diplomas legais, planos e medidas para garantir o planeamento e gestão florestal sustentável, os problemas mantiveram-se evidenciando fragilidades nas medidas estruturadas. Até que chegamos àquele que foi o ano mais catastrófico até à data em termos de vítimas mortais associadas aos incêndios e em área ardida – 2017. Face ao sucedido, foram publicados inúmeros documentos legislativos com objetivo de rever a legislação anterior. A 8 de maio surge a Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2017 onde é aprovado o Programa Nacional de Fogo Controlado, a 17 de agosto surgem as Leis n.º 76 e 78 em que o Decreto-Lei n.º 124/2006 é alterado e é criado um sistema de informação cadastral simplificado após os incêndios de Pedrógão Grande.

Os incêndios de junho e outubro de 2017 que deflagraram em Portugal tiveram consequências trágicas, quer ao nível de vidas humanas, quer ao nível dos inúmeros danos e prejuízos em habitações, explorações agrícolas e bens de pessoas, empresas e autarquias, bem como um grande impacto na sustentabilidade das florestas. Face a esse sucedido, a 10 de julho de 2017 é criada uma Comissão Técnica Independente através do Decreto Lei n.º 49/2017, que, mais tarde, a 12 de outubro aprova em unanimidade um relatório com algumas reflexões e recomendações relacionadas com a valorização da floresta e da sua defesa contra incêndio, e que recomenda a criação de uma Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF) que conta com o apoio das entidades: Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, Guarda Nacional Republicana e o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas. Esta agência é um instituto público criado pelo Decreto-Lei n.º 12/2018, de 16 de fevereiro que tem como missão o planeamento e coordenação estratégica através da integração de políticas públicas que visam a coordenação do Sistema de Gestão Integrada de

Fogos Rurais (SGIFR) e que é composta por um conselho diretivo, um conselho de coordenação e um conselho consultivo. Foi com o presente decreto que se deixa de designar Defesa da Floresta Contra Incêndios e passa a designar-se Gestão Integrada de Fogos Rurais. Neste sentido (e de acordo com o referente decreto) esta tinha como missão proteger as pessoas e bens dos incêndios rurais e valorizar os espaços silvestres, mantendo os ecossistemas em bom estado de conservação através da identificação de orientações estratégicas e respetivos objetivos, para a qual é necessária concretizar de forma persistente um programa coeso de ações e projetos para o período 2020-2030.

Considerando as diferentes áreas, agentes e diretrizes, o Governo decidiu mudar o sistema existente desde 2006 para um Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), com vista a implementação de novas medidas de prevenção e combate aos incêndios. Este sistema assenta em dois eixos fundamentais para as Comissões Técnicas Independentes: a Gestão de Fogos Rurais (GFR) e a Proteção Contra Incêndios Rurais (PCIR).

Capítulo 3. Os meios de comunicação e a informação sobre os incêndios

“O grande público que vive nas sociedades industrializadas deixou de ter contacto direto com importantes fatias da realidade, ficando por isso dependente da mediação exercida pelos meios de comunicação de massas” (Santos, 1992:99) verificando-se um duelo entre as pequenas notícias e os grandes acontecimentos (políticos, por exemplo), fazendo uma distinção entre aquilo que nos é permitido visualizar (Pierre, 1997).

Tem sido desta forma que a sociedade tem criado opiniões e perspectivas diversificadas face à realidade social, sendo que é importante refletir no papel que os meios de comunicação exercem no nosso quotidiano, ou seja, como aceitamos ou recusamos a informação que eles nos transmitem e como ela influencia o nosso pensamento. Ao longo dos anos os meios de comunicação têm tido um papel cada vez mais influenciador, principalmente naquela que é a sua relação com a sociedade, fazendo com que a percepção da realidade seja condicionada por influência da globalização dos mesmos (Santos, 1922).

Jorge Sousa (2008) defende que um dos acontecimentos que levou a que o ambiente se tornasse um tema abordado no mundo mediático foram os sucessivos incêndios nos anos 2000 (com particularidade para os de 2003 e 2005). A causa apontada pelos meios de comunicação foi a deficiente política florestal, o que fez com que existisse uma maior consciencialização da população para este fenómeno.

Assim sendo, os meios de comunicação têm contribuído para aumentar a visibilidade deste fenómeno. No entanto, essas informações são mais influentes durante ou imediatamente após um incêndio florestal (McCaffrey, 2004). Johnson et al. (2006) demonstraram como a grande maioria das notícias se concentram predominantemente em esforços específicos no combate aos incêndios, em vez das medidas que os proprietários podem tomar para reduzir os danos de incêndios futuros.

Segundo Castilho (2008) existem três fatores que focalizam a atenção dos meios de comunicação nos incêndios florestais:

- O período crítico dos incêndios centrar-se essencialmente nos meses de Verão, logo grande parte das notícias centra-se nesse tema.

- Em segundo lugar, os incêndios florestais têm uma componente visual de grande impacto. Até poderá ser um pequeno incêndio, mas a abordagem à notícia é de carácter atrativo.
- E, por último, são raros os jornalistas especializados em matéria de meio ambiente que possam aprofundar toda a informação (abordagem das causas, consequências económicas e ecológicas, avaliações de possíveis restauros, etc.), assim o tratamento jornalístico sobre os incêndios florestais é projetado como uma transmissão de eventos.

Quando as comunidades enfrentam vários incêndios florestais consecutivos, os meios de comunicação começam a levantar questões políticas (Kroepseh, 2017) e acabam por mencionar inúmeras causas ou apresentar as mais variadas justificações, procurando focar-se muitas vezes no perfil do incendiário. De acordo com Pereira et al (2006: 154), “existe uma grande variedade de causas potenciais para os fogos rurais, sendo que a opinião pública e, possivelmente, as estatísticas oficiais, sobrestimam a importância do incendiário e subestimam o número de fogos causados por queimadas associadas a atividades de produção agropecuária”.

Silva (2008) teoriza que os meios de comunicação apostam na especulação das notícias sobre o fenómeno do fogo e todo o cenário provocado pelos meios de combate envolventes (aéreos e terrestres), apostando sempre em vídeos e imagens com forte impacto visual, onde o pânico, a destruição e a aflição são sentimentos fortemente evidenciados. Sob a perspetiva mediática, os media focalizam-se nos dramas humanos, em detrimento dos problemas ambientais (Vieira, 2006).

Os incêndios são acontecimentos de extrema importância no mundo mediático pois prologam-se durante dias, atraindo o público, mas sendo que o principal enfoque é o início do incêndio e não o seu término (Bento, 2012 citando Carvalho, 2012). Segundo Mesquita (2003:119), “os incêndios florestais constituem uma excelente «matéria-prima» jornalística porque permitem sucessivos episódios ao longo de vários dias, numa estrutura narrativa semelhante à do folhetim ou à da telenovela”. Além disso, os incêndios representam os ingredientes necessários para um grande exclusivo: “o fascínio da chama”, “o drama humano” e a “incapacidade perante a Natureza”. No entanto, há linhas orientadoras a seguir aquando da apresentação das notícias, referenciadas pelo documento da RTP de

autorregulação⁵ para a cobertura de incêndios florestais em 2006: a diversificação das imagens para evitar o carácter repetitivo; evitar uma certa descrição vaga que é comum encontrar-se nas notícias sobre incêndios; ser o mais rápido na descrição do incêndio; fornecer informação relativa à evolução do incêndio; procurar saber quais as espécies em risco; conseguir responder questões como: “há quantas horas o fogo se desenrola”, “quais as consequências visíveis”, durante os diretos; noticiar não apenas os incêndios ativos mas também os extintos; tentar fazer com que os jornalistas evitem recolher depoimentos dos populares e que os mesmos opinem sobre causas (sem habilitações para o fazer); e evitar que a cobertura dos incêndios ocupe mais de 20% do total do noticiário.

3.1. Transformação dos acontecimentos em notícia

Não são todos os acontecimentos que chegam ao conhecimento dos jornalistas que serão transformados em notícia e publicados nos jornais. A intensa procura por respostas à questão: *Como é que os acontecimentos se tornam em notícia?* motivou em diferentes gerações, teorias que explicassem o propósito e a problemática das produções jornalísticas e qual o seu papel no dia-a-dia das sociedades. Face a essas teorias, começa a surgir o conceito de notícia como uma forma de ver, perceber e conceber a realidade. Fontcuberta (1999:8) refere que “a notícia é um conceito aberto (...) [que] surge no fim de um processo, de uma manipulação que obedece não só a técnicas, mas a éticas. O momento fundamental desse processo é o inicial: aquele em que alguém que tem esse poder define (...), classifica, nomeia o que é notícia. Se o jornalismo é poder, ele reside aqui: apontar o que, em cada momento, em cada dia, é notícia”. Todavia, esta problemática já existe desde o século XVII, quando surgiram os primeiros jornais. Nessa altura, já os jornalistas se “questionavam sobre o que colocar naquelas folhas em que procuravam, mensal ou semanalmente, expor as novidades às elites” (Pedro, 2016:10).

Os acontecimentos são transformados em notícia pelo sistema jornalístico desde a pesquisa e apuração dos dados até à circulação dos conteúdos (Bento-Gonçalves, 2010). Um sistema integra o macrossistema da comunicação social, responsável pela “captação, tratamento e disseminação das mensagens destinadas, de um lado, ao ajustamento informativo da sociedade e, de outro, aos objetivos persuasórios de vendas e dominação cultural” (Rego, 1984:12). Para conquistarem o status de notícia precisam de atender a

⁵ Relatório do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, Deliberação 1-1/2006 que adota a recomendação 7/2006

alguns princípios, denominados de critérios de noticiabilidade (Bezerra, 2017). O conceito de noticiabilidade, em concordância com Traquina (2008, p.63), é definido como o “conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia”. Esses critérios são um conjunto de valores que vão definir quais os assuntos e acontecimentos que merecem ser noticiados, mediante os assuntos mais interessantes e relevantes para o público, com o objetivo de obter uma maior audiência (Wolf, 1995, p.195). A necessidade de pensar sobre estes critérios de noticiabilidade surge perante a constatação clara de que não há espaço nos meios de comunicação para a infinidade de acontecimentos. Esses critérios de noticiabilidade permitem distinguir entre o que é notícia ou apenas um acontecimento. Traquina (2008) divide os critérios de noticiabilidade em: 1) critérios de seleção; e 2) critérios de construção. Os critérios de seleção fazem referência à morte, a notoriedade (tangibilidade da notícia, número de pessoas envolvidas ou afetadas, o insólito), a proximidade, a relevância (ou o impacto da notícia), a novidade, o tempo (atualidade ou datas importantes), a notabilidade o inesperado, o conflito, a infração (das normas) e o escândalo (usualmente o mediático). Relativamente aos critérios de construção, fazem parte a simplificação, a amplificação, a relevância, a personalização, a dramatização e a consonância.

O jornalismo tenta dar coerência aos seus conteúdos, construindo as notícias a partir de modelos pré-existentes de forma a ir de encontro ao que a produção deseja (Ponte, 2005). Ao ser analisada toda esta quantidade de notícias, é necessário compreender que os meios de comunicação não retratam ou criam factos, mas sim constroem uma visão dos factos.

Evidentemente que um acontecimento só se torna notícia se for atual e se tiver uma forte importância social, sabendo que o inesperado conquista a manchete de um jornal. Fontcuberta (1999) salienta a importância do tempo, clarificando que “o tempo é o elemento básico para distinguir a notícia de outro tipo de informações. A essência do acontecimento jornalístico é a atualidade. (...) Para uma informação ser notícia requer a conjugação de três fatores: a) ser recente; b) ser imediata; e c) que circule. Isto é, que acabe de se produzir (...), que se dê a conhecer no mínimo espaço de tempo possível, e que esse conhecimento circule num público vasto e massivo”. Tal como a autora evidencia, é fulcral que a notícia seja imediata pois a cada hora, minuto ou segundo acontece algo que afeta alguém de alguma forma e, por isso, tem de existir uma “emergência” naquilo que é a transmissão de notícias para uma população que está sempre à espera de mais. Outro importante fator a ter em conta

na passagem do acontecimento a notícia é a sua relevância. Este critério refere-se ao valor que este acontecimento terá em ser reconhecido pela audiência (Guerra, 2016) e o número de vezes que esta surge nos noticiários podendo advir daí, mais notícias a partir da «notícia-mãe» (Colombo, 1998).

Aliado a este cenário, reside um outro fator a ter em conta – a concorrência. Como Traquina (2002) menciona, “quem ganha é quem primeiro dá a notícia”, pois vivemos numa sociedade capitalista em que tempo é dinheiro. Dessa forma, os profissionais dos meios de comunicação (neste caso, os jornalistas) tiveram de encontrar novos métodos que tornassem os jornais mais ágeis, sem deixar de lado o conceito de um texto bem reportado e com uma boa política editorial.

O fenómeno dos incêndios, apesar de ser um acontecimento que motiva as pessoas pelos piores motivos, chamando a sua atenção, é um conjunto de ocorrências que põe em causa as vidas das populações, bens e o ambiente e, influencia, conseqüentemente a conceção pública do perigo. Por isso, os meios de comunicação têm como obrigação “enquanto entidades cooperantes de proteção civil pautarem a sua conduta por acontecimentos, enquanto fazedores de opinião, que devem ser pró-ativos, para que se aumente uma cultura de segurança por parte dos cidadãos” (Pinto, citado por Bento, 2012:106). Devido à sua particularidade, há um grande interesse por parte dos meios de comunicação, tentando reportar todo o acontecimento com extremo detalhe, mesmo que seja sem estar sustentado em conhecimento científico (Ekayani et al., 2016).

Correia-da-Silva et al. (2019) aponta três formas de comunicação do risco: comunicação unilateral (a informação é transmitida por especialistas e governos para educar os cidadãos sobre o risco), comunicação bidirecional (este tipo de comunicação fornece ao público a possibilidade de partilhar feedback) e aprendizagem social (a capacidade que as pessoas têm para agir mediante um determinado acontecimento). Em relação aos incêndios, a comunicação unilateral é a identificável para os sistemas de alerta deste fenómeno, através de palestras, brochuras e comunicados à imprensa com o único objetivo de consciencializar a população. Contudo, a abordagem adotada pelos meios de comunicação em resposta a estes fenómenos tem sido criticada pela sua tendência imprecisa e sensacionalista, pois muitos jornalistas não foram treinados para cobrir este género de conteúdos mediáticos e, por isso, carecem de conhecimento científico básico (Lowrey et al., 2007). Aquando o acontecimento deste género de catástrofes, o discurso sobre o risco de incêndio nos meios de comunicação

é analisado ao pormenor, através de entrevistas, e de uma análise crítica do fogo, examinando exaustivamente as dimensões sociais, como as ideologias, identidades sociais, instituições e relações de poder (Fairclough, 2013).

3.2. Método de seleção das notícias

Patrick Charaudeau (2003:11) reconhece que os meios de comunicação são suportes institucionais que se apoderam de diferentes conceitos para integrá-los nas suas lógicas, sejam elas económicas, tecnológicas ou simbólicas. Estes são influenciados por um conjunto de “expectativas e restrições” (Shoemaker & Reese, 1996) denominadas de rotinas de notícias, sendo que estas ditam quais as histórias mais suscetíveis de ganhar cobertura (Saunders, Grasso & Hedges, 2018). Geralmente os temas que compõem a agenda mediática são alvo de um longo processo de seleção e edição, que inclui fatos e exclui ou hierarquiza outros, tentando sempre fazê-lo de forma imparcial para que não sejam acusados de favorecer interesses (Guerra, 2016). A agenda mediática ou *agenda-setting* é a “a capacidade que os meios de comunicação social têm para, através da seleção de notícias, produzirem uma hierarquização da informação e exercerem uma influência que não é tanto de modelar os comportamentos, mas mais definir os temas dignos de atenção coletiva” (Neveu, 2005, p.105). A *agenda-setting* tem consequências para além do foco da atenção do público. Estas abrangem tanto as atitudes e opiniões como o comportamento observável, evidenciando três consequências: formar opiniões, tecer opiniões sobre figuras públicas através de características e moldar opiniões enfatizando particulares (McCombs, 2005).

Neste sentido, a filtragem e seleção das notícias pelo jornalista era baseada na teoria do *Gatekeeping* (Traquina, 1993), ou seja, cabia ao jornalista a decisão se aquela notícia seria reportada (Ribeiro, 2016). Como refere Ribeiro (citado em Seruya, 2019, p.20) “no momento do *gatekeeper* escolher se a informação recebida dá entrada no seu órgão de comunicação, atributos como o valor-notícia, a proximidade, a relevância, o impacto, o interesse e o conflito, influenciam essa decisão. Estes atributos têm por base os critérios jornalísticos e as rotinas de produção de cada meio de comunicação”. Esta teoria refuta a primeira teoria criada para explicar porque as notícias são como são: Teoria do Espelho, que defendia que o jornalista apenas devia relatar com honestidade o que acontecia, sem nunca emitir uma opinião pessoal (Traquina, 2005).

Os valores-notícia são considerados um dos critérios de noticiabilidade e são “valores intrínsecos aos fatos que os potencializam a serem transformados em notícia, influenciando

os processos de seleção” (Langbecker, Castellanos & Matamoros, 2019:5), sugerindo o que deve ser enfatizado, o que deve ser omitido e a que se deve dar prioridade. Wolf (2003) abordou o conceito de valor-notícia numa perspectiva diferente de outros autores, sob a perspectiva da construção da notícia surgindo um novo modelo: a distinção entre o valor-notícia de seleção e o valor-notícia de construção. Para o autor, estes são critérios usados pelos jornalistas na hora em que têm de selecionar os acontecimentos a contar. “Mesmo com o grande acervo de fundamentações teóricas sobre os critérios de noticiabilidade e valores-notícia, eles não são fixos e imutáveis. Há uma alteração com o decorrer do tempo e conforme a linha editorial de cada veículo de comunicação. São fruto de contextos ideológicos e sofrem influência da cultura jornalística” (Almeida, 2017, p.169).

No mundo, os incêndios florestais são considerados uma das causas de danos humanos não intencionais e ambientais. Os meios de comunicação são um mecanismo disponível para promover estratégias de prevenção e o valor-notícia dos incêndios oferece uma oportunidade clara para uma ampla comunicação sobre esse tema (Smith et al., 2007). Aquando a transformação do acontecimento (neste caso, os incêndios) em notícia a proeminência do problema é importante, mas também o posicionamento do artigo e as imagens associadas. O enquadramento do problema pressupõe a seleção de certos aspetos como as causas associadas aos incêndios e respetivas consequências (Smith et al., 2007).

Só quando o acontecimento é textualizado é que ganha valor. As notícias sobre incêndios são resultado de histórias contadas por jornalistas e repórteres de imagem publicados nos jornais. Nesta visão, esteve um “conjunto de factos e ocorrências que apenas uma parte dos portugueses pôde testemunhar, mas o que sabemos desses acontecimentos é produto da cobertura feita pelos meios de comunicação” (Peixinho, 2018:147). Ou seja, o que é transformado em notícia faz parte da realidade selecionada pelos meios de comunicação em função do seu potencial de noticiabilidade.

Mercier (2006) refere três critérios que ditam se o fenómeno deve ser selecionado e noticiado: o critério de intensidade emocional, a possibilidade de ir ao terreno e procurar informação e o nível de concorrência com outros factos. Um fenómeno é noticiado quanto maior for o seu valor-notícia. Os incêndios têm conquistado as manchetes de jornal devido ao elevado número de valores-notícia, como refere Traquina (2002), a dramatização, o insólito, a grandeza e o terror.

Capítulo 4. Metodologia e Caso de Estudo

Este trabalho tem como objetivo analisar o modo como os meios de comunicação social abordam os incêndios de 2017, comparando as notícias publicadas por dois jornais de circulação nacional: o Correio da Manhã e o Público. A escolha dos jornais teve como propósito averiguar as diferentes abordagens a este fenómeno. Ambos focam-se na existência de opinião pública, primando pela democracia e fazem uma forte cobertura noticiosa. No entanto, o Correio da Manhã expõe as notícias de forma artificial, em que os discursos são sensacionalistas, há um gosto particular em chamar a atenção do público e, quando não existem notícias de grande impacto jornalístico, fazem enquadramentos ou resenhas detalhadas de acontecimentos anteriores. Já o jornal Público, explora e expõe as notícias de uma forma mais aprofundada e abordando diversos temas, com discursos política e em que é evidente uma recusa pelo sensacionalismo, fazendo com que o seu público-alvo seja aquele que procura notícias coesas e diferenciadas.

A recolha e seleção das notícias foi feita nas plataformas digitais segundo um conjunto de palavras-chave: “incêndio”, “fogo”, “Portugal e incêndio”, “Portugal e fogo” e “floresta”. Após a contagem do total das notícias desse ano (Tabela 2), apenas foram selecionadas as que se inseriam no campo das palavras-chave, tendo sido aferidas um total de 1451 notícias (1001 do jornal Correio da Manhã e 450 do jornal Público). O período temporal investigado compreende todo o ano de 2017, pois, tal como mencionado anteriormente, foi o ano em que os incêndios tiveram repercussões mais graves, não só em termos de área ardida, mas também no número de mortes e danos materiais e psicológicos.

Tabela 2- Contabilização das notícias por palavra e total do Jornal Correio da Manhã e do Jornal Público

Jornal	Correio da Manhã	Público
Total de notícias	6895	4188
Número de notícias com a palavra "incêndio"	5369	2849
Número de notícias com a palavra "fogo"	4511	2394
Número de notícias com a palavra "Portugal e incêndio"	3295	1465
Número de notícias com a palavra "Portugal e fogo"	2991	1113
Número de notícias com a palavra "floresta"	1959	2281
Total de notícias usadas	1001	450

Fonte: Elaboração Própria

Seguidamente, foi elaborada uma tabela de análise primária, com as variáveis: nome do jornal - Correio da Manhã ou Público, data, título da notícia, área geográfica, tipo de notícia (para clarificar se era reportagem, notícia ou opinião), secção do jornal em que se

insere, número de páginas e se continha fotografias ou vídeos (sendo que estas últimas não serão alvo de análise) (Anexo II e III).

O suporte metodológico da parte empírica assenta nas técnicas da Análise de Conteúdo, tendo em conta a linha de investigação e os dados recolhidos. Bardin (1977:9) define a análise de conteúdo como um “conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtilem em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a «discursos» (conteúdos) extremamente diversificados”. Já Janis (1982:53) sintetiza que “a análise de conteúdo fornece meios precisos para descrever o conteúdo de qualquer tipo de comunicação: jornais, programas de rádio, filmes, conversações quotidianas, associações livres, verbalizadas, etc. As operações da análise de conteúdo consistem em classificar os sinais que ocorrem numa comunicação segundo um conjunto de categorias apropriadas”.

A análise de conteúdo é dividida em dois tipos: qualitativa e quantitativa. O que caracteriza a análise qualitativa é o que se pode deduzir relativamente ao conteúdo da informação. Já na análise quantitativa, o que pesa mais na pesquisa é a frequência com que determinadas palavras ou temáticas aparecem no discurso (Bardin, 2004).

Neste sentido, foi desenvolvida uma análise de conteúdo, a partir da inserção das notícias no NVivo, um programa de análise de dados que permite organizar, armazenar e codificar os dados de pesquisa e que tem como princípio a integração de ferramentas de análises de dados para o trabalho com documentos textuais, multi-método e dados bibliográficos. Foram consideradas todas as notícias que referenciassem diretamente os incêndios florestais e separadas por jornal e por mês. A grelha de análise (Anexo I) foi construída com base na revisão da literatura e de alguns conceitos-chave. Assim, as categorias foram as seguintes: 1) Objetivo da notícia, 2) Foco da notícia, 3) Recursos, 4) Localização, 5) Distribuição Temporal, 6) Tipologia da notícia, 7) Causas, 8) Fase da Notícia, 9) Combate, 10) Prevenção, 11) Meios de combate, 12) Agentes mencionados na notícia, 13) Consequências, 14) Ações legais e 15) Planos e Estratégias. Depois operacionalizadas em subcategorias e atributos, o objetivo foi analisar as notícias recolhidas (em termos gerais nos dois jornais e faseada em três momentos chave: antes de junho, entre junho e outubro e depois de outubro) e alcançar o principal objetivo do estudo. A divisão na análise foi criada porque nesse ano, os incêndios dividem-se em dois grandes momentos considerados desastrosos a nível nacional: os incêndios de junho e os incêndios de outubro.

Posteriormente a esta categorização, as notícias foram inseridas no programa NVivo classificadas por jornal (Público ou Correio da Manhã) e por mês. Seguidamente foram introduzidas as categorias para se proceder à categorização exaustiva das notícias. À medida que a codificação das notícias foi sendo realizada, houve a necessidade de criar novas subcategorias que foram sendo acrescentadas à grelha de análise.

Depois de todos os materiais estarem codificados, procedeu-se à extração de elementos que ajudassem na análise, de forma a conseguir uma comparação jornalística fundamentada. Os procedimentos usados foram:

- a) A frequência na ocorrência das palavras: consideram-se as cinquenta palavras mais usadas para ambos os jornais, para a distribuição temporal (antes de junho, entre junho e outubro e depois de outubro) e para as palavras mais frequentes nos dois jornais para os meses de junho e outubro individualmente;
- b) A extração de tabelas de cruzamento de referências entre os jornais e as categorias e os meses e os meses em cada período temporal, permitindo analisar o número de vezes que aquela categoria era referenciada nas notícias.

Após a conclusão de ambos os processos, seguiu-se uma análise dos dados comparativa e respetivas conclusões divididas em três grandes momentos desse ano: antes de junho, entre junho e outubro e depois de outubro.

Capítulo 5. Análise dos resultados

Após a abordagem feita à teoria e metodologia usadas, procedeu-se à análise de conteúdo das notícias dos jornais Correio da Manhã e Público para o ano de 2017 que fizessem referência a incêndios rurais. A análise dos dados estará dividida em quatro momentos, uma análise comparativa geral de ambos os jornais e depois uma análise igualmente comparativa, mas dividida, como anteriormente mencionado, em três fases: antes de junho, entre junho e outubro e depois de outubro.

5.1. Análise geral das Notícias no Correio da Manhã e no Público

Para a parte empírica foram selecionadas um conjunto de 1451 notícias (1001 para o Correio da Manhã e 450 para o Público). Essa recolha e seleção foi feita segundo um conjunto de palavras-chave: “incêndio”, “fogo”, “Portugal e incêndio”, “Portugal e fogo” e “floresta”.

Do ano de 2017 ressaltam dois grandes momentos em termos de ocorrência de incêndios rurais: junho e outubro. É notório um elevado número de notícias no jornal Correio da Manhã face ao jornal Público, sendo que o número de notícias no primeiro representa quase o dobro do segundo (Tabela 3).

Tabela 3- Número de notícias por mês do Jornal Correio da Manhã e do Jornal Público em 2017 e as suas percentagens

Número de notícias por mês - Correio da Manhã			Número de notícias por mês - Público		
Meses	Número de notícias	Percentagem	Meses	Número de notícias	Percentagem
Janeiro	6	0,6%	Janeiro	3	0,7%
Fevereiro	4	0,4%	Fevereiro	3	0,7%
Março	7	0,7%	Março	2	0,4%
Abril	38	3,8%	Abril	12	2,7%
Mai	25	2,5%	Mai	8	1,8%
Junho	139	13,9%	Junho	84	18,7%
Julho	171	17,1%	Julho	85	18,9%
Agosto	243	24,3%	Agosto	91	20,2%
Setembro	81	8,1%	Setembro	37	8,2%
Outubro	211	21,1%	Outubro	83	18,4%
Novembro	44	4,4%	Novembro	24	5,3%
Dezembro	32	3,2%	Dezembro	18	4,0%
Total	1001		Total	450	

Porém, analisadas as proporções de ambos os jornais, é visível que estas são bastante equilibradas (Gráfico 1). No entanto, durante esta análise surgem duas situações, a primeira é nos meses de junho e julho em que a linha das proporções do número de notícias face ao seu total é superior no jornal Público em relação ao jornal Correio da Manhã devido ao

enfoque que o primeiro jornal dá às notícias relacionadas com os incêndios florestais, sendo que um dos principais incêndios desse ano ocorre em junho, ainda que a meio do mês. A segunda situação prende-se com o pico das notícias em agosto. No caso do jornal Público, a diferença deste mês com os dois meses anteriores, não é muito relevante, todavia este número cresceu devido aos sucessivos incêndios que abateram Portugal nestes três meses e às trágicas consequências que lhes sucederam. No caso do jornal Correio da Manhã, esta superioridade é mais evidente, igualmente devido ao número de incêndios nestes meses, as suas consequências, mas, também, em função deste jornal ter a necessidade de atualizar notícias ao minuto (mesmo que estas se repitam) e de reportar notícias passadas, mas em que os seus impactos ainda sejam visíveis no presente.

“PR promulga apoio extraordinário à habitação para famílias afetadas por fogos na Madeira.” Correio da Manhã, 03 de agosto de 2017

“Falhas ‘esconderam’ mortes de Pedrógão por duas horas.” Correio da Manhã, 10 de agosto de 2017

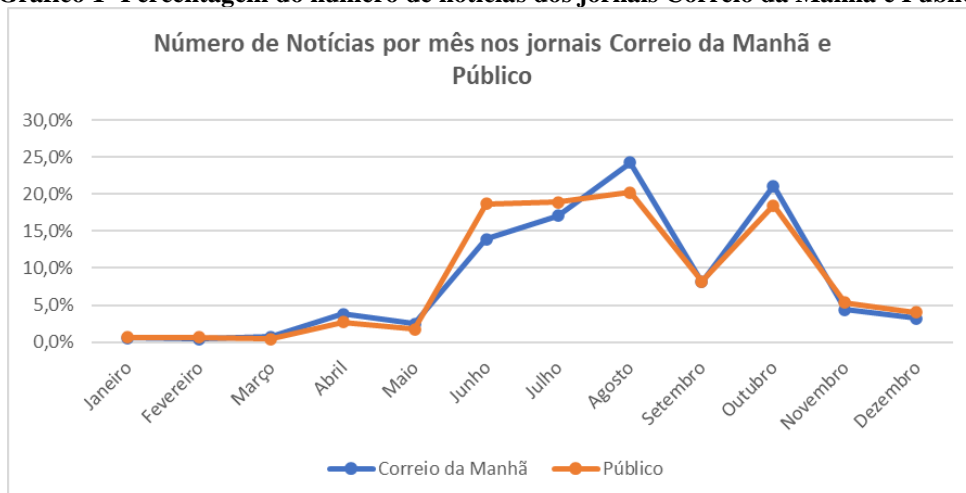
Em ambos os jornais, antes de junho, as notícias sobre incêndios florestais são escassas, e as que existem abordam aspetos como a gestão florestal, o impacto das alterações climáticas, os prejuízos com os incêndios de anos anteriores, as detenções e o despoletar de novos focos de incêndios.

“Mais de 40 homens combatem novo fogo em Vila Real.” Correio da Manhã, 07 de abril de 2017

“A reforma da floresta.” Público, 19 de abril de 2017

Estas começam a surgir com maior frequência no mês de abril, tendo atingido valores substancialmente maiores no mês de junho.

Gráfico 1- Percentagem do número de notícias dos jornais Correio da Manhã e Público



Antes de junho, o Correio da Manhã contava com 80 notícias e Público com 28 notícias. A 17 de junho de 2017 são deflagrados os incêndios de Pedrógão, os mais

mortíferos até à data, que se alastrou entre concelhos, destruindo casas, empresas e deixando diversos feridos. Nesse mês, os jornais Correio da Manhã e Público contam com 139 e 84 notícias, respetivamente (Tabela 3). As notícias retratam: as histórias das vítimas que morreram cercadas na Estrada Nacional 236-1, entre Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos, no distrito de Leiria; as causas desse incêndio; as críticas feitas ao Estado, considerando-o o principal culpado desta catástrofe; e os inúmeros prejuízos ambientais e socioeconómicos.

Nos meses seguintes, julho e agosto, o aumento do número de notícias é evidente (principalmente no Correio da Manhã), tecendo sempre duras críticas ao Estado, apontando as falhas no Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP), evidenciando a falta de meios e operacionais no terreno e os prejuízos avultados deixados pelos incêndios de junho. Em setembro, o número de notícias sofreu uma redução muito significativa, no entanto as notícias que surgiram nesta temática continuaram a evidenciar as consequências da tragédia de junho. Porém, novamente fora do período crítico delimitado e devido a condições meteorológicas adversas, surgem no dia 15 de outubro de 2017 múltiplos focos de incêndio que determinaram uma nova catástrofe. Como se pode verificar na Tabela 3, nesse mês o número de notícias volta a disparar: o Correio da Manhã com 211 notícias e o Público com 83 notícias (Tabela 3). O período entre estes dois eventos (incêndios de junho e incêndios de outubro) concentra mais de 50% das notícias sobre fogos rurais nesse ano, fazendo uma contabilização de 845 notícias para o Correio da Manhã e 380 notícias para o jornal Público. Após o mês de outubro, o número de notícias nos meses de novembro e dezembro sofreram um decréscimo substancial, contabilizando um total de 76 notícias para o Correio da Manhã e 42 notícias para o Público. Face a este ano fatídico foram inúmeras as notícias que surgiram, mas também surgiram, embora em muito menor número, reportagens, notícias de opinião, entrevistas e crónicas (Tabela 4).

Tabela 4- Tipologia de Notícia por jornal

Tipologia da Notícia	Correio da Manhã	Público	Total
Crónica	0	3	3
Entrevista	0	2	2
Notícia	964	403	1367
Opinião	35	27	62
Reportagem	2	15	17

O jornal Correio da Manhã conta com um total de 1001 documentos recolhidos, sendo que 964 são notícias de informação, 35 são notícias de opinião e 2 são reportagens. Já o

jornal Público aponta um total de 450 documentos recolhidos, em que 403 são notícias de informação, 27 são notícias de opinião, 15 são reportagens, 3 são crónicas e 2 são entrevistas. É visível que o jornal Público é mais interventivo em questões de reportagens, crónicas e entrevistas nos meses de junho e outubro, tentando sempre informar a sociedade sobre estes dois grandes incêndios, o que poderá ter falhado e retratos pessoais. No caso do Correio da Manhã, este é mais ativo nas notícias de opinião, tecendo duras críticas às falhas existentes durante os incêndios de junho e à falta de uma gestão florestal eficiente.

“(...) queixas contra falta de meios aéreos.” Correio da Manhã, 18 de junho de 2017

“Maioria das mortes em Pedrógão coincidiu com colapso do SIRESP.” Público, 28 de junho de 2017

“Estado português revela “tremenda incompetência” em fogos florestais.” Correio da Manhã, 20 de outubro de 2017

“Culpas antes, durante e depois: mais um tiro na Proteção Civil (...).” Público, 16 de outubro de 2017

Os objetivos primordiais das notícias de informação centraram-se em tópicos relacionados com a luta por uma reforma florestal, em encontrar medidas que reduzissem o risco de incêndio ou que ajudassem os próprios territórios a fortalecerem-se contra estes fenómenos e nos próprios incêndios, nomeadamente em que estado se encontrava o incêndio, a falta de apoios (sejam eles físicos, psicológicos ou até mesmo financeiros), a falta de meios e operacionais, o número de incêndios no país, os que estão ativos, o número de frentes ativas a serem combatidas, o risco de incêndio e os dados da própria ocorrência de incêndio, ou seja, a data, a hora, a localização e o falso alarme (Tabela 5).

Tabela 5- Objetivos da notícia para os jornais Correio da Manhã e Público em 2017

Objetivo da Notícia	Correio da Manhã	Público
Medidas	39	35
Reforma da Floresta	25	30
Incêndio	3113	1148
Estado do Incêndio	1008	370
Conclusão	86	16
Controlado	51	13
Curso	67	20
Descontrolado	83	30
Dominado	285	85
Extinto	99	22
Primeiro Alerta	47	21
Propagação	95	92
Rescaldo	68	35
Resolução	127	36
Falta de apoios	7	6
Falta de bombeiros	10	7
Falta de meios	57	40
Incêndios Ativos	86	98
Número de frentes ativas	291	110
Número de incêndios	202	110
Ocorrência de incêndios	1283	321
Data	382	97
Falso alarme	1	0
Hora	290	54
Localização	610	170
Risco de incêndio	169	86

Os jornais Público e Correio da Manhã têm como principal objetivo das notícias questões relacionadas com o incêndio, nomeadamente o estado do incêndio e a ocorrência do incêndio, como mostram os seguintes excertos das notícias:

“(...) depois de o fogo de Ribeira de Pena, Vila Real, ter sido dado como dominado.” Correio da Manhã 17 de Agosto de 2017

“O fogo começou em Escalos Fundeiros, e alastrou-se depois a Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pera, no distrito de Leiria” Público 22 de Junho de 2017

“O incêndio que deflagrou hoje às 14h55 (...)” Correio da Manhã 27 de Abril de 2017

“Durante a noite, porém, houve grande preocupação em torno do incêndio na Covilhã, que deflagrou na tarde de sábado.” Público 20 de Agosto de 2017

Ainda relativamente ao incêndio, o risco de incêndio, o número de incêndios e as suas frentes ativas são tópicos bastante referenciados nas notícias, em maior número no Correio da Manhã, principalmente devido à maior quantidade de notícias recolhidas neste jornal. Quanto às subcategorias direcionadas para as medidas e para a reforma florestal a importância é dada de forma diferente pelos jornais. Apesar dos valores apresentados na tabela serem semelhantes, quando analisadas as proporções é visível que o Público dá uma maior relevância às medidas e à reforma florestal pois o seu número total de notícias é

inferior ao Correio da Manhã (Tabela 5). A objetivação em demonstrar o incêndio prende-se com o impacto que estes provocam na sociedade, acabando por comprovar o que Mesquita (2002) dizia, que os incêndios são ótimas fontes de matéria-prima pois podem prolongar-se durante dias.

Sendo o principal objetivo das notícias analisadas o próprio incêndio, o foco das mesmas, foram divididos em: ambiental, económico e social (Tabela 6). Para estes três focos foram criadas subcategorias que podem representar causas, consequências ou até mesmo medidas de prevenção e de recuperação no pós-incêndio. O foco que provoca especial atenção por parte de ambos os jornais é o social, onde as notícias evidenciam o desespero da população na perda de bens materiais e humanos, uma das características que levam a que estes acontecimentos se transformem em notícia, ou seja, a notoriedade, a morte, a proximidade ou até mesmo o próprio escândalo (como foi o incêndio de Pedrógão). Subcategorias como a evacuação de aldeias, as casas ameaçadas, as estradas cortadas, o número de feridos, a mobilização de bombeiros e meios, os retratos pessoais das vítimas, especialmente das vítimas mortais são as que atraem maior atenção por parte de ambos os jornais e, que por norma, decorrem em consequência de um incêndio ou durante o mesmo (Tabela 6).

“(...) foi o que mais vítimas mortais provocou nos últimos anos em Portugal, com 62 mortos (...)” Público 18 de junho de 2017

“A localidade de Vale Pereiras, no concelho da Pampilhosa da Serra, está a ser evacuada devido à proximidade de um fogo (...).” Correio da Manhã 18 de junho de 2017

“Tanque salva 12 pessoas do inferno das chamas.” Correio da Manhã 18 de junho de 2017

Tabela 6- Foco das notícias do jornal Público e do jornal Correio da Manhã em 2017

Foco da Notícia	Correio da Manhã	Público
Ambiental	108	92
Alterações Climáticas	2	1
Anti-eucalipto	33	22
Degradação da paisagem	5	6
Desflorestação	5	1
Destruição da fauna e flora	2	0
Fragilidade do solo	5	4
Gestão de combustíveis	11	14
Poluição do ar	19	2
Reflorestação	26	42
Económico	152	137
Financiamentos	78	70
Apoios da União Europeia	17	8
Bombeiros	1	5
Campanhas de recolha de fundos	5	3
Empresas	7	4
Governo	4	16
INEM	3	0
Instituições	2	2
Recuperação no pós incêndio	39	32
Fraudes	0	0
Gestão financeira	2	0
Gestão Florestal	8	7
Indemnizações	21	43
Materials	35	12
Carros	4	0
Casas	6	1
Colmeias	0	2
Fábricas	2	0
Infraestruturas	20	7
Madeira	3	2
Novos equipamentos	7	0
Veículos de combate	7	0
Pagamentos em atraso	1	5
Famílias desalojadas	1	0
Pilotos	0	5
Social	1001	666
Aldeias evacuadas	184	91
Apoio às vítimas	0	7
Apoios aos agricultores	2	3
Apoios aos bombeiros	57	10
Campanhas de sensibilização	3	5
Casas ameaçadas	93	22
Despovoamento	0	6
Envelhecimento populacional	0	1
Estradas cortadas	68	32
Feridos	54	14
Incendiários	3	3
Lares evacuados	12	5
Mobilização de bombeiros	91	23
Mobilização de meios	158	175
Parque de campismo evacuado	9	4
População afetada	0	0
Desespero da população	48	1
Retratos pessoais	131	178
Vítimas Mortais	88	86

O segundo maior enfoque das notícias para os dois jornais é de cariz económico, com particular incidência nos financiamentos, sejam eles apoios da União Europeia (detém maior

foco nas notícias por parte do Correio da Manhã – 17 referências) ou apoios do governo nacional (maior enfoque por parte do Público – 16 referências). Outro aspeto de extrema importância são as indemnizações feitas às vítimas e onde duras críticas foram tecidas, por essas indemnizações não terem chegado aos verdadeiros mercedores. A recuperação no pós-incêndio e as perdas materiais também têm grande relevância (Tabela 6). A primeira pela criação de medidas, protocolos ou até mesmo campanhas e a última por todos os bens perdidos.

“Costa garante indemnizações rápidas às vítimas do fogo (...).” Correio da Manhã 28 de junho

“Conselho Nacional do Ambiente defende reforma das florestas com medidas para travar abandono rural.” Público 23 de junho de 2017

E, por último, o foco ambiental, extremamente concentrado em posições anti-eucalipto, na gestão dos combustíveis, na poluição do ar e na própria reflorestação. Os dois primeiros tópicos estão relacionados com o abandono das zonas rurais, como evidencia o ICNF no Boletim Estatístico de 2017, que veio a propiciar o aumento da cobertura florestal por espécies como o eucalipto por ser uma árvore de crescimento rápido. A poluição do ar é mencionada como consequência dos incêndios florestais e que contribui para o agravamento das alterações climáticas e a reflorestação que surge como medida interventiva no pós-incêndio.

“Tirar a floresta das mãos do eucalipto.” Público 19 de junho de 2017

“Portugal registou um dos episódios mais graves de poluição do ar de 06 a 17 de outubro (...).” Correio da Manhã 22 de outubro de 2017

Quando se fala em notícias relacionadas com os incêndios rurais, estas surgem com maior afluência durante e após os incêndios (Tabela 7). Já Johnson et al. (2006) argumentava que a maioria das notícias se concentravam em esforços no combate (ou seja, durante o incêndio) e nem tanto nas medidas preventivas.

“O incêndio que mobiliza mais meios deflagrou na noite passada (...).” Correio da Manhã 20 de Abril de 2017

“Mais de 500 bombeiros combateram chamas de dois incêndios em Mação (...).” Público 02 de julho de 2017

Tabela 7- Número de notícias em que é mencionada a fase de incêndios em que as notícias são reportadas no jornal Correio da Manhã e no jornal Público em 2017

Fase da Notícia	Correio da Manhã	Público
Pré-fogo	9	3
Durante o fogo	72	14
Pós-fogo	43	9

No ano de 2017, as principais notícias tanto no Correio da Manhã como no Público surgiram durante o incêndio (72 referências nas notícias e 14 referências nas notícias, respetivamente). No pré-fogo contabilizam-se 9 referências para o Correio da Manhã e 3 referências para o Público). E, para o pós-fogo o Correio da Manhã referenciou-o 43 vezes e o Público 8 vezes. Durante os três períodos, as notícias fazem referência a um vasto leque de agentes, sendo eles de cariz local, regional, municipal ou nacional (Tabela 8).

Tabela 8- Agentes mencionados nas notícias dos jornais Correio da Manhã e Público em 2017

Agentes mencionados na notícia	Correio da Manhã	Público
Administração Interna	30	15
Administração Regional de Saúde	3	1
Agência Europeia do Ambiente	0	3
Autarquias	32	3
Autoridade Marítima	1	0
Autoridade Nacional de Freguesias	0	1
Bombeiros	52	24
Comandante Distrital de Operações de Socorro	6	1
Comandante dos bombeiros	25	1
Comandante Operacional Distrital	17	4
Comandante Operacional Nacional	0	6
Comando Distrital de Operações de Socorro	86	20
Comando Nacional de Operações de Socorro	2	4
Comissão da Agricultura e do Mar	2	2
Comissão Europeia	2	0
Comunidade Intermunicipal	2	2
Conselho de Ministros	9	5
Exército	7	0
Gabinete de Crise	4	0
GNR	180	38
INEM	3	6
Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas	21	21
Instituto Português do Mar e da Atmosfera	59	15
Juntas de Freguesia	2	0
Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	15	1
Ministério da Defesa Nacional	0	2
Ministério da Educação	1	0
Ministério das Finanças	3	1
Ministério Público	12	7
Ministro da Agricultura	2	2
Ministro do Planeamento e das Infraestruturas	5	4
NASA	0	1
Organizações ambientais	7	8
PJ	183	63
Presidente da Câmara	169	29
Presidente da Junta de Freguesia	11	2
Presidente da República	14	3
Presidente do Conselho de Administração Everjets	0	1
Primeiro Ministro	22	3
Proprietários Florestais	2	4
Proteção Civil	449	146
PSP	9	0
Quercus	0	4
Secretário de Estado	4	3
Secretário de Estado das florestas	0	4
Tribunal de Contas	2	0
Vice Presidente da Câmara	15	1

Para o Correio da Manhã, os agentes mais mencionados nas notícias são a Proteção Civil, a PJ, a GNR e o Presidente da Câmara. Para o jornal Público, os principais agentes são igualmente a Proteção Civil com 146 referências, a PJ com 63 referências, a GNR com 38 referências e o Presidente da Câmara com 29 referências (Tabela 8). O Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas e o Instituto Português do Mar e da Atmosfera são dois agentes também bastante mencionados pela sua importância na prevenção do risco de incêndio. E, não menos importante, o Comando Distrital de Operações de Socorro que é um dos que está na linha frente no combate aos incêndios e que é quem faz, muitas vezes, o balanço do mesmo.

“(...) divulgou o Comando Distrital de Operações de Socorro de Leiria.” Correio da Manhã 28 de abril de 2017

“Num ano marcado por mais de uma centena de mortes resultantes dos incêndios, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) divulgou na semana passada (...).” Público 10 de novembro de 2017

Na construção da notícia e na existência de agentes mencionados na mesma, por vezes os recursos usados são diversificados, desde comunicados feitos pelas entidades, debates parlamentares, entrevistas, o falar com a população no terreno, as declarações feitas de cariz informativo, a opinião do jornalista, as informações nas páginas oficiais da *Internet* (com informações estatísticas ou atualizações ao minuto) até à sua construção baseada em estudos e relatórios feitos pelas entidades (Tabela 9).

Tabela 9- Recursos usados na construção da notícia dos jornais Correio da Manhã e Público em 2017

Recursos	Correio da Manhã	Público
Comunicado	609	243
Debates	6	4
Entre vista	113	90
Alunos	1	0
Autarcas	32	31
Bombeiro	28	16
Adjunto do comandante dos bombeiros	3	4
Bombeiro voluntário	3	1
Comandante dos bombeiros	15	5
Presidente da Liga dos Bombeiros	7	6
Comandante Nacional da Proteção Civil	3	0
Comandante Operacional Distrital	4	2
Comando Operacional de Operações de Socorro	2	3
Especialistas nacionais em fogos florestais	3	2
Everjets	0	1
Ministério da Saúde	0	1
Ministra da Justiça	1	3
Ministro da Administração Interna	4	7
Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	0	2
Ministro do Planeamento e das Infraestruturas	2	0
Outros especialistas	8	8
População	2	2
Presidente da República	2	4
Primeiro Ministro	3	0
Proteção Civil	17	6
Vice Presidente	1	2
Estudos e relatórios	129	124
Falar com a população	107	22
Informativo	46	61
Opinião do jornalista	44	71
Página da Internet	224	96

O jornal Correio da Manhã dá particular destaque aos comunicados, às informações nas páginas da *Internet*, aos estudos e relatórios e às entrevistas, especialmente com os autarcas e os bombeiros. O jornal Público dá igualmente especial importância aos comunicados com 243 referências, aos estudos e relatórios com 124 referências, à informação da página da *Internet* com 96 referências e as entrevistas com 90 referências, especialmente com bombeiros e autarcas (Tabela 9).

Uma particularidade desta categoria é que a codificação das notícias do jornal Correio da Manhã se encontram muito concentrados nas quatro categorias anteriormente referidas, em que há um contato direto com os agentes. Já no Público, essa codificação encontra-se repartida, havendo um enfoque nos recursos informativos com 61 referências e na opinião do jornalista com 71 referências. Os dados assim se evidenciam devido às particularidades, valores e visões de ambos os jornais.

Quando as notícias são escritas, usando os seus recursos, tipologias e agentes, a localização é quase uma menção implícita. No entanto, o número de vezes que essa menção

é feita, é superior no Correio da Manhã pois este quando faz referência à localização de um incêndio, procura o pormenor, evidenciando sempre a sua localidade, freguesia, município e distrito e para além desse facto, menciona também outros incêndios que estejam em curso sempre com a preocupação de pormenorizar a localização dos mesmos, como fora anteriormente descrita.

“(...) na zona de Várzea da Candosa, no município de Tábua, no interior do distrito de Coimbra” Correio da Manhã 08 de agosto de 2017

Essa localização foi dividida em: freguesia, distrito, localidade, município e nacional (Tabela 10).

Tabela 10- Escala territorial das notícias no Correio da Manhã e no Público em 2017

Localização	Correio da Manhã	Público
Freguesia	46	1
Distrito	795	96
Localidade	37	3
Município	806	76
Nacional	9	1

As zonas mais fustigadas pelos incêndios localizam-se no interior do país, nas zonas norte e centro. Estas zonas constituem os territórios de baixa densidade norte e centro, áreas que têm sido afetadas pelo envelhecimento populacional, abandono das áreas rurais e dificuldades acentuadas devido ao relevo acidentado. Como Gonçalves (2006) mencionou, o abandono rural leva à conseqüente acumulação de combustíveis e a uma visível sucessão de matos, evidenciando-se uma má gestão florestal.

Municípios como a Sertã, Pampilhosa da Serra, a Lousã e Vila de Rei foram afetados nos dois grandes eventos que abalaram Portugal nesse ano, todos nos distritos de Castelo Branco e Coimbra.

Em junho, Pedrógão Grande, em Leiria, foi o município mais afetado com cerca de 46 mil hectares de área ardida, 66 vítimas mortais, cerca de 200 feridos e 261 habitações destruídas.

“O incêndio na zona de Pedrógão Grande consumiu 46.009 hectares de floresta, de acordo com os dados mais recentes do Sistema Europeu de Informação de Fogos Florestais — EFFIS (...)” Público 23 de junho de 2017

Já em outubro, as zonas mais atingidas foram Coimbra e Viseu, com 7 incêndios a fustigarem o Norte e 32 na zona centro. Estes incêndios desencadearam a morte de 50 pessoas, 30 feridos, 430 empresas afetadas e muitas estradas cortadas.

“(...) a Proteção civil contava com 15 ocorrências importantes (...) três em Viseu (...)” Correio da Manhã 16 de outubro de 2017

“ao registo de mortos e feridos (cerca de 70, mais de uma dezena dos quais graves) junta-se a destruição de mais de 800 casas (mais de um terço das quais primeiras habitações), dezenas de empresas e explorações agropecuárias e uma grande área de floresta, deixando em risco milhares de postos de trabalho e o suporte económico de muitos dos concelhos afetados (...).” *Correio da Manhã* 20 de outubro de 2017

Face aos fogos rurais nestas áreas de grande risco de incêndio, a prevenção dos incêndios começa a ser constante tema de debate. Nestes anos, as autarquias tiveram inúmeros prejuízos em que tiveram de contar com apoios para se conseguirem erguer. A prevenção é feita, neste ano (segundo os jornais em estudo), pela associações e organizações, pelas autarquias, pelos bombeiros, pelas empresas, pela GNR, pelo Governo, pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), pelos militares, pela PJ, pelos populares e pela Proteção Civil. O *Correio da Manhã* tem como principal referência a prevenção feita pelos militares (31 vezes), enquanto que o *Público* referencia a prevenção feita pelo Governo 24 vezes: Tabela 11.

“O Governo promete reprogramar o PDR para reforçar a prevenção aos incêndios.” *Público* 25 de agosto de 2017

“Mais de 60 fuzileiros vão até quinta-feira realizar ações de dissuasão e prevenção contra incêndios em Portugal continental no âmbito do apoio à Autoridade Nacional de Proteção Civil (...).” *Correio da Manhã* 24 de outubro de 2017

Tabela 11- Prevenção feita pelas entidades referenciadas pelos jornais *Correio da Manhã* e *Público* em 2017

Prevenção	<i>Correio da Manhã</i>	<i>Público</i>
Associações e Organizações	1	1
Autarquia	18	10
Bombeiros	9	4
Empresas	1	0
GNR	12	5
Governo	23	24
IPMA	2	0
Militares	31	8
PJ	2	0
Populares	6	2
Proteção Civil	20	19

Os primeiros a tomarem medidas de prevenção deviam ser os populares (mais concretamente, os proprietários florestais) e o Governo através da limpeza das matas. A GNR em parceria com a PJ e os militares têm feito patrulhas e ações de vigilância para controlar os riscos e ocorrências de incêndios. O IPMA é referenciado pelo *Correio da Manhã* duas vezes, onde as notícias fazem referência aos comunicados feitos pela mesma

entidade relativamente a possíveis riscos de incêndio devido a condições meteorológicas adversas.

“(…) refere as previsões do Instituto Português do Mar e da Atmosfera que apontam para temperaturas entre os 28 e os 30 graus na generalidade do território e vento forte (…).” Correio da Manhã 21 de Abril de 2017

A Proteção Civil é referenciada pelos dois jornais de forma díspar, pois, o Correio da Manhã referencia 20 vezes em 1001 notícias, enquanto que o Público menciona esta categoria 19 vezes num total de 450 notícias (Tabela 11). Esta codificação surge como particular alerta por parte desta entidade em apelar às populações que adotem medidas preventivas face ao risco de incêndio.

“Para evitar a deflagração de incêndios, a Proteção Civil sugere medidas preventivas assinalando algumas interdições.” Público 23 de Junho de 2017

As críticas apontadas à prevenção feita pela Proteção Civil foram extensas logo nos incêndios de junho onde as consequências foram trágicas m Pedrógão Grande e tornaram-se mais assertivas com os incêndios de outubro. As causas apontadas aos incêndios dividem-se em quatro grupos: diretas humanas, diretas naturais, indiretas estruturais e indiretas reacendimentos (Tabela 12).

Tabela 12- Causas dos incêndios no ano de 2017 referidas pelo jornal Correio da Manhã e pelo jornal Público

Causas	Correio da Manhã	Público
Diretas Humanas	82	33
Crime	67	22
Negligência	15	11
Diretas Naturais	255	233
Alterações climáticas	2	14
Aumento da Temperatura	70	32
Condições meteorológicas adversas	56	69
Redução da humidade	4	11
Secas	31	25
Tempestades	11	16
Trovoadas	14	18
Vegetação	8	16
Vento forte	59	32
Indiretas Estruturais	138	259
Abandono das zonas rurais	15	29
Descargas elétricas	5	16
Edificações degradadas	0	1
Eucaliptização	4	29
Falhas no Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança	79	107
Falta de Comunicação	0	8
Falta de limpeza	2	10
Má gestão florestal	26	46
Transformação nos usos do solo	7	13
Indiretas Reacendimentos	54	46
Humanos	5	0
Naturais	49	46

As causas mais apontadas pelo Correio da Manhã são as diretas naturais, com particular ênfase nas condições meteorológicas adversas e no aumento da temperatura, sendo de salientar que os incêndios de outubro foram causados por grandes aumentos da temperatura e ventos fortes, influenciados pelo furacão *Ophelia*. Fatores esses que segundo Lourenço et al. (2012) são fortes causadores na propagação dos incêndios e que, ao mesmo tempo, condicionam o seu combate.

Já o jornal Público, foca mais nas causas indiretas estruturais, contando com 259 referências, em que cerca de 50% das mesmas referem-se às falhas no Sistema Integrado de redes de Emergência e Segurança (SIRESP). Uma questão em comum nos dois jornais prende-se com os reacendimentos naturais, considerados uma das principais causas de inúmeros incêndios.

“As falhas no SIRESP, o sistema de comunicações que as diferentes forças usam para se coordenarem no terreno, podem ajudar a explicar por que tanta coisa falhou no combate ao fogo que começou no sábado em Pedrógão Grande.” Público 21 de junho de 2017

“(...) devido ao vento forte, se verificou uma reativação.” Correio da Manhã 20 de Abril de 2017

Relativamente ao crime (uma causa direta humana), esta também foi bastante referenciada pelos jornais (mais referenciada pelo jornal Correio da Manhã), sendo que ao longo do ano diversas são as notícias que fazem a novas investigações que determinaram causas humanas nos incêndios e as respetivas acusações e detenções.

“O presidente desta autarquia do distrito de Vila Real, Alberto Machado, disse estar convencido que “a origem do fogo é criminosa”.” Correio da Manhã 3 de Agosto de 2017

Aquando a deflagração de um incêndio, são imediatamente mobilizados meios e operacionais. As notícias fazem referência aos agentes envolvidos no combate, às ajudas no combate, as dificuldades no combate, as estratégias usadas e os próprios meios de combate, sejam eles aéreos, terrestres, aquisição de meios e custos de aquisição (Tabela 13).

Os agentes envolvidos nas notícias são referenciados 1117 vezes pelo jornal Correio da Manhã e 397 vezes pelo jornal Público, divididos entre populares e profissionais. No entanto, são os profissionais aqueles que detém maior foco por parte dos jornais, mais concretamente os bombeiros, onde são especificados o número de operacionais no terreno, os dias e horas de combate e os acidentes que ocorrem, gerando feridos ou vítimas mortais.

“Mais de 500 bombeiros combateram chamas de dois incêndios em Mação.” Público 02 de julho de 2017

“Quatro bombeiros ficaram hoje feridos, três deles com gravidade, na sequência do despiste de uma viatura de combate a incêndios (...).” Correio da Manhã 02 de agosto de 2017

Os meios de combate são igualmente referidos em grande número pelos jornais, com particular destaque nos meios terrestres. É mais uma vez comprovada a teoria de Johnson et al. (2006) quando evidencia que grande parte das notícias se concentra nos esforços feitos durante o combate aos incêndios.

“(...) o fogo tinha duas frentes ativas e no local estavam 241 operacionais, apoiados por 62 veículos e 10 meios aéreos (...)” Público 29 de julho de 2017

As dificuldades no combate também têm foco muito importante nas notícias (como teorizava Lourenço et al., 2012), em grande parte delas pela força do vento ou pelas difíceis condições de acesso no combate às chamas devido ao relevo acidentado. As características do espaço são um fator decisivo na propagação e combate ao incêndio. Por vezes é necessária a mobilização de meios aéreos e estes nem sempre estão disponíveis.

“O vento forte e a falta de acessos são as principais dificuldades dos cerca de 350 operacionais que, apoiados por dez meios aéreos, estão a combater um incêndio florestal no concelho de Tábua.” Correio da Manhã 08 de agosto de 2017

“As populações insurgiam-se ontem contra aquilo que consideravam a falta de meios aéreos para combater as chamas que vitimaram 24 pessoas.” Correio da Manhã 18 de junho de 2017

Tabela 13- Combate aos incêndios referenciados em 2017 pelos jornais Correio da Manhã e Público

Combate	Correio da Manhã	Público
Agentes envolvidos no combate	1117	397
Populares	58	8
Profissionais	1059	389
Autarquia	1	0
Bombeiros	1025	373
Acidentes	55	21
Dias de combate	30	13
Horas de combate	31	13
Número de operacionais	909	326
ICNF	1	0
GNR	8	1
Militares	17	13
PJ	1	1
Proteção Civil	5	1
PSP	1	0
Ajudas no combate	91	47
Dificuldades no combate	116	59
Estratégias	73	29
Meios de combate	1076	434
Aéreos	376	147
Número de meios aéreos	338	138
Tipo de meios aéreos	38	9
Aquisição	8	18
Custos da aquisição	6	19
Terrestres	686	250
Número de meios terrestres	678	250
Tipo de meios terrestres	8	0

Os incêndios em si já provocam consequências humanas, nas infraestruturas, ambientais, económicas e em termos de área ardida (Tabela 14 e Tabela 15).

As consequências humanas são referenciadas 777 vezes no Correio da Manhã e 421 vezes no Público, sendo as principais os feridos, o número de vítimas mortais e a evacuação da população. Quanto às consequências nas infraestruturas, estas são mencionadas 806 vezes pelo Correio da Manhã e 302 vezes pelo Público, em que as mais referidas são as casas destruídas e evacuadas, as estradas cortadas e as aldeias ameaçadas (Tabela 14).

As transformações na paisagem e nos usos do solo têm vindo a aumentar as áreas de grande vegetação e o risco de incêndio. Face a este panorama, quando há a ocorrência de um incêndio, muitas aldeias são ameaçadas, levando à evacuação da população das suas casas. Como já fora mencionado no capítulo das consequências, a propagação do incêndio é condicionada pelas condições do meio e meteorológicas, o que leva a que as frentes ativas mudem o seu rumo rapidamente podendo provocar feridos e a fechar trocos rodoviários e ferroviários, como evidenciam os seguintes excertos:

“Um bombeiro também ficou ferido no combate às chamas.” Correio da Manhã 20 de Abril de 2017

“Também a EN18 e a A23, entre Castelo Novo e Alcaide, estão cortadas ao trânsito nos dois sentidos devido às chamas que afetam o concelho do Fundão.” Público 15 de Agosto de 2017

No caso das vítimas mortais, estas podem acontecer por diversos motivos, pelas pessoas não quererem abandonar as suas casas e os seus bens, por existirem falhas no sistema de comunicação (caso de Pedrógão Grande) ou até mesmo bombeiros que morrem no combate.

“Fogo matou 64 pessoas (...).” Correio da Manhã 19 de Junho de 2017

“Nas primeiras horas da grande expansão do fogo em Pedrógão Grande, várias pessoas não foram assistidas por falhas do SIRESP.” Público 27 de junho de 2017

Tabela 14- Consequências humanas e nas infraestruturas no ano de 2017 para os jornais Correio da Manhã e Público

Consequências	Correio da Manhã	Público
Humanas	777	421
Danos Psicológicos	16	17
Desaparecidos	11	12
Evacuação da população	106	64
Feridos	313	139
Número de vítimas mencionado	261	176
População desalojada	64	8
Saúde	6	5
Infraestruturas	806	302
Abastecimento de água	12	3
Abastecimento de Eletricidade	23	6
Aldeias ameaçadas	107	43
Barracões destruídos	2	1
Carros queimados	9	1
Casas destruídas e evacuadas	240	88
Escolas danificadas e evacuadas	34	15
Estradas Cortadas	319	129
Hotéis evacuados	4	0
Igrejas destruídas	1	0
Linhas ferroviárias cortadas	30	10
Parques de Campismo destruídos	3	0
Património destruído	0	3
Posto de combustível ameaçado	5	0
Praias evacuadas	0	2
Racionalização de serviços	1	0
Rede Viária	1	0
Viaturas bombeiros queimadas	15	1

As consequências ambientais são referenciadas 107 vezes pelo Correio da Manhã e 103 vezes pelo Público. As consequências ambientais mais referenciadas pelo Correio da Manhã prendem-se com a alteração da paisagem, com a morte de animais selvagens e a destruição da fauna e flora. Já o jornal Público referencia a alteração da paisagem, a destruição da fauna e da flora e a destruição das áreas protegidas. Em relação à área ardida, o número de hectares ganha especial importância em ambos os jornais (Tabela 15).

“Centenas de animais morreram no incêndio de Pedrógão.” Correio da Manhã 20 de junho de 2017

“Mais de 20.000 hectares de áreas protegidas arderam este ano.” Correio da Manhã 05 de setembro de 2017

“Incêndios: 118 mil hectares ardidos desde o início do ano (...).” Público 1 de Agosto de 2017

Tabela 15- Consequências ambientais, económicas e área ardida em 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Consequências	Correio da Manhã	Público
Ambientais	107	103
Alteração da paisagem	22	24
Animais feridos	9	5
Cheias	2	4
Desproteção do solo	5	6
Destrução da fauna e flora	13	14
Destrução de áreas protegidas	8	14
Emissão de CO2	0	13
Morte de animais selvagens	25	11
Poluição	11	5
Qualidade da água	12	7
Área Ardida	616	329
Área ardida (hectares)	334	251
Tipo de área	198	58
Tipo de floresta	84	20
Associativas e Organizativas	25	26
Associação Portuguesa de Seguradores	0	4
Associação Proteção e Socorro	1	0
Associações Ambientalistas	7	10
Associações das vítimas	17	11
Associações de Produtores Florestais	0	1
Económica	240	123
Agricultura	26	18
Alterações Climáticas	2	4
Empregos em Risco	2	5
Empresas afetadas	107	26
Investimentos no pós incêndio	0	0
Internacionais	5	1
Nacionais	14	7
Manutenção das florestas	1	1
Prejuízos diretos	76	57
Turismo	7	4

As consequências na mobilização de movimentos associativos e organizativas são quase igualmente referenciadas pelo jornal Correio da Manhã e pelo jornal Público, 25 e 26 vezes, respetivamente. A mais abordada prende-se com as associações das vítimas, criadas com o propósito de defender os direitos e os lesados com os incêndios, assim como promover medidas que impeçam ou previnam o risco de incêndio ou que pelo menos situações como as do ano de 2017 não se voltem a repetir.

“Familiares de vítimas do incêndio de Pedrógão Grande estão a dar os passos necessários para a constituição de uma associação, um movimento cívico que permitirá que acompanhem a par e passo as investigações em curso, que possam contribuir para o apuramento de responsabilidades e, de alguma forma, evitar que tragédias semelhantes aconteçam.” Público 22 de julho de 2017

Relativamente às consequências económicas, o Correio da Manhã referencia-as 240 vezes e o Público 123 vezes, em que as principais consequências mencionadas são as empresas afetadas colocando em causa inúmeros postos de trabalho, prejuízos diretos que mais tarde são apoiados através de financiamentos nacionais e internacionais e a agricultura (Tabela 15).

“(…) o ministro do Planeamento e das Infraestruturas estima que aos prejuízos inicialmente reportados [496 milhões de euros, sendo 193 de prejuízos diretos e 303 para medidas de prevenção e relançamento da economia] haja agora a acrescentar cerca de 220 milhões de euros, estimativa provisória (…).” Correio da Manhã 07 de setembro de 2017

Os incêndios são grandes focos de poluição atmosférica e as florestas são uma fonte de oxigénio. Com a ocorrência de incêndios, os habitats dos animais ficam comprometidos e há um rompimento no ciclo florestal, como menciona Costa (2017). Há uma degradação da fauna e flora, levando a que os solos se tornem cada vez mais frágeis (segundo González et al., 2006) ampliando a possibilidade de erosão dos solos e prejudicando a agricultura.

“Mais de 1200 animais de explorações afetadas pelos incêndios de Castanheira de Pera, Pedrógão Grande e Figueiró dos Vinhos foram já assistidos ou medicados por voluntários (…).” Público 28 de Junho de 2017

“Também a fauna selvagem e as espécies cinegéticas “estão a ser severamente afetadas” pelos incêndios (…).” Público 16 de Agosto de 2017

As empresas que estão neste tipo de zonas também acabam por ser afetadas, colocando em risco vários postos de trabalho e muitas delas, chegam mesmo a ter de fechar. Quando isto acontece, as autarquias, apoiadas pelo governo, tentam criar medidas de apoios às pequenas e médias empresas. Tudo isto leva a que os prejuízos diretos sejam avultados. Por vezes, o tempo para determinar esse valor é demorado, assim como o apoio, o que tem levado a serem tecidas inúmeras críticas por parte da comunicação social.

O ano de 2017 foi severamente fustigado por incêndios, inclusive com vários focos em simultâneo. As condições meteorológicas adversas focam justificação durante muito tempo. Mas o facto de os focos de incêndio deflagrarem-se à noite ou em zonas críticas levaram a que as entidades começassem a suspeitar de mão criminosa. Os incendiários têm sido motivo de inúmeras notícias. O Correio da Manhã foca-se particularmente nos motivos e em traçar o perfil do incendiário. Já o Público em dados estatísticos e nos motivos que os levaram a cometer tal crime (Tabela 16). A justificativa na maior parte prende-se com quadros de alcoolismo severo ou com psicológicos afetados por problemas pessoais.

“(…) terá ateado o incêndio com um cigarro, após ter ingerido bebidas alcoólicas, num quadro de desorientação emocional, face aos problemas de conflitualidade com o seu ex-companheiro” (…).” Correio da Manhã 8 de Agosto de 2017

Tabela 16- Incendiários em 2017 referidos no Jornal Correio da Manhã e no Jornal Público

Incendiários	Correio da Manhã	Público
Antecedentes	33	11
Dados Estatísticos	38	34
Motivos	80	34
Perfil do Incendiário	83	25
Recursos	16	29

Quando esta situação se verifica, as entidades competentes são obrigadas a tomar ações legais. Estas podem ser acusações, detenções, interrogatórios, julgamentos e penas aplicadas (Tabela 17). O Correio da Manhã e o Público prendem a atenção das suas notícias nas detenções, referindo-as 363 vezes e 151 vezes, respetivamente e procurando sempre referenciar todos os passos desde a acusação até à aplicação de medidas.

“PJ detém suspeito de atear fogo em Vila Nova de Poiares.” Correio da Manhã 31 de Julho de 2017

“Uma mulher e um jovem foram detidos por suspeita de terem atestado fogo respetivamente em Nespereira e em Idanha-a-Nova.” Público 16 de Agosto de 2017

Tabela 17- Ações Legais mencionadas no Jornal Correio da Manhã e no Jornal Público em 2017

Ações Legais	Correio da Manhã	Público
Acusações	89	35
Detenções	363	151
Interrogatórios	64	20
Julgamentos	23	6
Penas Aplicadas	110	45

Face a esta série de acontecimentos, o importante é reerguer as localidades no pós-incêndio. Daí serem traçados apoios, estratégias legais, medidas institucionais e planos (Tabela 18 e Tabela 19). No entanto, estas não são criadas apenas com o propósito de voltar a erguer as localidades, mas também como forma de mitigar este fenómeno.

Quanto aos apoios, estes são referidos 63 vezes pelo jornal Correio da Manhã e 46 vezes pelo jornal Público, em que o Correio da Manhã evidencia as autarquias e o governo como principais apoiantes (23 e 22 vezes referenciados, respetivamente) e o Público realça o apoio feito pelos fundos de apoio e pelo governo (17 e 7 vezes mencionado, respetivamente). De ressaltar que estes apoios são de cariz financeiro.

“Os agricultores afectados pelos incêndios de 15 de Outubro começam nesta sexta-feira a receber os apoios, com o Ministério da Agricultura a proceder ao pagamento de 37,68 milhões de euros, de um total de 50,2 milhões de euros (...).” Público 29 de dezembro de 2017

As estratégias legais são referidas 90 vezes pelo Correio da Manhã e 80 vezes pelo Público com especial enfoque nas que são tomadas pelas autarquias, seguida as que são tomadas pelo governo e, por fim, as que são tomadas pelas organizações ambientais (Tabela 18). Estas estratégias têm como principal objetivo a criação de mecanismos que visem a

diminuição do risco de incêndio e um maior cuidado com o tratamento das florestas. Todas com o propósito de diminuir o risco de incêndio.

“A ministra da Administração Interna, Constança Urbano de Sousa, anunciou hoje a criação da Estratégia Nacional de Proteção Civil Preventiva que vai permitir “uma transformação significativa” no sistema e um “melhor conhecimento” dos riscos e fatores de vulnerabilidade.” Correio da Manhã 01 de março de 2017

Tabela 18- Apoios e estratégias legais mencionadas pelo jornal Correio da Manhã e pelo jornal Público em 2017

Planos e Estratégias	Correio da Manhã	Público
Apoios	63	46
Autarquias	23	5
Comunitários	6	3
Fundos de Apoio	3	17
Gabinete de Apoio ao Empresário e Agricultor	1	0
Governo	22	7
Ministério da Agricultura	3	5
Segurança Social	1	5
União Europeia	4	4
Estratégias legais	90	80
Autarquias	54	41
Alterar regime do fogo	2	0
Diminuir área ardida	2	1
Diminuir risco de incêndio	5	2
Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais	8	3
Reconstrução pós-incêndio	23	17
Recuperação dos solos	0	10
Rede de Defesa da Floresta contra Incêndios	4	3
Rede Digital Integrada de Serviços	1	0
Tratamento das florestas	9	5
Governo	33	32
Administração Interna	3	3
Assembleia da República	0	8
Conselho de Ministros	2	9
ICNF	5	0
Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	6	3
Ministro do Ambiente	2	0
Ministro do Planeamento	2	1
Presidente da Câmara	1	0
Presidente da República	5	1
Primeiro Ministro	6	0
Tribunal de Contas	1	0
Organizações Ambientais	3	7

As medidas institucionais são referidas 212 vezes pelo Correio da Manhã e 327 vezes pelo Público. O Correio da Manhã foca-se especialmente nas medidas políticas e ambientais, assim como o Público (Tabela 19).

As medidas ambientais passam pelo tratamento das florestas e a sua reforma, atribuindo penas legais a quem não as cumprir. As medidas relacionadas com o combate previam a criação de grupos e dispositivos de análise e combate aos incêndios.

“Governo aponta “mortes zero” como objetivo do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios.” Público 26 de abril de 2017

As medidas económicas fomentam a criação de emprego, a realização de orçamentos e um maior aproveitamento económico dos recursos naturais. As medidas políticas visavam a declaração do estado das localidades face aos incêndios, a criação de uma comissão independente, a realização de investigações para serem apuradas as causas e os culpados e a criação de relatórios de análise. As medidas sociais originaram sistemas de mobilidade, linhas de apoio social e campanhas de sensibilização. Por fim, as medidas territoriais em que o principal foco era a gestão florestal.

“O projeto de lei da Assembleia da República que decreta a criação de uma comissão técnica independente para analisar os fogos de outubro (...).” Correio da Manhã 12 de dezembro de 2017

É de salientar a forte preocupação de ambos os jornais com o ambiente e mesmo com o território. As medidas políticas ganharam particular relevância devido às críticas feitas (tendo o Estado sido culpabilizado pelas falhas nos incêndios de 2017) e às políticas adotadas durante e após os incêndios, como a criação de uma comissão técnica independente e uma agência de gestão integrada de fogos rurais, fomentando uma cooperação entre as entidades.

Tabela 19- Medidas institucionais e planos referidos pelo jornal Correio da Manhã e pelo jornal Público em 2017

Planos e Estratégias	Correio da Manhã	Público
Medidas institucionais	212	337
Ambientais	33	63
Biodiversidade	1	1
Limpeza dos terrenos	11	7
Reforma da Floresta	21	55
Combate	27	39
Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais	17	18
Fases de Combate	7	19
Grupo de Análise e Uso do Fogo	0	1
Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro	3	1
Económicas	17	20
Emprego	1	4
Orçamentos	16	11
Recursos Naturais	0	5
Políticas	120	173
Apoios do Governo	36	30
Comissão Independente	17	24
Estado de Calamidade	30	12
Estado de contingência	3	0
Estado de Emergência	7	0
Investigações	22	58
Mecanismo Europeu de Proteção Civil	1	0
Relatórios	4	49
Sociais	15	9
Campanhas de sensibilização	9	4
Linha Nacional de Emergência Social	4	4
Sistema de Mobilidade	2	1
Território	15	33
Banco de Terras	8	3
Gestão Florestal	7	28
Lei de Bases da Política Florestal	0	2
Planos	58	72

Durante o ano de 2017, nas notícias de ambos os jornais, a palavra **incêndio** é a que mais se destaca (Figura 6 e Figura 7), um problema que assolou o país, contabilizando um total de 1392 menções no jornal Público e um total de 2819 no jornal Correio da Manhã. O principal incêndio reportado nesse ano em ambos os jornais é o de **Pedrógão** (surgindo 715 vezes no Correio da Manhã e 736 vezes no Público) que se alastrou a outros concelhos, vitimando um total de 64 pessoas e ferindo um conjunto de 204.

Figura 6- Frequência de palavras - Correio da Manhã em 2017



Figura 7- Frequência de palavras - Público em 2017



A diferença nas palavras que observamos nestas duas nuvens, está na objetivação das notícias de cada um dos jornais. Como já fora mencionado, o Público contabiliza um número inferior de notícias em comparação com o Correio da Manhã, no entanto estas são mais extensas e abordam vários temas numa mesma notícia. Ao longo do ano de 2017, as notícias do Público incidem não só em torno do **incêndio**, mas na sua envolvente existindo uma preocupação em focar nas **ajudas** às populações vítimas dos incêndios (514 referências), nas **vidas** que foram afetadas ou perdidas (652 referências), na **resposta** que as entidades não foram capazes de dar de forma eficaz (477 menções) e nas **mudanças** que o Estado tem de pensar futuramente (459 referências) - Figura 7. No caso do jornal Correio da Manhã centram-se essencialmente nos **incêndios**, acompanhando sempre os acontecimentos ao minuto (daí o seu número de notícias ser superior), sendo as suas notícias muito curtas e não havendo uma preocupação de que estas sejam repetidas. Assim, há uma atenção nos **fogos** florestais que acontecem diariamente (777 referências), na **área** ardida (490 menções), no **combate** feito pelos **operacionais** no terreno (893 referências) e pelos **meios**, sejam eles terrestres ou aéreos (1087 menções) e nas consequências que afetaram as populações, havendo particular incidência nas **casas** afetadas (que fora referido 410 vezes) - Figura 6.

5.2. Análise das Notícias por período temporal, no Correio da Manhã e no Público

5.2.1. Antes de junho

Como já mencionado, antes de junho existiam apenas 80 notícias (sendo 79 notícias informativas e uma notícia de opinião) relacionadas com os incêndios florestais no Correio da Manhã, num total de 1001 notícias e existiam 28 notícias (em que 21 são notícias informativas, 2 são notícias de opinião e 5 são reportagens) no Jornal Público, num total de 450 notícias (Tabela 20).

Tabela 20- Tipologia das notícias antes de junho de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Tipologia da Notícia	Correio da Manhã		Público	
	Antes de Junho	Total	Antes de Junho	Total
Crônica	0	0	0	3
Entrevista	0	0	0	2
Notícia	79	964	21	403
Opinião	1	35	2	27
Reportagem	0	2	5	15

Antes de Junho, o número de notícias representa uma pequena porção (cerca de 5,5%) do total de notícias desse ano, e essas notícias focam-se particularmente nos incêndios em ambos os jornais. Notícias sobre as medidas e a reforma florestal são escassas neste período (Tabela 21), no entanto são mais incidentes no Público (dado que o número de notícias é inferior), principalmente em notícias de opinião.

Opinião: “O papel da reforma.” 03 de abril de 2017

Opinião: “A reforma da floresta.” 19 de abril de 2017

Tabela 21- Objetivo da notícia antes de junho de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Objetivo da Notícia	Correio da Manhã		Público	
	Antes de Junho	Total	Antes de Junho	Total
Medidas	12	39	10	35
Reforma da Floresta	4	25	7	30
Incêndio	315	3113	127	1148
Estado do Incêndio	178	1008	50	370
Conclusão	5	86	3	16
Controlado	6	51	2	13
Curso	12	67	4	20
Descontrolado	14	83	5	30
Dominado	97	285	10	85
Extinto	21	99	2	22
Primeiro Alerta	5	47	3	21
Propagação	8	95	6	92
Rescaldo	5	68	7	35
Resolução	18	127	8	36
Falta de apoios	1	7	1	6
Falta de bombeiros	0	10	1	7
Falta de meios	8	57	8	40
Incêndios Ativos	10	86	10	98
Número de frentes ativas	23	291	11	110
Número de incêndios	12	202	10	110
Ocorrência de incêndios	58	1283	27	321
Data	18	382	9	97
Falso alarme	1	1	0	0
Hora	18	290	5	54
Localização	21	610	13	170
Risco de incêndio	28	169	9	86

No entanto, relacionadas com os incêndios, em ambos os jornais, as notícias debatem-se com a ocorrência de incêndios (informação geral, ou seja, a data, a hora e a localização) e com o estado do incêndio. Antes de junho, o Correio da Manhã começa a reportar novos incêndios desde o dia 18 de janeiro de 2017. Durante este período, este jornal dá particular incidência aos incêndios dominados, extintos e em resolução.

“Extinto incêndio em mato em Vila Real que deflagrou na terça-feira.” Correio da Manhã 18 de janeiro de 2017

“Incêndio em Pataias em resolução.” Correio da Manhã 28 de Abril de 2017

Já o Público começa a reportar as notícias sobre incêndios florestais, igualmente, no dia 18 de janeiro de 2017 e estas incidem nos incêndios dominados, em resolução e em fase de rescaldo.

“Incêndio de grandes dimensões atinge Serra do Alvão em Vila Real.” Público 18 de janeiro de 2017

“Incêndio que entrou em fase de rescaldo na quinta-feira (...).” Público 21 de Abril

Estando os objetivos das notícias relacionados com os incêndios, o seu principal foco prende-se com questões sociais nos dois jornais (Tabela 22), com destaque no Correio da Manhã para a evacuação de aldeias, para a mobilização de meios e para a população afetada, enquanto que o jornal Público enfatiza a mobilização de meios, na população afetada e as vítimas mortais.

“Incêndio em Ourém mobilizou cem bombeiros.” Correio da Manhã 09 de abril de 2017

“Incêndios no norte do país mobilizam 261 operacionais.” Público 20 de abril de 2017

Em relação ao foco ambiental, apesar de serem escassas as notícias, os dois jornais centram-se numa posição anti-eucalipto. O Correio da Manhã faz ainda referência às alterações climáticas e à poluição do ar, dois fatores propícios aos incêndios, mas que têm evoluído devido a este fenómeno.

“Portugal teve perdas de 6,8 mil ME devido a alterações climáticas de 1980 a 2013.” Correio da Manhã 25 de janeiro de 2017

“No que toca às espécies de eucalipto, apenas se defende a sua não expansão e mesmo assim com nuances. E as outras extensas áreas de monoculturas, nomeadamente de pinheiro-bravo? Às folhosas reserva-se o papel de criar barreiras de contenção do fogo, para protecção das grandes áreas que continuarão entregues aos eucaliptos, aos pinheiros e aos matos!” Público 21 de Março de 2017

Quanto ao foco económico, o destaque vai para os financiamentos, sejam eles da União Europeia, do Governo, das empresas, dos bombeiros ou até mesmo campanhas de recolha de fundos.

“Parlamento Europeu aprovou ajuda de 3,9 milhões à Madeira.” Correio da Manhã 05 de Abril de 2017

“Financiamento a bombeiros passa a vigorar todo o ano, sem limitação aos fogos.” Correio da Manhã 17 de Maio de 2017

Os pagamentos em atraso aos pilotos dos aviões de combate aos incêndios, nesta fase foi um tema também referenciado em 5 notícias (em particular pelo jornal Público), onde os apoios aos incêndios ficaram comprometidos.

“Um grupo de pilotos alertou este sábado que a campanha de combate a incêndios de 2017 está em risco, porque a Everjets ainda não regularizou os pagamentos de 2016, e estes profissionais avisam que não voam nestas condições.” Público 01 de abril de 2017

Tabela 22- Foco da notícia antes de junho de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Foco da Notícia	Correio da Manhã		Público	
	Antes de Junho	Total	Antes de Junho	Total
Ambiental	21	108	15	92
Alterações Climáticas	1	2	0	1
Anti-eucalipto	4	33	5	22
Degradação da paisagem	1	5	1	6
Desflorestação	0	5	0	1
Destruição da fauna e flora	0	2	0	0
Fragilidade do solo	1	5	0	4
Gestão de combustíveis	3	11	5	14
Poluição do ar	4	19	0	2
Reflorestação	7	26	4	42
Económico	28	152	32	137
Financiamentos	8	78	10	70
Apoios da União Europeia	3	17	1	8
Bombeiros	1	1	2	5
Campanhas de recolha de fundos	1	5	2	3
Empresas	2	7	1	4
Governo	1	4	4	16
INEM	0	3	0	0
Instituições	0	2	0	2
Recuperação no pós incêndio	6	39	3	32
Fraudes	0	0	0	0
Gestão financeira	0	2	0	0
Gestão Florestal	1	8	1	7
Indemnizações	3	21	10	43
Materials	4	35	3	12
Carros	0	4	0	0
Casas	1	6	0	1
Colmeias	0	0	1	2
Fábricas	0	2	0	0
Infraestruturas	3	20	2	7
Madeira	0	3	0	2
Novos equipamentos	5	7	0	0
Veículos de combate	5	7	0	0
Pagamentos em atraso	1	1	5	5
Famílias desalojadas	1	1	0	0
Pilotos	0	0	5	5
Social	159	1001	92	666
Aldeias evacuadas	48	184	5	91
Apoio às vítimas	0	0	1	7
Apoios aos agricultores	0	2	0	3
Apoios aos bombeiros	4	57	2	10
Campanhas de sensibilização	0	3	2	5
Casas ameaçadas	13	93	3	22
Despovoamento	0	0	0	6
Envelhecimento populacional	0	0	1	1
Estradas cortadas	6	68	5	32
Feridos	12	54	2	14
Incendiários	0	3	0	3
Lares evacuados	0	12	1	5
Mobilização de bombeiros	13	91	4	23
Mobilização de meios	27	158	24	175
Parque de campismo evacuado	2	9	0	4
População afetada	25	179	32	179
Desespero da população	8	48	0	1
Retratos pessoais	17	131	32	178
Vítimas Mortais	9	88	10	86

Aliado ao que já foi analisado (o objetivo das notícias serem os incêndios e o foco das mesmas ser de cariz social), grande parte das notícias ocorre durante os incêndios (Tabela 23), no jornal Correio da Manhã e no jornal Público (129 e 38 notícias referenciadas, respetivamente), referindo sempre a contextualização do incêndio (data, hora e localização) e os meios e operacionais mobilizados.

“Deflagrou, por volta das 17h desta terça-feira, um incêndio de grandes dimensões na Serra do Alvão, em Escariz, Vila Real, que estava nesta terça-feira à noite a ser combatido por 98 operacionais dos bombeiros e 26 viaturas (...).” Público 18 de janeiro de 2017

No entanto, existem notícias que se referem ao pré-fogo e ao pós-fogo, nomeadamente a prevenção dos incêndios e a preocupação na realização de planos e medidas no pós-incêndio que ajudem à recuperação das zonas afetadas.

“(...) as grandes linhas da Estratégia Nacional de Proteção Civil Preventiva, que permitirá uma transformação significativa no nosso sistema de proteção civil (...).” Correio da Manhã 01 de março de 2017

“A ADN - Associação Aliança de Negócios anunciou a oferta, à Câmara de Viana do Castelo, de 3500 árvores para reflorestar uma área de sete hectares, na freguesia de Carvoeiro, afetada pelos incêndios florestais.” Público 17 de março de 2017

Tabela 23- Referência da fase de incêndios em que as notícias são reportadas no jornal Correio da Manhã e no jornal Público antes de junho de 2017

Fase da Notícia	Correio da Manhã		Público	
	Antes de Junho	Total	Antes de Junho	Total
Antes do fogo	25	150	13	90
Durante o fogo	129	626	38	259
Depois do fogo	36	225	24	101

O agente que mais se destaca no jornal Correio da Manhã e no jornal Público é a Proteção Civil. Neste período temporal, esse foco é previsível pois é quando surge uma maior preocupação com a prevenção dos incêndios, desde a criação de medidas que visem a diminuição do risco de incêndio ao alerta (Tabela 24).

O segundo destaque vai para a GNR e para a PJ, agentes que são referenciados não só pelo combate aos incêndios que começam a deflagrar no mês de janeiro como na prevenção que os mesmos fazem no pré-fogo e nas detenções.

Um outro agente com particular relevância são os presidentes da Câmara. Estes agentes agem em concordância com a Proteção Civil quer no combate, quer na prevenção, através da mobilização de meios humanos (militares).

“A Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) registou 2900 incêndios florestais desde o início do ano, um quarto dos quais deflagrou este mês (...).” Público 12 de Abril de 2017

“PJ deteve incendiário suspeito de atear fogos em Águeda.” *Correio da Manhã* 11 de Abril de 2017

“Militares vão ajudar bombeiros a combater fogos.” *Correio da Manhã* 17 de fevereiro de 2017

Tabela 24- Agentes mencionados nas notícias antes de junho de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Agentes mencionados na notícia	Correio da Manhã		Público	
	Antes de Junho	Total	Antes de Junho	Total
Administração Interna	8	30	4	15
Administração Regional de Saúde	0	3	1	1
Agência Europeia do Ambiente	0	0	2	3
Autarquias	5	32	1	3
Autoridade Marítima	0	1	0	0
Autoridade Nacional de Freguesias	0	0	0	1
Bombeiros	9	52	5	24
Comandante Distrital de Operações de Socorro	1	6	1	1
Comandante dos bombeiros	3	25	0	1
Comandante Operacional Distrital	2	17	2	4
Comandante Operacional Nacional	0	0	1	6
Comando Distrital de Operações de Socorro	12	86	6	20
Comando Nacional de Operações de Socorro	0	2	1	4
Comissão da Agricultura e do Mar	0	2	1	2
Comissão Europeia	1	2	0	0
Comunidade Intermunicipal	1	2	0	2
Conselho de Ministros	3	9	1	5
Exército	3	7	0	0
Gabinete de Crise	1	4	0	0
GNR	37	180	7	38
INEM	0	3	2	6
Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas	5	21	3	21
Instituto Português do Mar e da Atmosfera	14	59	4	15
Juntas de Freguesia	0	2	0	0
Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	4	15	0	1
Ministério da Defesa Nacional	0	0	0	2
Ministério da Educação	0	1	0	0
Ministério das Finanças	1	3	1	1
Ministério Público	2	12	3	7
Ministro da Agricultura	1	2	1	2
Ministro do Planeamento e das Infraestruturas	1	5	1	4
NASA	0	0	0	1
Organizações ambientais	2	7	3	8
PJ	39	183	24	63
Presidente da Câmara	27	169	8	29
Presidente da Junta de Freguesia	2	11	0	2
Presidente da República	3	14	2	3
Presidente do Conselho de Administração Everjets	0	0	1	1
Primeiro Ministro	4	22	1	3
Proprietários Florestais	2	2	2	4
Proteção Civil	143	449	34	146
PSP	2	9	0	0
Quercus	0	0	1	4
Secretário de Estado	1	4	1	3
Secretário de Estado das florestas	0	0	2	4
Tribunal de Contas	0	2	0	0
Vice Presidente da Câmara	4	15	0	1

Para o período antes de junho, no jornal Correio da Manhã a maioria destas notícias são comunicados por entidades profissionais (normalmente pelo Comando Distrital de operações de socorro), seguidos de entrevistas, estudos e relatórios e comunicados nas páginas oficiais (principalmente na página oficial da Proteção Civil, procurando atualizar os

acontecimentos). Já o jornal Público dá ênfase aos mesmos recursos, mas de forma diferente (Tabela 25), ou seja, os estudos e relatórios são os que detêm de maior referência (usualmente são estudos feitos por profissionais da área), seguidos dos comunicados nas páginas da *internet*, dos comunicados feitos por entidades profissionais e, por fim, as entrevistas (feitas aos autarcas e aos bombeiros).

“Uma fonte do Comando Distrital de Operações de Socorro de Coimbra informou que as chamas foram combatidas por cerca de 60 operacionais, tendo o fogo sido dominado às 11h30.” Correio da Manhã 25 de janeiro de 2017

“Contactado pela agência Lusa, o adjunto do comando dos Bombeiros Voluntários de Ponte da Barca, Jorge Gonçalves, que é responsável pelas operações no terreno (...).” Público 21 de abril de 2017

Tabela 25- Recursos usados nas notícias antes de junho de 2017 pelos jornais Correio da Manhã e Público

Recursos	Correio da Manhã		Público	
	Antes de Junho	Total	Antes de Junho	Total
Comunicado	96	609	17	243
Debate	1	6	0	4
Entrevista	18	113	15	90
Alunos	0	1	0	0
Autarcas	4	32	5	31
Bombeiro	5	28	3	16
Adjunto do comandante dos bombeiros	0	3	1	4
Bombeiro voluntário	1	3	0	1
Comandante dos bombeiros	2	15	1	5
Presidente da Liga dos Bombeiros	2	7	1	6
Comandante Nacional da Proteção Civil	1	3	0	0
Comandante Operacional Distrital	0	4	0	2
Comando Operacional de Operações de Socorro	0	2	0	3
Especialistas nacionais em fogos florestais	1	3	1	2
Everjets	0	0	1	1
Ministério da Saúde	0	0	0	1
Ministra da Justiça	0	1	0	3
Ministro da Administração Interna	1	4	2	7
Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	0	0	1	2
Ministro do Planeamento e das Infraestruturas	1	2	0	0
Outros especialistas	1	8	1	8
População	0	2	0	2
Presidente da República	1	2	1	4
Primeiro Ministro	0	3	0	0
Proteção Civil	3	17	0	6
Vice Presidente	0	1	0	2
Estudos e relatórios	17	129	19	124
Falar com a população	8	107	2	22
Informativo	2	46	12	61
Opinião do jornalista	5	44	6	71
Página da Internet	13	224	18	96

Os incêndios florestais já há muito que assolam o país de Norte a Sul, atingindo localidades, freguesias, municípios ou até mesmo distritos (Tabela 26). As zonas que detêm

maior atenção por parte das notícias neste período temporal são o interior Norte. Para além de ocorrerem nestes territórios, muitas vezes os incêndios ocorrem em zonas de difícil acesso, o que dificulta o combate aos incêndios por parte das entidades competentes, aliando-se a altas temperaturas e ventos fortes. Ainda que os números de notícias neste período sejam reduzidos em ambos os jornais, os valores são acrescidos pois as notícias são relatadas fazendo referência à localização das mesmas, especificando a localidade e contextualização onde esta se localiza geograficamente.

“Incêndio de grandes dimensões atinge Serra do Alvão em Vila Real.” Público 18 de Janeiro de 2017

“Oitenta operacionais foram mobilizados para combater um incêndio florestal em São Salvador, concelho de Ribeira de Pena (...).” Correio da Manhã 14 de Março de 2017

Tabela 26- Escala territorial das notícias antes de junho de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Localização	Correio da Manhã		Público	
	Antes de Junho	Total	Antes de Junho	Total
Freguesia	8	46	5	27
Distrito	157	795	67	248
Localidade	6	37	3	24
Município	205	806	108	475
Nacional	1	9	2	12

Em consequência dos incêndios ocorrerem nestas zonas numa evolução constante, a prevenção tem vindo a ser alvo de muitas notícias.

“O Presidente da República manifestou-se a favor de um “reforço da aposta na prevenção”, através de “acções de sensibilização” que “façam chegar a mensagem a todos os portugueses”, e considerou que a comunicação social tem também um papel a exercer nesta matéria.” Público 10 de março de 2017

Antes de junho, o Correio da Manhã aponta que a prevenção é feita maioritariamente pelos militares, seguido do Governo, das autarquias e da Proteção Civil. Já o jornal Público evidencia que a prevenção é feita essencialmente pelo Governo, seguido dos militares, da Proteção Civil e das autarquias.

“A criação de uma equipa permanente de sapadores florestais, com o objectivo de reforçar o sistema de Protecção Civil no município de Sintra, foi formalizada esta terça-feira entre a autarquia e a sociedade Parques de Sintra-Monte da Lua (PSML).” Público 10 de janeiro de 2017

“A ANPC recomenda ainda a adequação dos comportamentos e atitudes face à situação de perigo de incêndio florestal, nomeadamente com a adoção das necessárias medidas de prevenção e precaução, observando as proibições em vigor e tomando especial atenção à evolução do perigo de incêndio para os próximos dias (...).” Correio da Manhã 21 de abril de 2017

A luta pela prevenção tem sido feita pelas entidades através da criação de equipas de sapadores florestais, da aquisição de equipamento, da mobilização de militares, na

sensibilização aos populares a adotarem práticas preventivas e os investimentos feitos pelas autarquias. No entanto, é evidente que ambos os jornais têm poucas notícias sobre a prevenção aos incêndios (Tabela 27).

“Sintra cria equipa permanente de sapadores florestais para prevenir incêndios.” Público 10 de janeiro de 2017

“Cerca de 800 voluntários vão limpar, na sexta-feira, 15 dos 800 hectares da Tapada Nacional de Mafra numa ação de proteção da natureza e de prevenção contra incêndios (...).” Correio da Manhã 25 de maio de 2017

Tabela 27- Prevenção aos incêndios feita pelas entidades antes de junho de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Prevenção	Correio da Manhã		Público	
	Antes de Junho	Total	Antes de Junho	Total
Associações e Organizações	0	1	0	1
Autarquia	5	18	3	10
Bombeiros	2	9	1	4
Empresas	0	1	0	0
GNR	2	12	2	5
Governo	6	23	6	24
IPMA	0	2	0	0
Militares	8	31	5	8
PJ	0	2	0	0
Populares	1	6	0	2
Proteção Civil	5	20	5	19

Apesar de todo o esforço na prevenção, o ano de 2017 foi um dos anos mais fustigados pelos incêndios. Antes de junho, as causas mais apontadas nas notícias analisadas para a ocorrência de incêndios foram as causas diretas naturais (Tabela 28), que no caso do Correio da Manhã são associadas às condições meteorológicas adversas, ao vento forte e ao aumento da temperatura. No Público estas relacionam-se prendem-se com as condições meteorológicas adversas, com as secas e com as tempestades.

“(...) o fogo estava a queimar uma zona de mato que está "muito seco".” Público 18 de janeiro de 2017

No caso das causas diretas humanas, o crime é a principal causa referida nas notícias devido ao elevado número de detenções que surgiu logo no início do ano, ainda que estejam relacionadas com os incêndios dos anos anteriores.

“O homem é natural da Madeira e está indiciado por, a 08 de agosto do ano passado, ter ateado fogo em mato na freguesia de São Roque, nos arredores do Funchal.” Correio da Manhã 14 de fevereiro de 2017

Quanto às causas indiretas estruturais, o abandono das zonas é o que mais se destaca nos dois jornais (Tabela 28). Esta situação propicia a acumulação de combustíveis que associada às as altas temperaturas constituem uma das grandes causas dos incêndios. E, por

fim, os reacendimentos que continuam a ser de ordem natural, devido às alterações climáticas e o território.

“(...) registou “várias reativações devido ao vento forte que se faz sentir (...)” Correio da Manhã 20 de abril de 2017

Tabela 28- Causas dos incêndios antes de junho de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Causas	Correio da Manhã		Público	
	Antes de Junho	Total	Antes de Junho	Total
Diretas Humanas	15	82	8	33
Crime	12	67	5	22
Negligência	3	15	3	11
Diretas Naturais	55	255	51	233
Alterações climáticas	0	2	4	14
Aumento da Temperatura	9	70	4	32
Condições meteorológicas adversas	17	56	12	69
Redução da humidade	0	4	1	11
Secas	7	31	6	25
Tempestades	4	11	6	16
Trovoadas	4	14	5	18
Vegetação	2	8	5	16
Vento forte	13	59	8	32
Indiretas Estruturais	15	138	28	259
Abandono das zonas rurais	6	15	7	29
Descargas elétricas	0	5	1	16
Edificações degradadas	0	0	0	1
Eucaliptização	1	4	6	29
Falhas no Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança	0	79	0	107
Falta de Comunicação	0	0	0	8
Falta de limpeza	1	2	1	10
Má gestão florestal	4	26	8	46
Transformação nos usos do solo	3	7	5	13
Indiretas Reacendimentos	13	54	5	46
Humanos	1	5	0	0
Naturais	12	49	5	46

Após a deflagração de um incêndio, são imediatamente acionados um conjunto de meios para o combater. Tanto o jornal Correio da Manhã como o jornal Público fazem grande referência aos profissionais no combate, nomeadamente os bombeiros. Aliados ao número de bombeiros, estão também, os meios de combate, sejam eles aéreos ou terrestres (Tabela 29). Enquanto que o Correio da Manhã dá particular atenção ao número de meios aéreos, o Público concentra-se na identificação dos meios terrestres.

“(...) ter mobilizado cerca de 100 homens, que chegaram a ter o apoio de dois meios aéreos - um helicóptero kamov e um outro ligeiro.” Correio da Manhã 07 de abril de 2017

“Pelos 3h30 lavravam em Braga três incêndios (Caldelas, Seramil e Parada do Bouro), combatidos por 43 operacionais e 13 meios terrestres (...)” Público 20 de abril de 2017

Relativamente às ajudas no combate, estas prendem-se com o fator tempo, ou seja, quando o vento acalma, quando chove ou quando os níveis de humidade aumentam e com a

mobilização de meios ou aquisição de novos equipamentos. Em relação às dificuldades sentidas, estas estão associadas às características do território (muitas vezes de difícil acesso) e às condições meteorológicas que surgem antes o incêndio e se intensificam durante o incêndio.

“Doze novos veículos para combater fogos no Algarve.” Correio da Manhã 12 de abril de 2017

“A via foi reaberta durante a noite, depois da chuva forte ter ajudado a controlar e a apagar as chamas.” Público 20 de abril de 2017

“Às 18:00, o incêndio tinha duas frentes ativas, uma das quais estava a ser controlada. A outra era de acesso mais difícil, o que causou problemas no combate às chamas.” Correio da Manhã 17 de abril de 2017

Tabela 29- Combate aos incêndios antes de junho de 2017 feito pelos jornais Correio da Manhã e Público

Combate	Correio da Manhã		Público	
	Antes de Junho	Total	Antes de Junho	Total
Agentes envolvidos no combate	206	1117	54	397
ICNF	0	1	0	0
Populares	5	58	1	8
Profissionais	201	1058	53	389
Autarquia	0	1	0	0
Bombeiros	195	1025	49	373
Acidentes	2	55	1	21
Dias de combate	5	30	1	13
Horas de combate	1	31	2	13
Número de operacionais	187	909	45	326
GNR	1	8	0	1
Militares	4	17	3	13
PJ	0	1	0	1
Proteção Civil	1	5	1	1
PSP	0	1	0	0
Ajudas no combate	14	91	8	47
Dificuldades no combate	17	116	9	59
Estratégias	5	73	3	29
Meios de combate	117	1076	69	434
Aéreos	83	376	22	147
Número de meios aéreos	76	338	22	138
Tipo de meios aéreos	7	38	0	9
Aquisição	6	8	12	18
Custos da aquisição	5	6	12	19
Terrestres	34	686	23	250
Número de meios terrestres	32	678	23	250
Tipo de meios terrestres	2	8	0	0

Durante o combate e após a extinção de um incêndio, surgem diversas consequências. Antes de junho, as consequências ambientais eram referidas, sendo a alteração da paisagem e a destruição da fauna e flora as principais para ambos os jornais.

“(…) recuperação de algumas das áreas mais emblemáticas do parque que foram afetadas por fogos florestais.” Público 18 de abril de 2017

A área ardida foi referenciada mais vezes, 111 vezes no Correio da Manhã e 62 vezes no Público (Tabela 30). Os hectares de área ardida até aos dias atuais têm vindo a aumentar, sendo fortemente evidenciados nos relatórios.

“O Porto foi o distrito com mais área ardida no ano passado e onde se registaram mais ignições de incêndios.” Correio da Manhã 25 de Maio de 2017

Em termos económicos, a agricultura, as empresas e os prejuízos diretos são os que mais se destacam nos dois jornais, neste período, provocando o desemprego de dezenas de trabalhadores e agravando a sua situação económica.

“(…) depois de ter ateado um fogo na serra da Lousã que causou prejuízos na ordem de um milhão de euros.” Correio da Manhã 17 de Maio de 2017

Tabela 30- Consequências ambientais, área ardida, associativas e organizativas e económica antes de junho de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Consequências	Correio da Manhã		Público	
	Antes de Junho	Total	Antes de Junho	Total
Ambientais	14	107	16	103
Alteração da paisagem	5	22	3	24
Animais feridos	0	9	0	5
Cheias	0	2	0	4
Desproteção do solo	0	5	1	6
Destruição da fauna e flora	4	13	3	14
Destruição de áreas protegidas	1	8	2	14
Emissão de CO2	0	0	2	13
Morte de animais selvagens	3	25	3	11
Poluição	0	11	0	5
Qualidade da água	1	12	2	7
Área Ardida	111	616	62	329
Área ardida (hectares)	67	334	43	251
Tipo de área	26	198	13	58
Tipo de floresta	18	84	6	20
Associativas e Organizativas	2	25	3	26
Associação Portuguesa de Seguradores	0	0	1	4
Associação Proteção e Socorro	0	1	0	0
Associações Ambientalistas	2	7	2	10
Associações das vítimas	0	17	0	11
Associações de Produtores Florestais	0	0	0	1
Económica	34	240	15	123
Agricultura	4	26	5	18
Alterações Climáticas	0	2	0	4
Empregos em Risco	0	2	1	5
Empresas afetadas	16	107	3	26
Investimentos no pós incêndio	4	19	1	8
Internacionais	1	5	0	1
Nacionais	3	14	1	7
Manutenção das florestas	0	1	1	1
Prejuízos diretos	9	76	4	57
Turismo	1	7	0	4

As consequências humanas são também fortemente reportadas pelos jornais Correio da Manhã e Público, em que o número de vítimas e o número de feridos são os mais

mencionados (Tabela 31) e, mesmo que estes valores sejam nulos, o Correio da Manhã faz referência a esse facto.

“O alerta foi dado às 12h40 e para já, o fogo ainda não constitui perigo para as povoações adjacentes e não há vítimas a registar.” Correio da Manhã 21 de abril de 2017

Em concordância com a teoria, estas são as consequências mais dramáticas por conduzirem a dramas familiares. Em relação às consequências nas infraestruturas, as aldeias ameaçadas, as casas destruídas e evacuadas e as estradas cortadas têm particular relevância. Aquando a propagação de um incêndio, este ganha várias frentes ativas. Dado que Portugal sofreu grandes transformações nos usos do solo e atualmente o país é composto por extensas áreas florestais, são colocadas em risco vidas, casas e aldeias.

“Os habitantes da zona de Arraúl, em Gandra, Paredes, com casa mais perto da serra viveram ontem momentos de pânico com um incêndio (...).” Correio da Manhã 22 de maio de 2017

“Um incêndio de grandes proporções obrigou ao corte do trânsito no IP 4 na zona do Marão (...).” Público 19 de abril de 2017

Tabela 31- Consequências humanas e nas infraestruturas antes de junho 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Consequências	Correio da Manhã		Público	
	Antes de Junho	Total	Antes de Junho	Total
Humanas	92	777	49	421
Danos Psicológicos	1	16	3	17
Desaparecidos	0	11	0	12
Evacuação da população	10	106	11	64
Feridos	33	313	18	139
Número de vítimas mencionado	35	261	15	176
População desalojada	12	64	1	8
Saúde	1	6	1	5
Infraestruturas	71	806	34	302
Abastecimento de água	2	12	0	3
Abastecimento de Eletricidade	3	23	1	6
Aldeias ameaçadas	14	107	4	43
Barracões destruídos	0	2	0	1
Carros queimados	0	9	0	1
Casas destruídas e evacuadas	26	240	11	88
Escolas danificadas e evacuadas	6	34	3	15
Estradas Cortadas	14	319	13	129
Hotéis evacuados	0	4	0	0
Igrejas destruídas	0	1	0	0
Linhas ferroviárias cortadas	4	30	2	10
Parques de Campismo destruídos	0	3	0	0
Património destruído	0	0	0	3
Posto de combustível ameaçado	0	5	0	0
Praias evacuadas	0	0	0	2
Racionalização de serviços	0	1	0	0
Rede Viária	0	1	0	0
Viaturas bombeiros queimadas	2	15	0	1

A ocorrência de incêndios por causas humanas intencionais e por negligência são consideradas as principais causas dos incêndios. Antes de Janeiro, são referenciadas

inúmeras notícias com este tema. O Correio da Manhã dá particular destaque aos motivos dos incendiários e ao perfil dos mesmos enquanto que o jornal Público dá ênfase aos recursos usados pelos incendiários e aos motivos (Tabela 32). Ambos os jornais referenciam os motivos dos incendiários como sendo pessoas com taxas de alcoolemia elevadas e desequilibradas psicologicamente, indo de encontro com as teorias de Silva & Rego em 2007.

“O homem, de 50 anos, é acusado de um crime de incêndio florestal (...) após ter consumido duas caixas de vinho (dois litros), saiu da casa onde residia com a mãe e o irmão e “decidiu atear um fogo florestal (...).” Correio da Manhã 08 de fevereiro de 2017

Uma grande diferença dos dois jornais em relação à forma como as notícias são reportadas, prende-se com o facto do Correio da Manhã ser curto e objetivo nas ações tomadas (detenção, motivo, recursos usados para atear o incêndio e penas aplicadas) enquanto que o jornal Público detalha o acontecimento, especificando cada ação e procurando fundamentar com declarações feitas pelas entidades.

“O incêndio teve início através de chama directa na abundante vegetação que se encontrava no terreno. (...) destaca a PJ, em comunicado.” Público 08 de maio de 2017

Tabela 32- Características dos incendiários reportadas pelos jornais Correio da Manhã e Público antes de junho de 2017

Incendiários	Correio da Manhã		Público	
	Antes de Junho	Total	Antes de Junho	Total
Antecedentes	2	33	1	11
Dados Estatísticos	6	38	5	34
Motivos	14	80	6	34
Perfil do Incendiário	10	83	3	25
Recursos	4	16	7	29

Aliadas às notícias específicas sobre os incendiários, encontram-se igualmente notícias que referenciam as sanções aplicadas aos mesmos, desde acusações, detenções, interrogatórios, julgamentos e penas aplicadas (Tabela 33). O jornal Correio da Manhã referencia maioritariamente as acusações e as penas aplicadas, enquanto que o jornal Público referencia com especial destaque as detenções e as penas aplicadas.

“O homem é natural da Madeira e está indiciado por, a 08 de agosto do ano passado, ter ateado fogo em mato na freguesia de São Roque, nos arredores do Funchal.” Correio da Manhã 14 de fevereiro de 2017

“A Polícia Judiciária (PJ) de Braga deteve um bombeiro de 33 anos suspeito de ter ateado três incêndios florestais em Póvoa de Lanhoso, em 8 e 9 de Abril, informou nesta terça-feira aquela força.” Público 23 de maio de 2017

Tabela 33- Ações legais antes de junho de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Ações Legais	Correio da Manhã		Público	
	Antes de Junho	Total	Antes de Junho	Total
Acusações	20	89	5	35
Detenções	11	363	10	151
Interrogatórios	4	64	2	20
Julgamentos	5	23	1	6
Penas Aplicadas	14	110	6	45

No pós-incêndio, são pensados e formalizados planos e estratégias legais para recuperar as áreas afetadas pelos incêndios. Os apoios são dados particularmente pelo Governo e pelas autarquias, segundo o Correio da Manhã; e pelos Fundos de Apoio, pelo Governo e pelo Ministério da Agricultura, segundo o Público. Em ambos os jornais, estes apoios são maioritariamente financeiros, como mostram os excertos das notícias:

“Bruxelas propõe quatro milhões para cobrir custos de incêndios do Funchal.” Público 24 de janeiro de 2017

“Câmara de Oleiros investe 413 mil euros na proteção civil e na floresta.” Correio da Manhã 24 de janeiro de 2017

Quanto às estratégias legais, tanto o Correio da Manhã como o Público referenciam com maior frequência as que são adotadas pelas autarquias, em que os principais objetivos são a diminuição do risco de incêndio, a reconstrução no pós-incêndio e o tratamento das florestas (Tabela 34).

“Esta Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Concelho de Caminha vai colocar faixas primárias e secundárias de gestão de combustíveis. As intervenções incluem o corte e controlo de arbustos e ervas, desbaste de zonas florestais, podas, trituração de despojos e erradicação de espécies infestantes, de modo a evitar a propagação de incêndios e reforçar as condições de segurança durante o combate aos incêndios.” Correio da Manhã 19 de abril de 2017

“A Câmara de Arouca está a desenvolver, com cerca de 70 proprietários do concelho, um projecto-piloto que visa criar um corredor florestal de 12 quilómetros apenas com árvores autóctones mais resistentes ao fogo do que o eucalipto.” Público 18 de abril de 2017

Tabela 34- Apoios e Estratégias legais antes de junho de 2017 dos jornais Correio da Manhã e Público

Planos e Estratégias	Correio da Manhã		Público	
	Antes de Junho	Total	Antes de Junho	Total
Apoios	16	63	12	46
Autarquias	5	23	2	5
Comunitários	1	6	0	3
Fundos de Apoio	1	3	3	17
Gabinete de Apoio ao Empresário e Agricultor	1	1	0	0
Governo	6	22	3	7
Ministério da Agricultura	1	3	3	5
Segurança Social	0	1	1	5
União Europeia	1	4	0	4
Estratégias legais	20	90	15	73
Autarquias	11	54	9	41
Alterar regime do fogo	0	2	0	0
Diminuir área ardida	0	2	1	1
Diminuir risco de incêndio	3	5	2	2
Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais	0	8	0	3
Reconstrução pós-incêndio	3	23	3	17
Recuperação dos solos	0	0	2	10
Rede de Defesa da Floresta contra Incêndios	1	4	0	3
Rede Digital Integrada de Serviços	0	1	0	0
Tratamento das florestas	4	9	1	5
Governo	9	33	5	25
Administração Interna	1	3	0	3
Assembleia da República	0	0	3	8
Conselho de Ministros	0	2	1	9
ICNF	1	5	0	0
Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	2	6	1	3
Ministro do Ambiente	0	2	0	0
Ministro do Planeamento	2	2	0	1
Presidente da Câmara	0	1	0	0
Presidente da República	2	5	0	1
Primeiro Ministro	1	6	0	0
Tribunal de Contas	0	1	0	0
Organizações Ambientais	0	3	1	7

As medidas institucionais mais referenciadas neste período são as políticas (Tabela 35). Nesta fase, os incêndios só começam a ter maior frequência em abril. Logo, nos primeiros três meses do ano ainda estão a ser analisados os acontecimentos do ano anterior e os incêndios que surgem são muito pontuais. A criação de relatórios e apoios do Governo são os mais destacados, os primeiros como forma de perceber o que correu mal e o último como ajuda na recuperação dos territórios afetados.

Nas medidas ambientais, é notória a emergência de uma reforma florestal nos jornais pois no mesmo dia saí uma notícia em ambos com o mesmo título:

“Marcelo espera “vastíssimo consenso nacional” sobre reforma florestal.” Correio da Manhã e Público 10 de março de 2017

Esta notícia é mais uma prova evidente de que ambos os jornais abordam os temas de diferentes formas. O Correio da Manhã mais sucinto, apenas reafirmando a emergência de uma reforma florestal e que esta passe rapidamente para a realidade e o Público numa

abordagem muito mais extensa, mencionando as diversas declarações do Presidente da República e fazendo referência a outros momentos em que este tema já fora debatido e em que futuramente as medidas serão aprovadas.

“No passado dia 01, o primeiro-ministro anunciou que o Conselho de Ministros vai aprovar no dia 21 de março o “pacote florestal”, um conjunto de diplomas que constituirá as bases de uma reforma estrutural na floresta portuguesa.” Público 10 de março de 2017

Nas medidas económicas, os orçamentos são o mais relevante nesta fase de modo a serem calculados os prejuízos e os investimentos a serem feitos. E, por fim, os planos que funcionam como instrumentos de política setorial e de gestão florestal e que têm como objetivo garantir o planeamento e gestão florestal sustentável.

“A Madeira aprovou uma proposta de Lei à Assembleia da República, que visa criar uma cláusula de exceção ao Programa Prohabita de forma a abranger todas as famílias afectadas pelos incêndios que atingiram o arquipélago no último Verão.” Público 17 de janeiro de 2017

Tabela 35- Medidas institucionais e planos antes de junho de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Planos e Estratégias	Correio da Manhã		Público	
	Antes de Junho	Total	Antes de Junho	Total
Medidas institucionais	44	212	54	337
Ambientais	8	33	8	63
Biodiversidade	0	1	1	1
Limpeza dos terrenos	3	11	1	7
Reforma da Floresta	5	21	6	55
Combate	3	27	3	39
Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais	2	17	0	18
Fases de Combate	1	7	3	19
Grupo de Análise e Uso do Fogo	0	0	0	1
Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro	0	3	0	1
Económicas	3	17	1	20
Emprego	0	1	0	4
Orçamentos	3	16	1	11
Recursos Naturais	0	0	0	5
Políticas	18	120	21	173
Apoios do Governo	10	36	8	30
Comissão Independente	4	17	3	24
Estado de Calamidade	2	30	1	12
Estado de contingência	0	3	0	0
Estado de Emergência	0	7	0	0
Investigações	1	22	4	58
Mecanismo Europeu de Proteção Civil	0	1	0	0
Relatórios	1	4	5	49
Sociais	2	15	0	9
Campanhas de sensibilização	2	9	0	4
Linha Nacional de Emergência Social	0	4	0	4
Sistema de Mobilidade	0	2	0	1
Território	4	15	7	33
Banco de Terras	3	8	0	3
Gestão Florestal	1	7	7	28
Lei de Bases da Política Florestal	0	0	0	2
Planos	9	58	14	72

Após a análise de todas as notícias nas respetivas categorias, é evidente que a palavra **incêndio** se destaca no caso do Correio da Manhã e **incêndios** no caso do jornal Público, sendo este o principal foco e objetivo das notícias. No caso do Correio da Manhã, as outras duas palavras que se destacam são **Portugal** e **bombeiros**. A primeira porque um dos critérios para selecionar as notícias era que estas fossem apenas de Portugal. E a última porque os bombeiros são os principais agentes noticiados relativamente a este fenómeno, seja na prevenção ou no combate, sendo referidos sempre que é noticiado algo sobre os incêndios. No caso do Público, uma outra palavra que se destaca é **florestais**. Esta surge com grande afluência porque um dos critérios usados na seleção das notícias era que estas fossem apenas sobre incêndios florestais e o número de incêndios deste tipo são em grande número neste ano, começando a surgir com mais incidência em abril.

A palavra **combate** também surge com uma certa frequência nos dois jornais (65 vezes no jornal Público e 83 vezes no jornal Correio da Manhã) devido ao facto de as notícias se concentrarem em grande parte durante os incêndios. Normalmente as notícias sobre incêndios surgem em ambos os jornais consoante as **fases** em que eles se encontram, especificando os **operacionais** envolvidos no combate (maioritariamente, **bombeiros**), o tipo de **floresta** onde o incêndio deflagrou, os **hectares** ardidos e os **meios** envolvidos. Outras duas palavras com enorme relevância são **proteção** e **civil**. Esta é uma entidade que está sempre presente nas notícias ao longo de 2017, seja na prevenção, no alerta do risco de incêndio, no combate e, até mesmo, na recuperação do pós-incêndio.

Os anos de **2016** e **2017** também são referenciados: **2016** porque grande parte das notícias deste período temporal se prendem com os incêndios desse ano, nomeadamente detenções e consequências económicas (financiamentos e investimentos) e **2017** por ser o ano de estudo, mas também o ano que logo em janeiro se começa a falar numa reforma florestal emergente.

Sendo de concluir que neste período, as principais notícias se prendem com a conclusão dos incêndios de 2016, com a prevenção e combate dos incêndios de 2017 e com as metas a atingir futuramente (Figura 8 e Figura 9).

Figura 8- Palavras mais frequentes antes de junho no jornal Correio da Manhã



Figura 9- Palavras mais frequentes antes de junho no jornal Público



5.2.2. Entre junho e outubro

No período entre junho e outubro, surgem no jornal Correio da Manhã 845 notícias num total de 1001 notícias e no jornal Público 380 notícias num total de 450 notícias (Tabela 3). Estes valores são mais elevados do que no período temporal anteriormente analisado, devido às referências aos incêndios de junho e outubro. Entre junho e outubro surgiram inúmeras notícias que vieram retratar estes dois acontecimentos. O Correio da Manhã contou com 811 notícias informativas, 32 notícias de opinião e 2 reportagens. O Público contabiliza 346 notícias informativas, 23 notícias de opinião, 6 reportagens 3 crónicas e 2 entrevistas (Tabela 36).

Tabela 36- Tipologia das notícias entre junho e outubro de 2017 dos jornais Correio da Manhã e Público

Tipologia da Notícia	Correio da Manhã		Público	
	Entre Junho e Outubro	Total	Entre Junho e Outubro	Total
Crónica	0	0	3	3
Entrevista	0	0	2	2
Notícia	811	964	346	403
Opinião	32	35	23	27
Reportagem	2	2	6	15

Neste período surgiram inúmeras notícias de opinião (face ao que fora analisado no período anterior), a retratar os incêndios de junho e outubro, em que eram tecidas críticas à prevenção, às transformações nos usos do solo, à Proteção Civil, às falhas no SIRESP, ao Governo e aos incendiários e eram feitas referências à Comissão Independente. Esta tipologia realça, também, o trabalho dos bombeiros e lamenta os hectares ardidos.

“Dita-nos a experiência e a análise de situações passadas que a prevenção e os cuidados redobrados, nestes casos, é o factor essencial para se evitarem muitos dos incêndios florestais e rurais.” Correio da Manhã 18 de junho de 2017

“O país precisa de uma figura consensual e acima de qualquer suspeita para presidir a uma comissão independente, que no período de 30 dias seja capaz de apresentar as suas conclusões, de forma a que nenhum português bem-intencionado possa duvidar delas.” Público 27 de junho de 2017

As reportagens surgem nos dois meses mais críticos desse ano – junho e outubro. Relativamente às crônicas e entrevistas feitas pelo jornal Público, estas surgem após os incêndios de junho, prolongando-se até outubro e, assim como acontece em algumas notícias de opinião, surgem algumas críticas à má gestão florestal, aos financiamentos e a possíveis medidas a adotar.

““Grande extensão de terreno coberto de árvores” é a definição simples para a complexidade de “floresta”. Um dos dicionários consultados acrescenta “mata”, “bosque”, para rematar com frases que nos habituámos a ouvir há muito, mas que nos últimos dias não param de ser repetidas. Uma positiva: “Proteção da floresta.” Duas negativas: “O fogo devastou uma parte da floresta” e “destruição da floresta.”” Público 25 de junho de 2017

“Técnicos pedem revolução na prevenção e combate aos fogos. Eis as 35 medidas.” Público 12 de outubro de 2017

O incêndio volta a ser o grande foco das notícias neste período, em grande medida em consequência dos incêndios que deflagraram nesse período (Tabela 37). As referências às medidas e à reforma florestal também aumentaram. Ambas começaram a ser apresentadas nas notícias como sendo urgentes face às situações neste período. As notícias sobre as ocorrências de incêndios e o estado dos mesmos eram as que detinham maior ênfase, nomeadamente as características dos incêndios e aqueles que se encontravam dominados, em resolução ou em fase de propagação. Aliada a esta situação, estavam fortemente referenciados o número de incêndios e o número de frentes ativas, resultado da propagação dos incêndios, devido ao aumento da temperatura, o vento forte e as características do território.

“Reforma florestal prevê proibição de novas plantações de eucaliptos.” Correio da Manhã 25 de junho de 2017

“É de facto uma coisa dantesca, porque as direções e as projeções são de tal forma imprevistas e inconstantes. A direção do vento é de tal forma crítica que, de um momento para o outro, estão novas projeções a surgir (...).” Correio da Manhã 16 de outubro de 2017

Durante estes cinco meses, o risco de incêndio foi declarado como sendo extremamente elevado pelos dois jornais seja pela Proteção Civil ou pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera. A falta de meios foi bastante reportada pelos dois jornais nos incêndios de outubro, dado que estes ocorreram em massa fora do período crítico em circunstâncias meteorológicas fora do comum.

“Risco de incêndio aumenta na terça-feira devido a temperaturas elevadas.” Público 03 de julho de 2017
“Os meios aéreos foram sendo usados com limitações durante a manhã, devido às condições meteorológicas e ao fumo (...).” Correio da Manhã 16 de outubro de 2017

Tabela 37- Objetivo das notícias entre junho e outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Objetivo da Notícia	Correio da Manhã		Público	
	Entre Junho e Outubro	Total	Entre Junho e Outubro	Total
Medidas	14	39	13	35
Reforma da Floresta	9	25	12	30
Incêndio	2822	3113	917	1148
Estado do Incêndio	806	1008	248	370
Conclusão	79	86	12	16
Controlado	42	51	11	13
Curso	55	67	9	20
Descontrolado	69	83	25	30
Dominado	187	285	77	85
Extinto	76	99	20	22
Primeiro Alerta	42	47	19	21
Propagação	87	95	86	92
Rescaldo	62	68	27	35
Resolução	107	127	28	36
Falta de apoios	4	7	3	6
Falta de bombeiros	4	10	4	7
Falta de meios	21	57	18	40
Incêndios Ativos	74	86	87	98
Número de frentes ativas	267	291	99	110
Número de incêndios	188	202	98	110
Ocorrência de incêndios	1320	1283	288	321
Data	362	382	86	97
Falso alarme	0	1	0	0
Hora	272	290	47	54
Localização	686	610	155	170
Risco de incêndio	138	169	72	86

Como constatada na tabela anterior relacionada com os objetivos das notícias, o principal assunto das mesmas prende-se com os incêndios. Seguindo essa linha, o grande foco prende-se com as questões sociais, nomeadamente a população afetada, em que surgiram inúmeros retratos de pessoas que vivenciaram os incêndios de junho e que viram a aflição das pessoas que foram vítimas na estrada da morte ou até mesmo histórias de como sobreviveram a esta catástrofe (Tabela 38).

“Maria do Céu conta o horror vivido na aldeia do Nodeirinho e como teve a ideia que salvou familiares e amigos.” Correio da Manhã 18 de junho de 2017

“Mário mandou a mulher e as filhas fugir do fogo e viu-as morrer. Em Várzeas, Pedrógão Grande, há uma casa com a mesa posta para nove pessoas que ninguém sabe onde estão.” Público 20 de junho de 2017

Face aos incêndios de junho e outubro, que se propagaram de forma tão rápida, inúmeras aldeias foram evacuadas, estradas cortadas e casas ameaçadas e destruídas, algo que levou a uma forte mobilização de meios e bombeiros. Relativamente às vítimas mortais e aos feridos, este foi o ano que mais se destacou (principalmente nos incêndios em junho), contabilizando um total de cerca de 114 vítimas mortais e mais de 300 feridos. Durante os incêndios, o Correio da Manhã reportou as notícias ao minuto, atualizando sempre os factos

acima descritos, repetindo significativamente os meios mobilizados, as vítimas e as infraestruturas afetadas. O Público reporta os acontecimentos de uma forma mais contida, porém aborda todos os factos numa mesma notícia elaborando uma contextualização da situação e procurando sempre a explicação por parte de entidades competentes.

“A identificação das 64 vítimas mortais do incêndio que deflagrou no sábado passado em Pedrógão Grande, distrito de Coimbra, foi hoje concluída (...).” Correio da Manhã 23 de junho de 2017

“Na localidade de Pinheiro do Bordado, também no concelho de Pedrógão Grande, outro incêndio em fase de conclusão está a mobilizar dez homens e três viaturas. Um incêndio em resolução significa, de acordo com a Protecção Civil, que não há perigo de propagação além do perímetro já atingido. Um fogo em conclusão é um incêndio extinto com pequenos focos de combustão dentro do perímetro atingido.” Público 17 de junho de 2017

Quanto ao foco ambiental, o anti-eucalipto e a reflorestação são os que carecem de maior referenciação. O primeiro por ser considerado uma das causas da propagação dos incêndios e o último por ser uma medida a curto prazo e quase emergente no pós-incêndio.

“A Câmara de S. Pedro do Sul abriu uma conta bancária para recolha de donativos que visam ajudar a reflorestar o concelho e reforçar os meios da protecção civil, atendendo aos incêndios que têm atingido o concelho.” Correio da Manhã 24 de outubro de 2017

“Os habitantes da aldeia fizeram o cadastro e contabilizaram cerca de 300 parcelas de terrenos com eucaliptos e começaram esta semana a cortar as árvores. Depois, os terrenos serão reflorestados com espécies autóctones e mais resistentes às chamas.” Público 28 de julho de 2017

No foco económico, os financiamentos na recuperação do pós-incêndio são os que mais se destacam (Tabela 38). As indemnizações são também um destaque nesta categoria face ao elevado número de vítimas mortais e de feridos.

“(...) atribuição do seu fundo solidário para apoiar vítimas do incêndio de Pedrógão Grande, tendo já sido entregues mais de cinco milhões de euros através deste fundo e de indemnizações.” Público 28 de setembro de 2017

Tabela 38- Foco das notícias entre junho e outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Foco da Notícia	Correio da Manhã		Público	
	Entre Junho e Outubro	Total	Entre Junho e Outubro	Total
Ambiental	46	108	36	92
Alterações Climáticas	0	2	1	1
Anti-eucalipto	19	33	8	22
Degradação da paisagem	2	5	3	6
Desflorestação	2	5	0	1
Destruição da fauna e flora	1	2	0	0
Fragilidade do solo	2	5	2	4
Gestão de combustíveis	5	11	5	14
Poluição do ar	6	19	0	2
Reflorestação	9	26	17	42
Económico	80	152	55	137
Financiamentos	31	78	14	70
Apoios da União Europeia	5	17	4	8
Bombeiros	0	1	1	5
Campanhas de recolha de fundos	3	5	0	3
Empresas	2	7	2	4
Governo	1	4	5	16
INEM	2	3	0	0
Instituições	2	2	2	2
Recuperação no pós incêndio	16	39	14	32
Fraudes	0	0	0	0
Gestão financeira	2	2	0	0
Gestão Florestal	5	8	3	7
Indemnizações	8	21	17	43
Materiais	16	35	7	12
Carros	3	4	0	0
Casas	3	6	1	1
Colmeias	0	0	1	2
Fábricas	0	2	0	0
Infraestruturas	8	20	3	7
Madeira	2	3	2	2
Novos equipamentos	2	7	0	0
Veículos de combate	2	7	0	0
Pagamentos em atraso	0	1	0	5
Famílias desalojadas	0	1	0	0
Pilotos	0	0	0	5
Social	452	1001	310	666
Aldeias evacuadas	65	184	44	91
Apoio às vítimas	0	0	4	7
Apoios aos agricultores	1	2	1	3
Apoios aos bombeiros	27	57	5	10
Campanhas de sensibilização	3	3	2	5
Casas ameaçadas	43	93	11	22
Despovoamento	0	0	2	6
Envelhecimento populacional	0	0	0	1
Estradas cortadas	34	68	14	32
Feridos	24	54	7	14
Incediários	2	3	1	3
Lares evacuados	7	12	2	5
Mobilização de bombeiros	40	91	10	23
Mobilização de meios	67	158	80	175
Parque de campismo evacuado	4	9	2	4
População afetada	94	179	81	179
Desespero da população	22	48	1	1
Retratos pessoais	72	131	80	178
Vítimas Mortais	41	88	44	86

Dado o elevado número de notícias que se foca no incêndio, é presumível que as mesmas surjam em maioria durante o fogo, 482 referências no jornal Correio da Manhã e 209 referências no jornal Público (Tabela 39), assim como aconteceu no período estudado

anteriormente. Uma das características da transformação dos acontecimentos em notícias. Para os meios de comunicação, o maior interesse prende-se durante o fenómeno e não antes ou após.

Tabela 39- Referência da fase de incêndios em que as notícias são reportadas no jornal Correio da Manhã e no jornal Público entre junho e outubro de 2017

Fase da Notícia	Correio da Manhã		Público	
	Entre Junho e Outubro	Total	Entre Junho e Outubro	Total
Antes do fogo	105	150	58	90
Durante o fogo	482	626	209	259
Depois do fogo	25	225	16	101

Como já fora mencionado por Castilho (2008) no capítulo 3, relacionado com os meios de comunicação e a informação sobre os incêndios, existindo o acontecimento, o foco jornalístico centra-se na sua componente visual, através de uma série de transmissão de eventos: causas, consequências, medidas, responsabilidades, entre outros. Antes dos incêndios, as notícias surgem de forma a informar que existe um risco de incêndio, seja ele fraco ou elevado que, segundo as notícias de ambos os jornais, é feito pela Proteção Civil e pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera. Afinal, o papel do jornalismo é informar a sociedade do que está a acontecer, dando visibilidade ao fenómeno, demonstrando todos os esforços feitos no combate, como refere Johnson et al. (2006).

“Trinta e nove concelhos de sete distritos de Portugal continental apresentam este sábado risco ‘máximo’ de incêndio, segundo informação do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)” Correio da Manhã 24 de junho de 2017

“Numa altura em que há cerca de mil bombeiros a combater fogos em diversos pontos do país, a Protecção Civil anunciou que o risco de incêndio vai manter-se elevado no território nacional até domingo.” Público 10 de agosto de 2017

Depois dos incêndios, as notícias decorrentes são sobre as consequências, os responsáveis e as medidas que podiam ter sido tomadas no passado e as que devem ser tomadas no presente e/ou futuro.

“Saiba que prejuízos materiais causou o incêndio de Pedrógão.” Correio da Manhã 24 de junho de 2017

“Para autarquias de Coimbra, recuperar habitações e empresas e apoiar a reflorestação dos terrenos são as acções mais urgentes para ajudar a zona Centro a recuperar dos incêndios que afectaram uma larga área. A Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra entende ainda que a prevenção da erosão, o corte e o escoamento da madeira ardida deverão estar no topo das preocupações.” Público 24 de outubro de 2017

No período entre junho e outubro as menções de agentes ambientais e da autoridade nas notícias dispararam. No jornal Correio da Manhã os agentes mais mencionados são a

Proteção Civil, a GNR, a PJ e os Presidentes de Câmara. O jornal Público referencia com mais frequência a Proteção Civil, a PJ, a GNR e o Comando Distrital de Operações de Socorro (Tabela 40).

“Presidente da Câmara de Alijó vai declarar Estado de Emergência Municipal.” Correio da Manhã 17 de julho de 2017

“(…) indicou à Lusa o Comando Distrital de Operações de Socorro de Santarém.” Público 15 de agosto de 2017

Todos os agentes acima referidos estão envolvidos diretamente no combate aos incêndios, na prevenção e nos alertas. O Instituto Português do Mar e da Atmosfera e o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, como aconteceu no período anterior, tem uma forte presença nas notícias como medida preventiva ao risco de incêndios. O Ministério da Administração interna é outro dos agentes mencionado frequentemente nas notícias, em parte pelas críticas tecidas na sua atuação e pela demissão da ministra após os incêndios de outubro.

“A Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) alertou nesta quarta-feira para “um agravamento significativo” do risco de incêndio no continente, a partir de quinta-feira (…).” Público 12 de julho de 2017

“Já Constança Urbano de Sousa diz, na carta enviada a Costa esta terça-feira, que pediu “insistentemente” para ser libertada das suas funções após a tragédia de Pedrógão (…).” Correio da Manhã 18 de outubro de 2017

Durante este período em que o número de incêndios excedeu o previsível, as autarquias tiveram um papel preponderante seja no combate ou nas medidas de atuação. Aliados a estas estão os bombeiros que contam com 32 referências por parte do jornal Correio da Manhã e com 16 referências por parte do jornal Público e são quem estão na frente de combate.

“A autarquia presidida por Carlos Filipe Camelo refere, em comunicado enviado à agência Lusa, que tem no terreno “várias equipas multidisciplinares” para fazerem o levantamento, “analisar e responder às necessidades das pessoas e freguesias afetadas pelos incêndios”.” Correio da Manhã 18 de outubro de 2017

“O incêndio na freguesia de Amêndoa, concelho de Mação, “está praticamente apagado”, disse o comandante dos Bombeiros Voluntários locais (…).” Público 02 de julho de 2017

Tabela 40- Agentes mencionados nas notícias entre junho e outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Agentes mencionados na notícia	Correio da Manhã		Público	
	Entre Junho e Outubro	Total	Entre Junho e Outubro	Total
Administração Interna	16	30	8	15
Administração Regional de Saúde	2	3	0	1
Agência Europeia do Ambiente	0	0	1	3
Autarquias	17	32	0	3
Autoridade Marítima	1	1	0	0
Autoridade Nacional de Freguesias	0	0	0	1
Bombeiros	32	52	12	24
Comandante Distrital de Operações de Socorro	4	6	0	1
Comandante dos bombeiros	16	25	1	1
Comandante Operacional Distrital	9	17	1	4
Comandante Operacional Nacional	0	0	4	6
Comando Distrital de Operações de Socorro	45	86	13	20
Comando Nacional de Operações de Socorro	2	2	2	4
Comissão da Agricultura e do Mar	2	2	0	2
Comissão Europeia	0	2	0	0
Comunidade Intermunicipal	0	2	1	2
Conselho de Ministros	2	9	3	5
Exército	1	7	0	0
Gabinete de Crise	2	4	0	0
GNR	103	180	18	38
INEM	3	3	3	6
Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas	9	21	12	21
Instituto Português do Mar e da Atmosfera	28	59	7	15
Juntas de Freguesia	0	2	0	0
Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	7	15	1	1
Ministério da Defesa Nacional	0	0	0	2
Ministério da Educação	1	1	0	0
Ministério das Finanças	0	3	0	1
Ministério Público	6	12	1	7
Ministro da Agricultura	1	2	0	2
Ministro do Planeamento e das Infraestruturas	2	5	2	4
NASA	0	0	1	1
Organizações ambientais	2	7	3	8
PJ	105	183	27	63
Presidente da Câmara	94	169	9	29
Presidente da Junta de Freguesia	7	11	1	2
Presidente da República	7	14	1	3
Presidente do Conselho de Administração Everjets	0	0	0	1
Primeiro Ministro	5	22	0	3
Proprietários Florestais	0	2	1	4
Proteção Civil	167	449	68	146
PSP	3	9	0	0
Quercus	0	0	2	4
Secretário de Estado	2	4	1	3
Secretário de Estado das florestas	0	0	0	4
Tribunal de Contas	0	2	0	0
Vice Presidente da Câmara	6	15	1	1

Os recursos usados na construção das notícias pelos jornais neste período foram essencialmente comunicados (Tabela 41). Os debates começaram a ganhar o seu peso, em relação à tomada de decisão sobre a gestão florestal. As entrevistas também foram enfatizadas neste período, no caso do Correio da Manhã com 54 referências e no caso do Público com 45 referências. Enquanto que no primeiro as entrevistas são feitas aos autarcas e bombeiros (mais concretamente ao comandante dos bombeiros), no último as entrevistas

embora sendo aos mesmos agentes, têm a particularidade de entrevistar também o Presidente da Liga dos Bombeiros.

“A associação ambientalista diz, em comunicado, estar “apreensiva com esta terceira vaga de incêndios” no interior do país devido também “à degradação da água quando forem arrastadas as cinzas para o rio Zêzere e ribeiras afluentes”.” Público 16 de agosto de 2017

“A Assembleia da República está a ser, esta quarta-feira, palco de um aceso debate quinzenal. Em cima da mesa estão assuntos como a tragédia deste fim-de-semana e a demissão de Constança Urbano de Sousa.” Correio da Manhã 18 de outubro de 2017

“O presidente da Liga dos Bombeiros, Jaime Marta Soares, acredita que o incêndio que deflagrou no sábado em Pedrógão Grande teve “mão criminosa”. Marta Soares recorda, numa entrevista, que o fogo já estaria ativo duas horas antes da altura em que ocorreu a trovoadra seca e garante que a Liga vai exigir saber o que aconteceu neste caso.” Correio da Manhã 21 de junho de 2017

Tabela 41- Recursos usados nas notícias entre junho e outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Recursos	Correio da Manhã		Público	
	Entre Junho e Outubro	Total	Entre Junho e Outubro	Total
Comunicado	254	609	117	243
Debates	3	6	2	4
Entrevista	54	113	45	90
Alunos	1	1	0	0
Autarcas	17	32	14	31
Bombeiro	13	28	9	16
Adjunto do comandante dos bombeiros	2	3	2	4
Bombeiro voluntário	2	3	1	1
Comandante dos bombeiros	7	15	3	5
Presidente da Liga dos Bombeiros	2	7	3	6
Comandante Nacional da Proteção Civil	1	3	0	0
Comandante Operacional Distrital	3	4	2	2
Comando Operacional de Operações de Socorro	1	2	2	3
Especialistas nacionais em fogos florestais	0	3	0	2
Everjets	0	0	0	1
Ministério da Saúde	0	0	1	1
Ministra da Justiça	1	1	1	3
Ministro da Administração Interna	2	4	3	7
Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	0	0	1	2
Ministro do Planeamento e das Infraestruturas	0	2	0	0
Outros especialistas	4	8	4	8
População	2	2	2	2
Presidente da República	1	2	2	4
Primeiro Ministro	1	3	0	0
Proteção Civil	6	17	3	6
Vice Presidente	1	1	1	2
Estudos e relatórios	64	129	57	124
Falar com a população	67	107	14	22
Informativo	20	46	27	61
Opinião do jornalista	20	44	34	71
Página da Internet	114	224	40	96

O número de referências nas notícias a estudos e relatórios também aumentou substancialmente com o propósito de serem apuradas as causas dos incêndios desse ano e

analisadas as consequências dos mesmos. A categoria relativa à fala com a população é também importante, salientando nessas entrevistas e notícias algumas críticas acerca da falta de meios no combate aos incêndios. A opinião do jornalista começou a ter um papel preponderante nas notícias, principalmente nas de opinião, em que os comentários e críticas tecidos à administração interna e à proteção civil devido às falhas na comunicação, foram extensas. E, por fim a página da internet, que era usada por ambos os meios de comunicação para atualizar as populações dos acontecimentos ao minuto, como o número de incêndios ativos, a sua propagação, os meios mobilizados, entre outros.

“Mais um relatório a arrasar a Protecção Civil.” Público 16 de outubro de 2017

“Segundo a página da Protecção Civil, pelas 14h40 o fogo estava em fase de rescaldo, mobilizando 57 operacionais e 19 viaturas.” Correio da Manhã 13 de junho de 2017

As notícias sobre os incêndios de 2017 aumentaram particularmente no período entre junho e outubro, com os dois maiores focos de incêndio a deflagrarem nos meses de junho e outubro. No entanto, entre junho e outubro a zona norte e centro do país foi devastada, ardendo milhares de hectares e mobilizando centenas de meios.

“Incêndios na zona centro são dos mais graves a nível mundial nas últimas décadas.” Público 18 de junho de 2017

“Mais de 800 bombeiros combatem fogos no norte e centro do país.” Correio da Manhã 15 de outubro de 2017

A principal localização dos incêndios foi no distrito de Castelo Branco, Coimbra, Leiria e Viseu, nos municípios de Alvaiázere, Castanheira de Pêra, Ferreira de Zêzere, Figueiró dos Vinhos, Góis, Oleiros, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande e Sertã (Tabela 42).

“Fogos põem em causa quase 1.400 empregos na Região de Coimbra.” Correio da Manhã 24 de outubro de 2017

“Fogo em Vila Nova de Paiva, Viseu, exige intervenção de mais de 100 bombeiros.” Público 19 de agosto de 2017

“Castanheira de Pêra: “Isto não foi um incêndio, foi um furacão de fogo”.” Público 19 de junho de 2017

Tabela 42- Escala territorial das notícias entre junho e outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Localização	Correio da Manhã		Público	
	Entre Junho e Outubro	Total	Entre Junho e Outubro	Total
Freguesia	21	46	10	27
Distrito	389	795	87	248
Localidade	16	37	11	24
Município	307	806	218	475
Nacional	5	9	6	12

Assim como aconteceu no período anterior (antes de junho), os principais agentes na prevenção aos incêndios, para os dois jornais, foram o Governo, os militares, as autarquias e a Proteção Civil (Tabela 27), sempre com valores de referência muito próximos, o que significa que no campo da prevenção, estes agentes agem em cooperação. No período “entre junho e outubro”, esses mesmos agentes continuam a ter destaque, mas com os militares a serem mais referenciados pelo Correio da Manhã, com 12 referências e o Governo a ser mais referenciado pelo jornal Público, com 10 referências (Tabela 43).

“Governo admite criar comando único de prevenção e combate a fogos.” Público 5 de Julho de 2017

“Cerca de 200 militares do Exército e da Marinha vão patrulhar desta quinta-feira a domingo áreas de floresta em dez distritos do país com maior risco de incêndios (...).” Correio da Manhã 13 de julho de 2017

Tabela 43- Prevenção feita entre junho e outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Prevenção	Correio da Manhã		Público	
	Entre Junho e Outubro	Total	Entre Junho e Outubro	Total
Associações e Organizações	1	1	1	1
Autarquia	7	18	4	10
Bombeiros	4	9	2	4
Empresas	1	1	0	0
GNR	6	12	2	5
Governo	8	23	10	24
IPMA	2	2	0	0
Militares	12	31	2	8
PJ	1	2	0	0
Populares	3	6	1	2
Proteção Civil	7	20	8	19

As causas apontadas, nas notícias analisadas, aos incêndios foram as mais diversas, uma das razões pelas quais as referências aos estudos e relatórios aumentaram. As causas diretas humanas - crime principalmente - começaram a ganhar força pois o surgimento de inúmeros focos de incêndios em simultâneo e em zonas estratégicas, acabou por ser motivo de desconfiança. Aliado a esse facto, o número de notícias relacionadas com detenções também aumentou e, como já fora teorizado, a razão é sempre um estado de alcoolemia exagerado e um psicológico alterado.

“Marta Soares mantém suspeitas de ter havido “mão criminosa” em Pedrógão.” Público 21 de junho de 2017

“(…) nem são dois incêndios em Vila de Rei, depois de o fogo estar extinto e que aparecem em locais estratégicos e cirúrgicos, que são de mão bondosa (...).” Correio da Manhã 16 de agosto de 2017

“O presumível autor desses incêndios estava sob o efeito do álcool quando terá ateado os fogos.” Público 16 de outubro de 2017

Os números de notícias relacionadas com as causas negligentes também ganharam relevância, principalmente no mês de outubro, onde os meios de comunicação relatavam que nesta altura foram feitas diversas queimadas.

“Os incêndios que deflagraram no domingo e provocaram pelo menos 31 mortos tiveram na origem “muita negligência”, afirmou esta segunda-feira a adjunta de operações da Proteção Civil, que considerou inaceitável o número de 523 ignições.” Correio da Manhã 16 de outubro de 2017

No entanto, as causas diretas naturais são as que mais se destacam (Tabela 44).

Tabela 44- Causas das notícias entre junho e outubro de 2017 dos jornais Correio da Manhã e Público

Causas	Correio da Manhã		Público	
	Entre Junho e Outubro	Total	Entre Junho e Outubro	Total
Diretas Humanas	43	82	15	33
Crime	36	67	9	22
Negligência	7	15	6	11
Diretas Naturais	146	255	124	233
Alterações climáticas	2	2	7	14
Aumento da Temperatura	43	70	23	32
Condições meteorológicas adversas	27	56	37	69
Redução da humidade	3	4	6	11
Secas	18	31	12	25
Tempestades	6	11	8	16
Trovoadas	7	14	7	18
Vegetação	5	8	9	16
Vento forte	35	59	15	32
Indiretas Estruturais	70	138	177	259
Abandono das zonas rurais	5	15	17	29
Descargas elétricas	4	5	10	16
Edificações degradadas	0	0	1	1
Eucaliptização	3	4	16	29
Falhas no Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança	43	79	93	107
Falta de Comunicação	0	0	5	8
Falta de limpeza	1	2	5	10
Má gestão florestal	12	26	24	46
Transformação nos usos do solo	2	7	6	13
Indiretas Reacendimentos	27	54	33	46
Humanos	3	5	0	0
Naturais	24	49	33	46

O aumento da temperatura, o vento forte e as condições meteorológicas adversas voltam a ser apontadas como as principais causas dos incêndios. As secas são também uma causa bastante apontada por ambos os jornais, aliadas ao aumento da temperatura, às alterações climáticas e a algumas causas indiretas estruturais, como é o caso do abandono das zonas rurais, da falta de limpeza, da má gestão florestal e das transformações nos usos do solo (Tabela 44), que segundo Bugalho et al., (2014) têm acontecido devido aos fenómenos da desertificação e da litoralização em consequência do envelhecimento populacional e do abandono das atividades rurais.

“(…) o incêndio que deflagrou no sábado no concelho de Pedrógão Grande teve origem numa trovoada seca (…).” Público 18 de junho de 2017

“O alerta foi lançado por causa das altas temperaturas e baixos níveis de humidade previstos para esta região, sem que fosse feita uma referência ao risco de trovada que também tinha sido previsto pelo IPMA e por outros especialistas (...).” Público 22 de junho de 2017

Neste tipo de causas, as indiretas estruturais mais referidas são as falhas no sistema integrado de redes de emergência e segurança, muitas vezes criticado e acusado de ter originado muitas mortes e feridos. Quanto aos reacendimentos, estes são particularmente de cariz natural, face às condições existentes por serem meses de verão, em que as temperaturas estão mais altas e a vegetação mais seca.

“A ministra criticou ainda as falhas de coordenação e a localização escolhida para o posto de comando, bem como os problemas de articulação entre Proteção Civil, Secretaria- Geral do MAI, PSP e GNR na deteção e resolução das falhas do SIRESP.” Correio da Manhã 10 de agosto de 2017

O extenso número de incêndios neste período fez com que, durante o combate, os meios de comunicação fizessem várias referências aos agentes envolvidos, como os bombeiros e, em alguns casos, até mesmo os populares (Tabela 45).

Tabela 45- Combate aos incêndios entre junho e outubro de 2017 pelos jornais Correio da Manhã e Público

Combate	Correio da Manhã		Público	
	Entre Junho e Outubro	Total	Entre Junho e Outubro	Total
Agentes envolvidos no combate	529	1117	191	397
ICNF	1	1	0	0
Populares	38	58	4	8
Profissionais	490	1058	187	389
Autarquia	1	1	0	0
Bombeiros	475	1025	180	373
Acidentes	39	55	11	21
Dias de combate	21	30	7	13
Horas de combate	17	31	5	13
Número de operacionais	398	909	157	326
GNR	4	8	0	1
Militares	7	17	6	13
PJ	1	1	1	1
Proteção Civil	2	5	0	1
PSP	0	1	0	0
Ajudas no combate	38	91	25	47
Dificuldades no combate	51	116	26	59
Estratégias	35	73	14	29
Meios de combate	481	1076	182	434
Aéreos	154	376	63	147
Número de meios aéreos	138	338	59	138
Tipo de meios aéreos	16	38	4	9
Aquisição	2	8	5	18
Custos da aquisição	1	6	5	19
Terrestres	327	686	109	250
Número de meios terrestres	324	678	109	250
Tipo de meios terrestres	3	8	0	0

A referência do número de notícias relacionadas com o número de operacionais no terreno é notória, com 398 referências feitas pelo jornal Correio da Manhã e 157 referências feitas pelo jornal Público. Entre junho e outubro foi visível uma menção às horas e dias de combate por parte dos dois jornais, em que era referido que era necessária uma maior

mobilização de bombeiros pois os que estavam no terreno já acusavam cansaço extremo. Neste período, as ajudas no combate foram também visíveis nas notícias (quer no apoio aos bombeiros, através de mais operacionais e alimentos, quer na mobilização de meios), no entanto as dificuldades sobrepuseram-se, devido ao rumo que os incêndios tomavam, chegando a zonas de difícil acesso.

“O incêndio que lavra na Trafaria, Almada, está a ser combatido por 111 operacionais (...). O fogo teve início às 19h20 “numa zona de mato, com algum pinhal” perto de Porto Brandão (...).” Público 06 de agosto de 2017

“Está a ser um verão muito complicado para os milhares de bombeiros que combatem incêndios desde o início de junho. E os sinais evidentes de cansaço já se começam a notar: muito esforço físico, pouco descanso, alimentação deficiente e muitas horas de sono em atraso para os 30 mil bombeiros existentes no país.” Correio da Manhã 16 de agosto de 2017

Aquando as notícias referenciavam o número de incêndios ativos e os agentes envolvidos, também referenciavam os meios de combate no terreno (aéreos e terrestres). Tanto o Correio da Manhã como o Público mencionavam com mais frequência os meios terrestres, porém o jornal Público especificou mais vezes os tipos de meios aéreos. Ainda relativamente aos meios de combate, há uma maior preocupação deste mesmo jornal em reportar a aquisição de novos meios de combate e os seus custos.

“Um montante de 7,7 milhões de euros vai ser investido em meios de socorro e na protecção dos recursos hídricos afectados pelos incêndios que assolaram a região Centro em Junho (...).” Público 31 de julho de 2017

“Contratos de 1,4 milhões ativam 13 helicópteros ligeiros e quatro aviões médios anfíbios.” Correio da Manhã 23 de outubro de 2017

Os incêndios deste período trouxeram consequências devastadoras. Em relação às consequências ambientais, o Correio da Manhã faz particular referência à morte de animais selvagens, enquanto que o Público faz menção em particular à alteração da paisagem, estando esta interligada com os hectares arditos e as inúmeras destruições nas mais variadas infraestruturas. As referências à área ardida dispararam neste período, refletindo o facto de terem ardido milhares de hectares em zonas de matos e povoamentos florestais (Tabela 46).

“Centenas de animais morreram no incêndio de Pedrógão.” Correio da Manhã 20 de junho de 2017

“O incêndio que deflagrou na quarta-feira em Oleiros, no distrito de Castelo Branco, já destruiu dez mil hectares de floresta (...).” Público 25 de agosto de 2017

“Nas aldeias de Pedrógão Grande, o olhar é de desolação, assim como a paisagem, destruída depois das chamas.” Público 18 de junho de 2017

Face aos incêndios de junho foram criadas associações e organizações com vista a apoiar as populações e os territórios no pós-incêndio. A mais referenciada nas notícias analisadas é a Associação das Vítimas, criada após os incêndios rurais de junho com o objetivo de ajudar os lesados com os incêndios de Pedrógão e promover medidas que previnam a ocorrência de circunstâncias futuras idênticas.

“Famílias de vítimas do incêndio de Pedrógão Grande estão a dar os passos necessários para a constituição de uma associação, um movimento cívico que permitirá que acompanhem a par e passo as investigações em curso, que possam contribuir para o apuramento de responsabilidades e, de alguma forma, evitar que tragédias semelhantes aconteçam.” Público 22 de julho de 2017

Relativamente às consequências económicas, é de ressaltar as empresas afetadas (principalmente nos incêndios de outubro) e os prejuízos diretos com maior destaque por parte do jornal Público perante todas as consequências económicas.

“(…) estima que aos prejuízos inicialmente reportados [496 milhões de euros, sendo 193 de prejuízos diretos (…)].” Correio da Manhã 7 de Setembro de 2017

Tabela 46- Consequências ambientais, área ardida, associativas e organizativas e económicas entre junho e outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Consequências	Correio da Manhã		Público	
	Entre Junho e Outubro	Total	Entre Junho e Outubro	Total
Ambientais	47	107	42	103
Alteração da paisagem	8	22	12	24
Animais feridos	5	9	2	5
Cheias	1	2	1	4
Desproteção do solo	3	5	2	6
Destruição da fauna e flora	5	13	6	14
Destruição de áreas protegidas	4	8	7	14
Emissão de CO2	0	0	6	13
Morte de animais selvagens	10	25	4	11
Poluição	5	11	2	5
Qualidade da água	6	12	3	7
Área Ardida	238	616	137	329
Área ardida (hectares)	124	334	106	251
Tipo de área	85	198	24	58
Tipo de floresta	29	84	7	20
Associativas e Organizativas	15	25	14	26
Associação Portuguesa de Seguradores	0	0	2	4
Associação Proteção e Socorro	1	1	0	0
Associações Ambientalistas	3	7	4	10
Associações das vítimas	11	17	7	11
Associações de Produtores Florestais	0	0	1	1
Económica	105	240	51	123
Agricultura	10	26	7	18
Alterações Climáticas	1	2	2	4
Empregos em Risco	1	2	1	5
Empresas afetadas	47	107	10	26
Investimentos no pós incêndio	8	19	3	8
Internacionais	2	5	0	1
Nacionais	6	14	3	7
Manutenção das florestas	1	1	0	1
Prejuízos diretos	34	76	26	57
Turismo	3	7	2	4

Ao nível das consequências humanas, os valores falam por si: 362 referências para o Correio da Manhã e 198 referências para o Público (Tabela 47). O número de vítimas e de feridos ocupa sensivelmente 50% dessa referenciação. Como já referido anteriormente, os incêndios deste período foram os que apresentaram mais vítimas mortais até à data, tendo causado inúmeras dificuldades no pós-incêndio. As infraestruturas também foram muito afetadas, mais concretamente as inúmeras casas destruídas. Face aos incêndios que deflagraram nesta temporada, outras das infraestruturas afetadas foram as estradas cortadas em consequência da propagação dos incêndios e da geração de novos focos de incêndio.

“Várias casas destruídas em Vila Real devido a incêndio.” Correio da Manhã 13 de agosto de 2017

“Fogo em Mação continua a cortar duas estradas nacionais.” Correio da Manhã 17 de agosto de 2017

As aldeias foram ameaçadas e em muitas notícias, foi dado grande destaque à aflição das populações, através de vídeos, fotografias e notícias compostas maioritariamente por testemunhos das vítimas (principalmente no caso do Correio da Manhã). No caso do jornal Público, as notícias deste tipo são em menor número, porém as que existem são reportagens que evidenciam histórias vividas, dando voz às vítimas.

“Incêndio com cinco frentes obriga a evacuar cinco aldeias em Arganil e Pampilhosa da Serra.” Público 08 de outubro de 2017

Reportagem: “Mário mandou a mulher e as filhas fugir do fogo e viu-as morrer. Em Várzeas, Pedrógão Grande, há uma casa com a mesa posta para nove pessoas que ninguém sabe onde estão. E há quilómetros e quilómetros de terra carbonizada e sobreviventes desorientados.” Público 20 de junho de 2017

““O incêndio matou a nossa família.”” Correio da Manhã 21 de junho de 2017

Tabela 47- Consequências humanas e nas infraestruturas entre junho e outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Consequências	Correio da Manhã		Público	
	Entre Junho e Outubro	Total	Entre Junho e Outubro	Total
Humanas	362	777	198	421
Danos Psicológicos	8	16	8	17
Desaparecidos	7	11	7	12
Evacuação da população	47	106	24	64
Feridos	146	313	67	139
Número de vítimas mencionado	120	261	86	176
População desalojada	31	64	4	8
Saúde	3	6	2	5
Infraestruturas	384	806	149	302
Abastecimento de água	6	12	2	3
Abastecimento de Eletricidade	9	23	3	6
Aldeias ameaçadas	48	107	21	43
Barracões destruídos	1	2	0	1
Carros queimados	9	9	1	1
Casas destruídas e evacuadas	109	240	46	88
Escolas danificadas e evacuadas	16	34	7	15
Estradas Cortadas	157	319	59	129
Hotéis evacuados	3	4	0	0
Igrejas destruídas	1	1	0	0
Linhas ferroviárias cortadas	12	30	6	10
Parques de Campismo destruídos	2	3	0	0
Património destruído	0	0	2	3
Posto de combustível ameaçado	2	5	0	0
Praias evacuadas	0	0	1	2
Racionalização de serviços	1	1	0	0
Rede Viária	1	1	0	0
Viaturas bombeiros queimadas	7	15	1	1

Os vários incêndios que deflagraram entre junho e outubro tiveram maioritariamente de causas naturais. No entanto, existiram outros em que a desconfiança, especialmente por parte dos autarcas, de mão criminosa era evidente, principalmente quando existiam focos de incêndios em locais estratégicos. Perante este cenário, os dois jornais analisados mencionaram com bastante frequência notícias sobre os incendiários, nomeadamente enfatizando os seus antecedentes, os dados estatísticos, os motivos, o perfil do incendiário e os meios usados para atear o fogo (Tabela 48). No entanto, o Correio da Manhã faz maior alusão aos antecedentes dos incendiários (17 referências) enquanto que o Público regista com maior frequência os meios usados pelos incendiários (12 referências), como por exemplo o uso de chama direta, através do uso de isqueiros.

“(…) adianta que o suspeito tem "antecedentes criminais pelo mesmo tipo de crime".” Correio da Manhã 11 de agosto de 2017

“Os incêndios ocorreram em Silgueiros de Bodiosa, no concelho de Viseu, e em Vilar, no concelho de Vouzela, e foram ateados com um isqueiro (...).” Público 08 de setembro de 2017

Tabela 48- Características dos incendiários reportadas pelos jornais Correio da Manhã e Público entre junho e outubro de 2017

Incendiários	Correio da Manhã		Público	
	Entre Junho e Outubro	Total	Entre Junho e Outubro	Total
Antecedentes	17	33	6	11
Dados Estatísticos	18	38	13	34
Motivos	35	80	15	34
Perfil do Incendiário	38	83	10	25
Recursos	7	16	12	29

Assumindo a existência de mão criminosa ou suspeita de mão criminosa, a GNR e a PJ têm tomado medidas disciplinares perante esse facto. Entre junho e outubro, no Público as detenções foram referenciadas 84 vezes, as penas aplicadas 28 vezes e as acusações 16 vezes. Já o Correio da Manhã reporta 264 detenções, 58 penas aplicadas e 40 interrogatórios (Tabela 49). Em ambos os jornais esta categoria é reportada uniformemente, ou seja, numa notícia é abordada a detenção (usualmente é o título da notícia), a acusação, se o/ arguido/a já foi presente a interrogatório e a julgamento e qual a medida a ser aplicada. Porém, grande parte das penas aplicadas passam por multas, trabalho comunitário e presenças diárias no posto da GNR ou da PJ.

“O detido vai ser presente a primeiro interrogatório judicial para aplicação das medidas de coação.” Público 17 de agosto de 2017

“(…) suspeito de ter ateado os focos de incêndio (…).” Correio da Manhã 09 de outubro de 2017

“Detido suspeito de fogo florestal na Sertã.” Correio da Manhã 21 de agosto de 2017

Tabela 49- Ações legais entre junho e outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Ações Legais	Público		Correio da Manhã	
	Entre Junho e Outubro	Total	Entre Junho e Outubro	Total
Acusações	16	35	38	89
Detenções	84	151	264	363
Interrogatórios	10	20	40	64
Julgamentos	3	6	14	23
Penas Aplicadas	28	45	58	110

Este foi o período temporal, durante este ano, que gerou uma maior preocupação na elaboração de planos e estratégias que visassem a prevenção futura de outra catástrofe como esta. Face aos prejuízos calculados em milhões de euros, o jornal Correio da Manhã enaltece os apoios feitos pelas autarquias e pelo Governo, enquanto que o jornal Público referencia os fundos de apoio e os apoios da União Europeia.

“O Governo reconheceu os incêndios que atingiram o centro do país em junho como uma catástrofe natural, e ativou um apoio de dez milhões de euros (…).” Correio da Manhã 25 de julho de 2017

“Governo cria site sobre fundo de apoio às vítimas dos incêndios.” Público 11 de julho de 2017

Em matéria de estratégias legais, ambos os jornais dão particular destaque às que são feitas pelas autarquias, nomeadamente a reconstrução no pós-incêndio, na melhoria do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais e na recuperação dos solos, que são os que estarão mais vulneráveis quando as primeiras chuvas surgirem (Tabela 50).

“Os presidentes de Câmara de Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera e de Pedrógão Grande reafirmaram esta quarta-feira, em uníssono, a urgência em se começar a trabalhar no terreno na reconstrução das habitações destruídas pelos incêndios.” Correio da Manhã 05 de julho de 2017

“Governo avança com dez milhões para proteger os solos ardidos do Pinhal Interior.” Público 23 de setembro de 2017

Tabela 50- Apoios e estratégias legais entre junho e outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Planos e Estratégias	Correio da Manhã		Público	
	Entre Junho e Outubro	Total	Entre Junho e Outubro	Total
Apoios	23	63	19	46
Autarquias	10	23	1	5
Comunitários	2	6	2	3
Fundos de Apoio	0	3	8	17
Gabinete de Apoio ao Empresário e Agricultor	0	1	0	0
Governo	7	22	1	7
Ministério da Agricultura	1	3	2	5
Segurança Social	1	1	2	5
União Europeia	2	4	3	4
Estratégias legais	41	90	27	73
Autarquias	22	54	16	41
Alterar regime do fogo	2	2	0	0
Diminuir área ardida	1	2	0	1
Diminuir risco de incêndio	2	5	0	2
Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais	5	8	3	3
Reconstrução pós-incêndio	8	23	8	17
Recuperação dos solos	0	0	4	10
Rede de Defesa da Floresta contra Incêndios	1	4	0	3
Rede Digital Integrada de Serviços	0	1	0	0
Tratamento das florestas	3	9	1	5
Governo	17	33	9	25
Administração Interna	2	3	1	3
Assembleia da República	0	0	2	8
Conselho de Ministros	1	2	4	9
ICNF	3	5	0	0
Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	3	6	1	3
Ministro do Ambiente	2	2	0	0
Ministro do Planeamento	0	2	1	1
Presidente da Câmara	0	1	0	0
Presidente da República	2	5	0	1
Primeiro Ministro	3	6	0	0
Tribunal de Contas	1	1	0	0
Organizações Ambientais	2	3	2	7

Quanto às medidas institucionais, no Correio da Manhã, é dada maior relevância às medidas políticas e de combate. No primeiro um maior apoio do Governo e o estado de calamidade decretado e no último o enfoque no Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais. Em relação ao Público, este enfoca nas medidas políticas e ambientais. A primeira

nas investigações e nos relatórios com propósito de serem vistas e solucionadas as falhas e a última relacionada com a emergência de uma reforma florestal (Tabela 51).

“O presidente da Câmara de Alijó disse que equipas multidisciplinares estão esta quarta-feira no terreno a fazer um levantamento dos prejuízos causados pelo incêndio para, depois, pedir ao Governo a declaração de calamidade pública no concelho.” Correio da Manhã 19 de julho de 2017

“O secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa, recusou este domingo “julgamentos prévios” de responsabilidades acerca do incêndio de Pedrógão Grande, defendendo a prioridade no auxílio às populações e uma investigação da qual resultará, “com certeza, uma apreciação política”. Público 25 de junho de 2017

Os planos também ganharam especial importância a partir desta data, sendo alguns deles retificados como os planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal, através do Decreto-Lei n.º 67/2017 de 12 de junho de 2017, referido no subcapítulo 2.5.

“PSD quer plano, num ano, para reflorestar a Mata de Leiria.” Público 22 de outubro de 2017

Tabela 51- Medidas institucionais e Planos entre junho e outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Planos e Estratégias	Correio da Manhã		Público	
	Entre Junho e Outubro	Total	Entre Junho e Outubro	Total
Medidas institucionais	92	212	146	337
Ambientais	12	33	32	63
Biodiversidade	1	1	0	1
Limpeza dos terrenos	4	11	4	7
Reforma da Floresta	7	21	28	55
Combate	13	27	17	39
Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais	8	17	10	18
Fases de Combate	4	7	7	19
Grupo de Análise e Uso do Fogo	0	0	0	1
Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro	1	3	0	1
Económicas	7	17	7	20
Emprego	0	1	1	4
Orçamentos	7	16	4	11
Recursos Naturais	0	0	2	5
Políticas	48	120	72	173
Apoios do Governo	14	36	12	30
Comissão Independente	6	17	9	24
Estado de Calamidade	16	30	6	12
Estado de contingência	0	3	0	0
Estado de Emergência	3	7	0	0
Investigações	8	22	24	58
Mecanismo Europeu de Proteção Civil	0	1	0	0
Relatórios	1	4	21	49
Sociais	7	15	6	9
Campanhas de sensibilização	4	9	2	4
Linha Nacional de Emergência Social	2	4	3	4
Sistema de Mobilidade	1	2	1	1
Território	5	15	12	33
Banco de Terras	2	8	1	3
Gestão Florestal	3	7	10	28
Lei de Bases da Política Florestal	0	0	1	2
Planos	27	58	27	72

Sendo que a fase mais catastrófica do ano de 2017 ocorreu entre junho e outubro, o ano de **2017** é visivelmente uma das palavras mais frequentes assim como a palavra **incêndios**, quando é noticiada a sua deflagração ou algum balanço (Figura 10 e Figura 11). Duas palavras de extrema importância e relacionadas entre si são: **proteção** e **civil**, em que juntas formam um agente que sofreu uma relação controversa com os meios de comunicação, umas vezes enaltecida na sua **prevenção**, outras vezes criticada durante o **combate**. No entanto, a palavra proteção aparece mais vezes do que a palavra civil (maioritariamente no jornal Público), o que revela que quando mencionada não se refere apenas a um agente, mas é também uma palavra usada para expressão a proteção que deve ser feita às populações, aos animais e à **floresta**. Falando em agentes, um outro agente de extrema importância e que está na linha da frente, mesmo estando horas e dias em combate, são os **bombeiros**. Várias foram as notícias em que se demonstravam fotografias reveladoras de cansaço e fadiga, onde a **mobilização** de meios era exaustiva, daí a frequência desta palavra. Sendo os incêndios de junho e outubro de uma mediatização enorme, a verdade é que neste ano a palavra que ficará sempre na memória é **Pedrógão**, quer pelo número de **vítimas** que foram perdidas, pelos **feridos** ou até mesmo pelos **hectares** de área ardida. No entanto, o distrito de **Coimbra** também foi muito massacrado pelos incêndios de 2017, que sempre mobilizaram um elevado número de **operacionais** no combate e **meios** (sejam eles **aéreos** ou **terrestres**).

Uma curiosidade, é que sendo um período em que surgiram incêndios tão trágicos, era de esperar que palavras como “vítimas”, “mortais”, “feridos” surgissem com maior frequência do que é notório.

Figura 10- Palavras mais frequentes entre junho e outubro no jornal Correio da Manhã



Figura 11- Palavras mais frequentes entre junho e outubro no jornal Público



Em resultado destes factos, houve a necessidade de averiguar se essa tendência se mantinha após a busca pelas cinquenta palavras mais frequentes para os meses de junho e outubro individualmente.

As primeiras palavras que ressaltam à vista em ambos os jornais durante o mês de **junho** são **incêndio** e **Pedrogão** (Figura 12 e Figura 13). A palavra **incêndio** surge como fruto da quantidade de incêndios que surgiram neste mês e, depois, a palavra **Pedrogão**. Sem dúvida que o incêndio de Pedrogão Grande (iniciado no **sábado**, dia 17 de junho) foi o que mais exigiu cuidados devido à sua constante **propagação** e deflagração de vários focos de incêndio, número de **feridos**, **vítimas** mortais e infraestruturas afetadas.

Fora isso, os dois jornais dão particular relevância a assuntos diferentes fazendo com que as palavras que surgem são completamente opostas. No Correio da Manhã, palavras como **chamas** e **bombeiros** surgem 162 vezes e 227 vezes (respetivamente), devido ao elevado número de bombeiros que foram mobilizados para o combate às chamas em função do elevado número de incêndios. Já no Público as palavras **bombeiros** e **chamas** também surgem 162 vezes e 105 vezes (respetivamente), tendo outros termos uma maior relevância como: **pessoas** (as principais vítimas dos incêndios neste mês), **tragédia** (maior característica que define este acontecimento), **florestais** (tipologia de área ardida), **vida** (elevadas vidas foram perdidas ou destruídas naquela que foi considerada a “estrada da morte”). Durante os incêndios de outubro, a zona **Centro** foi a mais fustigada, principalmente no **distrito** de **Coimbra**, nos municípios de **Góis** (para onde se alastrou o incêndio), Pedrogão (onde **deflagrou** o incêndio), **Pampilhosa** da Serra e no **distrito** de **Leiria**, nos municípios de **Castanheira de Pêra** e **Figueiró dos Vinhos**.

Em menor número, mas consideradas as mais fortes surgem as palavras **mortos** e **vítimas** em ambos os jornais. Os incêndios de Pedrogão vitimizaram mortalmente 64 pessoas, ferido cerca de 200 e, quando se refere em vítimas, retrata-se não só as vítimas mortais, mas também as que foram vítimas indiretamente, através da perda de casas, familiares, empregos e bens. Uma curiosidade que apenas o jornal Público dá maior ênfase é à palavra **SIRESP**, um dos maiores motivos apontados à dimensão desta catástrofe e em que devido a esse fator, o governo foi apontado como um dos principais responsáveis, assim como a GNR e a PJ. No entanto, apesar deste cenário, estes agentes mantiveram-se bastante ativos no combate aos incêndios, nas detenções e na procura por respostas ao que possa ter falhado.

Figura 12- Palavras mais frequentes em junho no jornal Correio da Manhã



Figura 13- Palavras mais frequentes em junho no jornal Público



Contrariamente ao que aconteceu no mês de junho, no mês de outubro as palavras mais referenciadas pelo Correio da Manhã e pelo Público são similares no período entre junho e outubro e entre elas (Figura 14 e Figura 15), como foi o caso da palavra **incêndios** (a que mais se destaca), **outubro** (por ser o mês em estudo), **bombeiros** (por mais uma vez serem aqueles que estão na linha da frente no combate aos incêndios), **meios** (por todos os meios mobilizados e disponíveis para o combate), **proteção** e **civil** (por ser um dos principais agentes responsáveis no combate, prevenção e na promoção de medidas na recuperação do pós-incêndio). As palavras **distrito**, **concelho** e **freguesia** neste mês sobressaem-se pois remontam para as zonas afetadas. Começa a existir uma grande evidência, nas notícias analisadas, em procurar **respostas** para os sucedidos (pois os incêndios de outubro ocorrem fora do denominado período crítico), em apoiar os **portugueses** na recuperação do pós-incêndio, em “pressionar” o **governo** para uma reforma florestal emergente e **mudanças** assertivas.

No entanto, no caso do jornal Público, este faz referência à palavra **opinião** devido ao elevado número de notícias desta tipologia e dos recursos usados serem muitas vezes a opinião do jornalista.

É de ressaltar que, em ambos os jornais, é notório que as notícias sobre Pedrógão Grande ainda continuam, em particular sobre as fortes consequências que ainda se fazem sentir (um passado recente).

Figura 14- Palavras mais frequentes em outubro no jornal Correio da Manhã

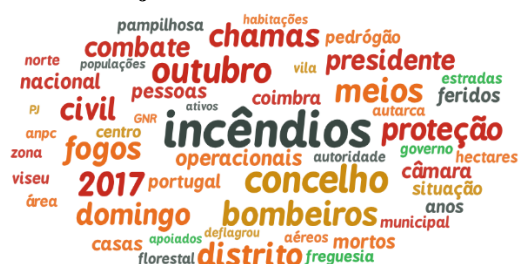


Figura 15- Palavras mais frequentes em outubro no jornal Público



5.2.3. Depois de outubro

Depois de outubro as notícias continuaram a fazer referência aos incêndios de junho e outubro, mas em muito menor número que no período anterior, sobre as consequências que ainda se fazem sentir (76 notícias registadas para o Correio da Manhã e 42 notícias registadas para o jornal Público). O Público reporta 39 notícias e 3 notícias de opinião. Já o jornal Correio da Manhã conta com 70 notícias, 4 reportagens e 2 notícias de opinião (Tabela 52). As reportagens incidem na análise de fatores meteorológicos nos incêndios de outubro (mais concretamente sobre a tempestade *Ophelia*). Em relação às notícias de opinião, estas fazem referência à tragédia que foram os incêndios de junho e outubro e é analisado o relatório sobre o incêndio de Pedrógão Grande.

Tabela 52- Tipologia das notícias depois de outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Tipologia da Notícia	Correio da Manhã		Público	
	Depois de Outubro	Total	Depois de Outubro	Total
Crónica	0	0	0	3
Entrevista	0	0	0	2
Notícia	70	964	39	403
Opinião	2	35	3	27
Reportagem	4	2	0	15

Depois de outubro, o foco das notícias continuou a ser o incêndio, mas centradas nas críticas à falta de meios que existiu no período antecedente fazendo com que as consequências (em parte) ganhassem maiores proporções (Tabela 53). No entanto, os incêndios a que fazem referência são pequenos focos de incêndio, sobretudo fruto de queimadas, mas que foram imediatamente controlados. A partir de outubro a emergência de uma reforma florestal era algo necessário e imediato, assim como a criação de medidas de recuperação no pós-incêndio e a reorganização florestal, até porque começou a existir uma forte preocupação com a fragilidade dos solos.

“(...) o Governo disponibiliza um apoio total de 89 milhões de euros para medidas de estabilização de emergência, que têm como objetivo evitar a degradação dos solos (...)” Correio da Manhã 15 de novembro de 2017

“(…) estas ações visam "reduzir a erosão e a velocidade das águas de escorrência, aumentar a taxa de infiltração e facilitar a retenção das cinzas; o que será feito através das técnicas de "Mulching", ou seja, à base de troncos, ramos, galhos e estilhas devidamente colocados no solo.” Público 12 de dezembro de 2017

“O ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Capoulas Santos, garantiu hoje celeridade na aprovação das candidaturas apresentadas para dar resposta ao problema da erosão dos solos das áreas afetadas pelos incêndios de outubro.” Correio da Manhã 29 de novembro de 2017

Tabela 53- Objetivo das notícias depois de outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Objetivo da Notícia	Correio da Manhã		Público	
	Depois de Outubro	Total	Depois de Outubro	Total
Medidas	13	39	12	35
Reforma da Floresta	12	25	11	30
Incêndio	62	3113	35	1148
Estado do Incêndio	11	1008	3	370
Conclusão	2	86	1	16
Controlado	3	51	0	13
Curso	0	67	0	20
Descontrolado	0	83	0	30
Dominado	1	285	1	85
Extinto	2	99	0	22
Primeiro Alerta	0	47	0	21
Propagação	0	95	0	92
Rescaldo	1	68	1	35
Resolução	2	127	0	36
Falta de apoios	2	7	2	6
Falta de bombeiros	6	10	2	7
Falta de meios	28	57	14	40
Incêndios Ativos	2	86	1	98
Número de frentes ativas	1	291	0	110
Número de incêndios	2	202	2	110
Ocorrência de incêndios	7	1283	6	321
Data	2	382	2	97
Falso alarme	0	1	0	0
Hora	2	290	2	54
Localização	3	610	2	170
Risco de incêndio	3	169	5	86

Como se verificou também nos períodos anteriores que foram analisados, o foco das notícias é o incêndio e, como esperado, com ênfase social, ambiental e económica (Tabela 54). Em termos sociais, as notícias fazem referência ao sucedido durante os incêndios, nomeadamente à evacuação de aldeias; ao apoio feito aos bombeiros ou em alguns casos, à falta dele; às casas que foram ameaçadas e, que consequentemente deixaram dezenas de famílias desalojadas e aos inúmeros e emergentes apoios que terão de ser dados; à mobilização de meios e bombeiros; às inúmeras vítimas; e à população afetada. Em relação ao foco ambiental, tanto o Correio da Manhã como o Público fazem particular referência à reflorestação, às posições anti-eucalipto, com este último a ser considerado um dos principais fatores de propagação dos incêndios florestais, assim como à poluição do ar.

Quanto aos aspetos económicos, os financiamentos são mais noticiados principalmente em relação à recuperação no pós-incêndio, assim como as indemnizações às famílias das vítimas dos incêndios e à destruição decorrente desse fenómeno.

Tabela 54- Foco das notícias de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Foco da Notícia	Correio da Manhã		Público	
	Depois de Outubro	Total	Depois de Outubro	Total
Ambiental	41	108	41	92
Alterações Climáticas	1	2	0	1
Anti-eucalipto	10	33	9	22
Degradação da paisagem	2	5	2	6
Desflorestação	3	5	1	1
Destruição da fauna e flora	1	2	0	0
Fragilidade do solo	2	5	2	4
Gestão de combustíveis	3	11	4	14
Poluição do ar	9	19	2	2
Reflorestação	10	26	21	42
Económico	77	152	50	137
Financiamentos	33	78	14	70
Apoios da União Europeia	9	17	3	8
Bombeiros	0	1	2	5
Campanhas de recolha de fundos	1	5	1	3
Empresas	3	7	1	4
Governo	2	4	7	16
INEM	1	3	0	0
Instituições	0	2	0	2
Recuperação no pós incêndio	17	39	15	32
Fraudes	0	0	0	0
Gestão financeira	0	2	0	0
Gestão Florestal	2	8	3	7
Indemnizações	10	21	16	43
Materials	15	35	2	12
Carros	1	4	0	0
Casas	2	6	0	1
Colmeias	0	0	0	2
Fábricas	2	2	0	0
Infraestruturas	9	20	2	7
Madeira	1	3	0	2
Novos equipamentos	0	7	0	0
Veículos de combate	0	7	0	0
Pagamentos em atraso	0	1	0	5
Famílias desalojadas	0	1	0	0
Pilotos	0	0	0	5
Social	394	1001	264	666
Aldeias evacuadas	71	184	42	91
Apoio às vítimas	0	0	2	7
Apoios aos agricultores	1	2	2	3
Apoios aos bombeiros	30	57	3	10
Campanhas de sensibilização	0	3	1	5
Casas ameaçadas	37	93	8	22
Despovoamento	0	0	4	6
Envelhecimento populacional	0	0	0	1
Estradas cortadas	28	68	13	32
Feridos	18	54	5	14
Incendiários	1	3	2	3
Lares evacuados	5	12	2	5
Mobilização de bombeiros	38	91	9	23
Mobilização de meios	64	158	71	175
Parque de campismo evacuado	3	9	2	4
População afetada	60	179	66	179
Desespero da população	18	48	0	1
Retratos pessoais	42	131	66	178
Vítimas Mortais	38	88	32	86

Verificando que as notícias se centram particularmente nos incêndios e no pós-incêndio, a maior parte das notícias depois de outubro dizem respeito ao pós-fogo (164 referências para o Correio da Manhã e 61 referências para o Público), nas suas consequências e decorrentes prejuízos (Tabela 55). As notícias que focam assuntos do pré-fogo fazem menção aos antecedentes e às causas apuradas e/ou confirmadas. Quanto às notícias que surgem durante os incêndios, são essencialmente reportagens ou notícias que relatam os incêndios ao minuto.

Tabela 55- Referência da fase de incêndios em que as notícias são reportadas no jornal Correio da Manhã e no jornal Público depois de outubro de 2017

Fase da Notícia	Correio da Manhã		Público	
	Depois de Outubro	Total	Depois de Outubro	Total
Antes do fogo	20	150	19	90
Durante o fogo	15	626	12	259
Depois do fogo	164	225	61	101

Apesar de existirem menos notícias que no período de análise anterior contabilizadas - 118 notícias – continua a verificar-se uma grande menção aos agentes. Porém, o Correio da Manhã faz uma referenciação mais específica a certos agentes, enquanto que no Público essa referenciação é mais diluída entre vários desses agentes (Tabela 56).

O Ministério da Administração Interna viu o seu nome ser debatido na comunicação social em prol da demissão da ministra e pela descrença, por parte da população, na capacidade de resposta.

Relativamente aos restantes agentes, o Correio da Manhã e o Público continuam a dar particular relevância ao Comando Distrital de Operações, à GNR e à PJ (pelas detenções feitas), ao Presidente da Câmara (pelas medidas tomadas no pós-incêndio) e à Proteção Civil (pelas suas recomendações, alertas e críticas).

“De acordo com os dados revelados pelo Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Faro, no âmbito do balanço do Dispositivo Especial de Combate aos Incêndios Florestais de 2017, três indivíduos portugueses, de 57, 52 e 71 anos, foram detidos em flagrante pela GNR por ateaarem incêndios florestais nos concelhos de Silves, Monchique e Lagoa.” Correio da Manhã 11 de dezembro de 2017

“O anúncio foi feito esta manhã pelo presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Isaltino Morais, que explicou tratar-se de “uma doação solidária a trinta municípios portugueses que viram mais de 20% da sua área ardida, nos incêndios deste Verão”, num total de cerca de 290 mil hectares.” Público 29 de dezembro de 2017

No entanto, o jornal Público, como fora referido, distribuí as suas notícias identificando agentes diversificados, sendo a menção dos agentes muito equilibrada e variada.

Tabela 56- Agentes mencionados nas notícias depois de outubro em 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Agentes mencionados na notícia	Correio da Manhã		Público	
	Depois de Outubro	Total	Depois de Outubro	Total
Administração Interna	6	30	3	15
Administração Regional de Saúde	1	3	0	1
Agência Europeia do Ambiente	0	0	0	3
Autarquias	10	32	2	3
Autoridade Marítima	0	1	0	0
Autoridade Nacional de Freguesias	0	0	1	1
Bombeiros	11	52	7	24
Comandante Distrital de Operações de Socorro	1	6	0	1
Comandante dos bombeiros	6	25	0	1
Comandante Operacional Distrital	6	17	1	4
Comandante Operacional Nacional	0	0	1	6
Comando Distrital de Operações de Socorro	29	86	1	20
Comando Nacional de Operações de Socorro	0	2	1	4
Comissão da Agricultura e do Mar	0	2	1	2
Comissão Europeia	1	2	0	0
Comunidade Intermunicipal	1	2	1	2
Conselho de Ministros	4	9	1	5
Exército	3	7	0	0
Gabinete de Crise	1	4	0	0
GNR	40	180	13	38
INEM	0	3	1	6
Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas	7	21	6	21
Instituto Português do Mar e da Atmosfera	17	59	4	15
Juntas de Freguesia	2	2	0	0
Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	4	15	0	1
Ministério da Defesa Nacional	0	0	2	2
Ministério da Educação	0	1	0	0
Ministério das Finanças	2	3	0	1
Ministério Público	4	12	3	7
Ministro da Agricultura	0	2	1	2
Ministro do Planeamento e das Infraestruturas	3	5	1	4
NASA	0	0	0	1
Organizações ambientais	3	7	2	8
PJ	39	183	12	63
Presidente da Câmara	48	169	12	29
Presidente da Junta de Freguesia	2	11	1	2
Presidente da República	4	14	0	3
Presidente do Conselho de Administração Everjets	0	0	0	1
Primeiro Ministro	13	22	2	3
Proprietários Florestais	0	2	1	4
Proteção Civil	139	449	44	146
PSP	4	9	0	0
Quercus	0	0	1	4
Secretário de Estado	1	4	1	3
Secretário de Estado das florestas	0	0	2	4
Tribunal de Contas	0	2	0	0
Vice Presidente da Câmara	5	15	0	1

Mesmo existindo uma diminuição no número de notícias sobre os incêndios, neste período, estas continuam a recorrer a uma grande variedade de recursos. Para o Correio da Manhã as notícias continuam a ser baseadas em comunicados, nas páginas oficiais e nos estudos e relatórios. Já o Público usa os mesmos recursos, mas com relevância diferente, o maior número de notícias baseia-se em comunicados, estudos e relatórios e nas informações fornecidas pelas páginas oficiais.

As entrevistas são um recurso que continua a ser bastante usado por ambos os jornais, com particular incidência nas que são feitas aos autarcas, bombeiros e Proteção Civil (Tabela 57).

Um fator diferenciador dos dois jornais prende-se com os recursos “falar com a população” e “opinião do jornalista”. Enquanto que o Correio da Manhã focaliza os seus recursos baseando-se na população, o Público baseia-se na opinião do jornalista.

Tabela 57- Recursos das notícias depois de outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Recursos	Correio da Manhã		Público	
	Depois de Outubro	Total	Depois de Outubro	Total
Comunicado	259	609	109	243
Debates	2	6	2	4
Entrevista	41	113	30	90
Alunos	0	1	0	0
Autarcas	11	32	12	31
Bombeiro	10	28	4	16
Adjunto do comandante dos bombeiros	1	3	1	4
Bombeiro voluntário	0	3	0	1
Comandante dos bombeiros	6	15	1	5
Presidente da Liga dos Bombeiros	3	7	2	6
Comandante Nacional da Proteção Civil	1	3	0	0
Comandante Operacional Distrital	1	4	0	2
Comando Operacional de Operações de Socorro	1	2	1	3
Especialistas nacionais em fogos florestais	2	3	1	2
Everjets	0	0	0	1
Ministério da Saúde	0	0	0	1
Ministra da Justiça	0	1	2	3
Ministro da Administração Interna	1	4	2	7
Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	0	0	0	2
Ministro do Planeamento e das Infraestruturas	1	2	0	0
Outros especialistas	3	8	3	8
População	0	2	0	2
Presidente da República	0	2	1	4
Primeiro Ministro	2	3	0	0
Proteção Civil	8	17	3	6
Vice Presidente	0	1	1	2
Estudos e relatórios	48	129	48	124
Falar com a população	32	107	6	22
Informativo	24	46	22	61
Opinião do jornalista	19	44	31	71
Página da Internet	97	224	38	96

Depois de outubro, as notícias fazem referência aos distritos afetados pelos incêndios, aos planos de apoio aos municípios e às consequências materiais e humanas das localidades. Algumas delas, esquecidas, em consequência do abandono rural, mas que com os incêndios deste ano começaram a ser alvo de atenção e ajuda.

“Várzeas, Pobrais, Nodeirinho, Barraca da Boavista, Vila Facaia ou Travancinha eram até este Verão apenas lugares do esquecimento a que Portugal votou o seu território interior. O fogo e a destruição que causou impuseram o seu regresso ao mapa.” Público 17 de dezembro de 2017

Como expectável, os distritos e os municípios são os mais referenciados por ambos os jornais, no entanto, as notícias em termos nacionais também ganharam notoriedade, pois as medidas na prevenção e combate não devem apenas ser tomadas no âmbito local, regional e distrital, mas, também, no âmbito nacional (Tabela 58).

“(…) também os outros de territórios, felizmente não atingidos por estes dramas, deviam ir lá para assim poderem compreender o esforço nacional que vai ser necessário, nomeadamente em termos financeiros.” Correio da Manhã 17 de novembro de 2017

Tabela 58- Escala territorial das notícias depois de outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Localização	Correio da Manhã		Público	
	Depois de Outubro	Total	Depois de Outubro	Total
Freguesia	17	46	12	27
Distrito	249	795	94	248
Localidade	15	37	10	24
Município	294	806	149	475
Nacional	3	9	4	12

Após os catastróficos acontecimentos do ano de 2017, depois de outubro, as notícias analisadas faziam referência a novas medidas, estratégias e planos para o combate aos incêndios no futuro.

Assim, os principais agentes apontados pelo Correio da Manhã para uma prevenção mais eficaz são os militares, o Governo (quando criadas medidas que visem uma rápida resposta aos incêndios) e a Proteção Civil (na mobilização de meios para o ano seguinte). Já para o jornal Público são o Governo (mobilização de meios), a Proteção Civil (alerta para o risco de incêndios) e as autarquias (Tabela 59).

“O Governo pretende que o modelo a criar garanta “o cumprimento das missões das Forças Armadas e da ANPC, nomeadamente as missões de âmbito estritamente militar” e as relacionadas com a prevenção, o combate a incêndios rurais (...).” Correio da Manhã 14 de dezembro de 2017

“O Governo prometeu várias medidas, mas não haverá uma revolução em 2018. Prevenção e mudanças estruturais no dispositivo de combate demorarão anos a implementar.” Público 27 de dezembro de 2017

Tabela 59- Prevenção depois de outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Prevenção	Correio da Manhã		Público	
	Depois de Outubro	Total	Depois de Outubro	Total
Associações e Organizações	0	1	0	1
Autarquia	6	18	3	10
Bombeiros	3	9	1	4
Empresas	0	1	0	0
GNR	4	12	1	5
Governo	9	23	8	24
IPMA	0	2	0	0
Militares	11	31	1	8
PJ	1	2	0	0
Populares	2	6	1	2
Proteção Civil	8	20	6	19

Depois de outubro, começaram as investigações, as suspeitas e as detenções relacionadas com os incêndios de junho e outubro. Enquanto que para o Correio da Manhã as principais menções sobre as causas correspondem às indiretas estruturais, para o Público são as ambientais – (Tabela 60).

As causas naturais com maior ênfase (indo de encontro com os períodos anteriormente estudados) são o aumento da temperatura, as condições meteorológicas adversas e o vento forte. As estruturais prendem-se com as falhas no Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança, as descargas elétricas, a má gestão florestal e o abandono das zonas rurais. Ambas as tipologias das causas estão interligadas pois com o abandono deste tipo de territórios, como vimos no capítulo 2.3., há um aumento de vegetação substancial que com condições atmosféricas adversas provocam condições propícias à deflagração e propagação de incêndios.

“São habitualmente referidas causas diversas, desde os interesses ligados aos “negócios” da madeira ou dos meios aéreos de combate, até às deficiências do sistema proteção civil, mas penso que não chegam para explicar o fenómeno. A razão de fundo é que no último meio século o “mundo rural” sofreu uma transformação profunda, que potenciou o desenvolvimento dos fogos florestais.” Público 13 de novembro de 2017

“É apontada como causa provável dos incêndios principais a falta de manutenção da faixa de proteção de uma linha elétrica existente nos locais de origem dos mesmos.” Público 19 de novembro de 2017

Quanto às causas diretas humanas, estas dividem-se em crime e negligência. As principais causas apontadas por estes meios de comunicação e pelos autarcas são o crime devido às propagações em locais estratégicos, ou seja, de difícil acesso pelo meio terrestre, fazendo com que apenas os meios aéreos as possam combater, o que nem sempre é possível, sendo mais tarde apontadas as falhas nos meios no combate aos incêndios. No entanto, em

relação às causas diretas humanas por negligência, também mereceram atenção por parte das notícias em análise.

“A proteção Civil registou, esta sexta-feira, no distrito de Viana do Castelo, entre as 06h00 e as 18h00, 515 queimadas, mais cerca de uma centena das contabilizadas na quinta-feira, sendo que três terão dado origem a incêndios florestais.” Correio da Manhã 17 de novembro de 2017

Tabela 60- Causas dos incêndios depois de outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Causas	Correio da Manhã		Público	
	Depois de Outubro	Total	Depois de Outubro	Total
Diretas Humanas	24	82	10	33
Crime	19	67	8	22
Negligência	5	15	2	11
Diretas Naturais	50	255	58	233
Alterações climáticas	0	2	3	14
Aumento da Temperatura	18	70	5	32
Condições meteorológicas adversas	12	56	20	69
Redução da humidade	1	4	4	11
Secas	6	31	7	25
Tempestades	1	11	2	16
Trovoadas	3	14	6	18
Vegetação	1	8	2	16
Vento forte	11	59	9	32
Indiretas Estruturais	53	138	54	259
Abandono das zonas rurais	4	15	5	29
Descargas elétricas	1	5	5	16
Edificações degradadas	0	0	0	1
Eucaliptização	0	4	7	29
Falhas no Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança	36	79	14	107
Falta de Comunicação	0	0	3	8
Falta de limpeza	0	2	4	10
Má gestão florestal	10	26	14	46
Transformação nos usos do solo	2	7	2	13
Indiretas Reacendimentos	14	54	8	46
Humanos	1	5	0	0
Naturais	13	49	8	46

Após os incêndios de outubro terem deflagrado numa altura inesperada, em novembro as notícias ainda referiam o risco de incêndio. Face às reportagens e às notícias que se seguiram aos incêndios de junho e outubro, as notícias publicadas depois deste último mês, continuaram a relatar os acontecimentos em modo cronológico, especificando em parágrafos finais os meios mobilizados, o número de vítimas e feridos e os agentes envolvidos no combate (Tabela 61). Assim, os dois jornais continuavam a dar grande destaque aos meios de combate mobilizados e aos agentes envolvidos, especialmente os bombeiros nos incêndios de junho e outubro e, até mesmo nos incêndios que ainda deflagraram em novembro.

“Os incêndios de Outubro atingiram 27 concelhos da região Centro, provocando 45 mortos e cerca de 70 feridos.” Público 15 de dezembro de 2017

“Ao início da manhã, o incêndio estava a ser combatido por 20 homens, apoiados por seis viaturas das corporações da localidade, dos Voluntários Madeirenses e da Polícia Florestal.” *Correio da Manhã* 09 de novembro de 2017

As ajudas e dificuldades no combate, assim como as estratégias usadas também constituíram um especial enfoque, principalmente quando eram reportados os relatórios, notícias essas em que a opinião do jornalista tinha grande destaque.

“O incêndio ainda ativo deflagrou na Fonte Cruzada, Ribeira Brava, num local de difícil acesso.” *Correio da Manhã* 09 de novembro de 2017

Tabela 61- Combate aos incêndios depois de outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Combate	Correio da Manhã		Público	
	Depois de Outubro	Total	Depois de Outubro	Total
Agentes envolvidos no combate	382	1117	153	397
ICNF	0	1	0	0
Populares	15	58	3	8
Profissionais	367	1058	150	389
Autarquia	0	1	0	0
Bombeiros	355	1025	145	373
Acidentes	14	55	10	21
Dias de combate	4	30	5	13
Horas de combate	13	31	6	13
Número de operacionais	324	909	124	326
GNR	3	8	1	1
Militares	6	17	4	13
PJ	0	1	0	1
Proteção Civil	2	5	0	1
PSP	1	1	0	0
Ajudas no combate	39	91	14	47
Dificuldades no combate	48	116	24	59
Estratégias	33	73	12	29
Meios de combate	464	1076	180	434
Aéreos	139	376	62	147
Número de meios aéreos	124	338	57	138
Tipo de meios aéreos	15	38	5	9
Aquisição	0	8	1	18
Custos da aquisição	0	6	2	19
Terrestres	325	686	118	250
Número de meios terrestres	322	678	118	250
Tipo de meios terrestres	3	8	0	0

Relativamente às consequências ambientais, o Correio da Manhã centraliza na morte de animais selvagens e na alteração da paisagem enquanto que o jornal Público relata estas consequências quase de forma igualitária (Tabela 62). Quanto à área ardida, aumentaram as referências, pois foram milhares de hectares arditos neste ano, nas mais variadas tipologias de áreas e florestas. Considerando as associações e organizações, as que detém maior

destaque para ambos os jornais continuam a ser as associações de vítimas que direcionam o apoio às vítimas dos incêndios e as associações ambientalistas que visam a proteção dos ecossistemas e criticam a abusiva plantação de eucalipto.

“(…) entre o início do ano e o final do mês passado, arderam em Portugal mais de 440 mil hectares de floresta e povoamentos — o que corresponde a quatro vezes mais do que a média registada nos dez anos anteriores.” Público 10 de novembro de 2017

“A Associação que representa os lesados pelos incêndios de 15 de outubro considerou esta terça-feira “ajustada” a atribuição de um valor mínimo de 70 mil euros nas indemnizações por morte, mas lamentou atrasos na avaliação da tragédia.” Correio da Manhã 28 de novembro de 2017

Nas consequências económicas, em ambos os jornais, as empresas são as mais afetadas, tendo colocado vários postos de trabalho em risco e o aumento da taxa de desemprego. Devido aos hectares ardidos, a agricultura foi uma das principais atividades económicas mais prejudicadas.

“Fogos de 15 de Outubro atingiram 430 empresas e cinco mil emprego.” Público 24 de novembro de 2017

“(…) outra por causa da perda de produção para recuperar o potencial produtivo perdido nos incêndios.” Correio da Manhã 03 de novembro de 2017

Face a estas consequências, os prejuízos diretos foram enormes, tendo custado ao Estado e à União Europeia milhões de euros em investimentos e financiamentos.

“Os prejuízos estimados atingem os 264 milhões.” Público 24 de novembro de 2017

“Governo vai investir 16 milhões em veículos para sapadores e vigilantes florestais.” Correio da Manhã 02 de novembro de 2017

Tabela 62- Consequências ambientais, área ardida, associativas e organizativas e económicas depois de outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Consequências	Correio da Manhã		Público	
	Depois de Outubro	Total	Depois de Outubro	Total
Ambientais	46	107	42	103
Alteração da paisagem	9	22	9	24
Animais feridos	4	9	3	5
Cheias	1	2	3	4
Desproteção do solo	2	5	3	6
Destruição da fauna e flora	4	13	5	14
Destruição de áreas protegidas	3	8	5	14
Emissão de CO2	0	0	5	13
Morte de animais selvagens	12	25	4	11
Poluição	6	11	3	5
Qualidade da água	5	12	2	7
Área Ardida	267	616	130	329
Área ardida (hectares)	143	334	102	251
Tipo de área	87	198	21	58
Tipo de floresta	37	84	7	20
Associativas e Organizativas	8	25	9	26
Associação Portuguesa de Seguradores	0	0	1	4
Associação Proteção e Socorro	0	1	0	0
Associações Ambientalistas	2	7	4	10
Associações das vítimas	6	17	4	11
Associações de Produtores Florestais	0	0	0	1
Económica	101	240	57	123
Agricultura	12	26	6	18
Alterações Climáticas	1	2	2	4
Empregos em Risco	1	2	3	5
Empresas afetadas	44	107	13	26
Investimentos no pós incêndio	7	19	4	8
Internacionais	2	5	1	1
Nacionais	5	14	3	7
Manutenção das florestas	0	1	0	1
Prejuízos diretos	33	76	27	57
Turismo	3	7	2	4

No que se refere às consequências humanas, os dois jornais atribuem-lhes destaque, com especial ênfase para o número de vítimas e para os feridos, referenciado que este fora o ano com o maior número de vítimas (Tabela 63).

E, por fim, as consequências nas infraestruturas com destaque evidente para as casas destruídas e evacuadas, as estradas cortadas e as aldeias ameaçadas.

“A perda de mais de 115 vidas, a devastação de cerca de 500 mil ha, a destruição de centenas de casas, instalações industriais e empresariais, com o leque de efeitos sociais, ambientais e económicos que trouxe, parece que finalmente despertou a sociedade para a relevância do problema dos incêndios florestais.”
Público 19 de novembro de 2017

Tabela 63- Consequências humanas e nas infraestruturas depois de outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Consequências	Correio da Manhã		Público	
	Depois de Outubro	Total	Depois de Outubro	Total
Humanas	323	777	174	421
Danos Psicológicos	7	16	6	17
Desaparecidos	4	11	5	12
Evacuação da população	49	106	29	64
Feridos	134	313	54	139
Número de vítimas mencionado	106	261	75	176
População desalojada	21	64	3	8
Saúde	2	6	2	5
Infraestruturas	350	806	119	302
Abastecimento de água	4	12	1	3
Abastecimento de Eletricidade	11	23	2	6
Aldeias ameaçadas	45	107	18	43
Barracões destruídos	1	2	1	1
Carros queimados	0	9	0	1
Casas destruídas e evacuadas	105	240	31	88
Escolas danificadas e evacuadas	12	34	5	15
Estradas Cortadas	148	319	57	129
Hotéis evacuados	1	4	0	0
Igrejas destruídas	0	1	0	0
Linhas ferroviárias cortadas	13	30	2	10
Parques de Campismo destruídos	1	3	0	0
Património destruído	0	0	1	3
Posto de combustível ameaçado	3	5	0	0
Praias evacuadas	0	0	1	2
Racionalização de serviços	0	1	0	0
Rede Viária	0	1	0	0
Viaturas bombeiros queimadas	6	15	0	1

Após as especulações e suspeita de mão criminosa nos incêndios deste ano, as notícias começaram a aumentar sobre este tema, evidenciando os seus antecedentes, os dados estatísticos, os motivos, o perfil dos incendiários e os recursos que este usou para atear o fogo. Após os incêndios de junho estas notícias tornaram-se cada vez mais frequentes em ambos os jornais. O Correio da Manhã dá especial atenção ao perfil do incendiário e os seus motivos, não se referenciando os meios usados.

“Homem de 53 anos decidiu incendiar floresta para comprar madeira a preço mais baixo.” Correio da Manhã 01 de Novembro de 2017

Já o Público fazia uma análise mais generalizada, mas não evidenciando os antecedentes (Tabela 64).

“Homem detido a atear fogo com isqueiro num mato em Paços de Ferreira.” Público 01 de novembro de 2017

Tabela 64- Características dos incendiários reportadas nos jornais Correio da Manhã e Público depois de outubro de 2017

Incendiários	Correio da Manhã		Público	
	Depois de Outubro	Total	Depois de Outubro	Total
Antecedentes	14	33	4	11
Dados Estatísticos	14	38	16	34
Motivos	31	80	13	34
Perfil do Incendiário	35	83	12	25
Recursos	5	16	10	29

Aliadas às notícias relacionadas com os incendiários ao seu perfil, surgem as ações legais, ou seja, todas as acusações, detenções, interrogatórios, julgamentos e penas aplicadas. Algumas referem-se até a pena de libertação por parte dos tribunais, mas sempre com uma pena aplicada, ainda que ligeira pelo crime que foi cometido.

“(…) Tribunal de Barcelos decidiu libertar o madeireiro, de 53 anos, sobre quem recaem suspeitas de cerca de uma dezena de fogos florestais – com vista a favorecer o seu negócio. Tem de se apresentar duas vezes por semana à GNR.” Correio da Manhã 01 de novembro de 2017

No entanto, as detenções são notórias tanto para o jornal Correio da Manhã como para o jornal Público (Tabela 65).

“Detidos dois suspeitos de fogos florestais em Pinhel e Vila Flor.” Público 09 de novembro de 2017

Tabela 65- Ações legais depois de outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Ações Legais	Público		Correio da Manhã	
	Depois de Outubro	Total	Depois de Outubro	Total
Acusações	13	35	31	89
Detenções	57	151	88	363
Interrogatórios	8	20	20	64
Julgamentos	2	6	4	23
Penas Aplicadas	11	45	41	110

Com o fim de mais uma temporada de incêndios num ano tão atípico, era altura do Governo tomar medidas que visassem a recuperação dos territórios. O Correio da Manhã reforça os apoios dados pelas autarquias e pelo Governo, em que muitas vezes referiu que o primeiro passo teria de ser dado pelas autarquias pois eram quem melhor conhecia os próprios territórios. Já o Público referencia os apoios dados pelos Fundos de Apoio e pelo Governo (Tabela 66).

“Estas "operações imediatas" estão a ser realizadas com recursos autárquicos, mas o município vai candidatar-se a apoios do Governo para este tipo de ações e para "intervenções de maior dimensão", cujas situações estão a ser estudadas.” Correio da Manhã 27 de novembro de 2017

“Foi aprovada ainda (com o voto contra do PSD e a abstenção do PCP) a concessão de empréstimos do Fundo de Apoio Municipal aos municípios afectados pelos incêndios para apoiar as famílias cujas habitações não permanentes tenham sido danificadas ou destruídas pelos incêndios de grandes dimensões, numa dotação limite de 10 milhões de euros.” Público 24 de novembro de 2017

Relativamente às estratégias legais, as que são tomadas pelas autarquias face à reconstrução no pós-incêndio são aquelas que são mais referenciadas pelos dois jornais, com o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais a merecer também atenção por parte do Correio da Manhã e com a recuperação dos solos a ganhar relevância por parte do jornal Público devido necessidade de estabilizar os solos nas áreas ardidas.

“As alterações mereceram o acolhimento da tutela e vão ser já aplicadas no Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais [DECIF] de 2018 e 2019 (...).” Correio da Manhã 12 de dezembro de 2017

“Câmara promove acções de estabilização de solos em áreas ardidas.” Público 12 de dezembro de 2017

Tabela 66- Apoios e Estratégias Legais depois de outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Planos e Estratégias	Correio da Manhã		Público	
	Depois de Outubro	Total	Depois de Outubro	Total
Apoios	24	63	15	46
Autarquias	9	23	2	5
Comunitários	3	6	1	3
Fundos de Apoio	2	3	6	17
Gabinete de Apoio ao Empresário e Agricultor	0	1	0	0
Governo	9	22	3	7
Ministério da Agricultura	1	3	0	5
Segurança Social	0	1	2	5
União Europeia	1	4	1	4
Estratégias legais	29	90	31	73
Autarquias	21	54	16	41
Alterar regime do fogo	0	2	0	0
Diminuir área ardida	1	2	0	1
Diminuir risco de incêndio	0	5	0	2
Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais	3	8	0	3
Reconstrução pós-incêndio	12	23	6	17
Recuperação dos solos	0	0	4	10
Rede de Defesa da Floresta contra Incêndios	2	4	3	3
Rede Digital Integrada de Serviços	1	1	0	0
Tratamento das florestas	2	9	3	5
Governo	7	33	11	25
Administração Interna	0	3	2	3
Assembleia da República	0	0	3	8
Conselho de Ministros	1	2	4	9
ICNF	1	5	0	0
Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	1	6	1	3
Ministro do Ambiente	0	2	0	0
Ministro do Planeamento	0	2	0	1
Presidente da Câmara	1	1	0	0
Presidente da República	1	5	1	1
Primeiro Ministro	2	6	0	0
Tribunal de Contas	0	1	0	0
Organizações Ambientais	1	3	4	7

Com isto a acontecer, começaram a ser criadas, ao longo deste período, medidas institucionais que visam a prevenção dos incêndios nos anos seguintes, algo que custou milhões de euros, segundo os meios de comunicação (Tabela 67).

“Prevenir incêndios e indemnizar vítimas custará 186 milhões.” Público 23 de novembro de 2017

Assim, as principais medidas referenciadas por ambos os jornais foram a reforma urgente da floresta e a limpeza dos terrenos por parte dos proprietários florestais.

“Vão ser precisas pessoas para implementar as reformas num interior desertificado.” Público 02 de novembro de 2017

Em contexto de combate, há uma urgência no melhoramento do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais. Em relação às medidas económicas, ambos os jornais referenciam os orçamentos como principal medida para se entender os prejuízos e os custos com a recuperação. Em termos políticos, o Correio da Manhã foca-se nas investigações aos incêndios e nos apoios do governo, enquanto que o Público se centra particularmente nas investigações (30 referências) e na produção de relatórios.

“Relatório denuncia socorro falhado no fogo de Pedrógão.” Correio da Manhã 29 de novembro de 2017

“Relatório aos fogos de Outubro será complemento ao de Pedrógão.” Público 15 de dezembro de 2017

Quanto às medidas sociais, estas prestam especial enfoque na necessidade de existirem mais campanhas de sensibilização populacional. E, por fim, as medidas para o território que visam promover uma gestão mais eficaz e eficiente.

“(…) o ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, recordou que o Governo vai avançar com vários programas de sensibilização e campanhas de informação daquilo que as pessoas podem e devem fazer para estarem mais capacitadas para responder aos incêndios.” Correio da Manhã 26 de novembro de 2017

Tabela 67- Medidas institucionais e Planos depois de outubro de 2017 nos jornais Correio da Manhã e Público

Planos e Estratégias	Correio da Manhã		Público	
	Depois de Outubro	Total	Depois de Outubro	Total
Medidas institucionais	119	212	182	337
Ambientais	13	33	23	63
Biodiversidade	0	1	0	1
Limpeza dos terrenos	4	11	2	7
Reforma da Floresta	9	21	21	55
Combate	11	27	19	39
Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais	7	17	8	18
Fases de Combate	2	7	9	19
Grupo de Análise e Uso do Fogo	0	0	1	1
Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro	2	3	1	1
Económicas	7	17	12	20
Emprego	1	1	3	4
Orçamentos	6	16	6	11
Recursos Naturais	0	0	3	5
Políticas	54	120	80	173
Apoios do Governo	12	36	10	30
Comissão Independente	7	17	12	24
Estado de Calamidade	12	30	5	12
Estado de contingência	3	3	0	0
Estado de Emergência	4	7	0	0
Investigações	13	22	30	58
Mecanismo Europeu de Proteção Civil	1	1	0	0
Relatórios	2	4	23	49
Sociais	6	15	3	9
Campanhas de sensibilização	3	9	2	4
Linha Nacional de Emergência Social	2	4	1	4
Sistema de Mobilidade	1	2	0	1
Território	6	15	14	33
Banco de Terras	3	8	2	3
Gestão Florestal	3	7	11	28
Lei de Bases da Política Florestal	0	0	1	2
Planos	22	58	31	72

Como já foi analisado em períodos anteriores, seguem-se as palavras mais usadas nos dois jornais no período temporal: depois de outubro (Figura 16 e Figura 17). Ao olhar para as duas nuvens de palavras, são visíveis todas as palavras fulcrais que definem este ano. Talvez o Correio da Manhã seja o mais transparente relacionado com os incêndios, pois procura sempre transmitir as emoções das populações e atualizar o estado dos incêndios ao minuto e o Público mais formal, sempre centralizado nas medidas, nos relatórios, no governo.

A palavra mais usada em ambos os jornais é **incêndios**, talvez aquela que melhor define este ano. Curiosamente inesperado, quatro das palavras mais usadas pelo Correio da Manhã são **fogos**, **combate**, **milhões** e **euros**. Palavras essas que demonstram uma das principais consequências deste ano e uma das principais preocupações por parte do

Governo, ou seja, os milhões de euros que foram gastos nos incêndios rurais, quer na sua prevenção, no seu combate ou na sua recuperação. Ainda num passado muito recente surgem as palavras **Pedrógão**, **junho** e **outubro** que mesmo já tendo passado umas semanas, ou no caso de Pedrógão, alguns meses, as suas consequências ainda se encontram bem visíveis. As restantes palavras prendem-se com questões mais sociais, ou seja, as **vítimas**, os **bombeiros** que inevitavelmente serão sempre falados pois não os que estão na linha da frente do combate, os **meios** mobilizados (sejam eles terrestres ou aéreos), os **feridos**. E por último, uma questão ambiental pertinente, a referência aos **hectares** ardidos que tanto foi mencionado em todas as notícias.

O jornal Público surge numa vertente mais política. As principais palavras a surgir são **Governo** (que em alguns momentos era enaltecido pelas suas ações e noutros era criticado por não tomar uma posição severa), **2017** (por ser o ano em estudo e um dos mais trágicos até à data), **vida** (pelas vidas perdidas, quer mortalmente, mas os bens que foram construídos durante uma vida inteira e que muitas pessoas viram destruídos em questões de segundos), **milhões** e **euros** (os milhões de euros em financiamentos e investimentos pelas mais variadas entidades) e depois, um conjunto de palavras interligadas: **conhecimento**, **resposta**, **dúvidas** e **mudanças**. Este ano, foi particularmente traçado por inúmeras dúvidas que foram surgindo, desde se seríamos capazes de ultrapassar esta catástrofe, se íamos conseguir erguer os territórios e apoiar todas as vítimas ou se teríamos um **Estado** suficientemente forte e capaz de resolver estes problemas. No entanto, depois de tantas críticas feitas ao longo do ano, consegui perceber que era altura de mudanças no paradigma **florestal**. E os meios de comunicação, entram como uma interligação entre o Governo e a população, através da transmissão dos acontecimentos e dos conhecimentos que ia obtendo.

Figura 16- Palavras mais frequentes depois de outubro no jornal Correio da Manhã



Figura 17- Palavras mais frequentes depois de outubro no jornal Público



Capítulo 6. Principais conclusões e Limitações

6.1. Principais Conclusões

A presente dissertação teve como objetivo principal analisar a forma como os meios de comunicação social veicularam os incêndios rurais de 2017, tendo por base a recolha de notícias do Correio da Manhã e do Público (1451 notícias), dois jornais com características diferentes e públicos-alvo igualmente diferentes. Sendo este o tema central e o principal objetivo, procedeu-se a uma análise de conteúdo das notícias sobre os incêndios florestais em 2017 nos referidos jornais. Primeiramente procedeu-se a uma análise geral e depois uma análise dividida em três momentos principais: antes de junho, entre junho e outubro e depois de outubro, procurando revelar três momentos distintos no tratamento dos incêndios por aqueles jornais.

A revisão bibliográfica permitiu uma compreensão aprofundada sobre a temática desta investigação, através de uma perceção das transformações no uso do solo, das causas e consequências dos incêndios e como os acontecimentos sobre os incêndios florestais se transformavam em notícias para, assim, se fazer uma maior articulação com aquilo que era reportado pelas narrativas dos meios de comunicação. Desta forma, neste capítulo pretende-se sintetizar o conhecimento teórico obtido e destacar as principais conclusões do trabalho empírico, articulando ambas as partes.

Numa primeira parte, foram apresentadas importantes conceitos e sucessões relativas aos incêndios em Portugal. Começando, pelas alterações nos usos do solo até floresta que temos na atualidade, foi possível perceber que esta tem sido alvo de diversas opiniões e estudos. No entanto, o abandono das áreas rurais constituí um facto comum entre esses estudos, sendo a principal razão apontada para essas alterações e uma das causas apontadas pelos meios de comunicação no trabalho empírico. Foram também analisadas, as causas e as consequências dos incêndios com diferentes perspetivas por diversos autores. A codificação das causas (de acordo com o ICNF) era feita segundo quatro tipos, sendo em 2012 adicionada a tipologia de reacendimentos devido às falhas no combate, nomeadamente nas fases de vigilância e rescaldo. Relativamente às consequências, surgiram duas com especial destaque: as ambientais e as socioeconómicas. Neste sentido, constatou-se que os incêndios traziam múltiplas consequências não só em termos de poluição e mudanças nos solos, mas também em termos sociais (vítimas mortais e feridos) e ao nível das infraestruturas (casas, escolas, estradas e empresas afetadas).

Por outro lado, realizou-se uma análise da literatura existente sobre os meios de comunicação e os incêndios, focando aspetos como a transformação dos acontecimentos em notícia e o método de seleção das notícias. Os incêndios florestais têm sido um tema bastante abordado pelos meios de comunicação pela sua componente atrativa, pois têm presente todos os critérios de noticiabilidade teorizados por Traquina (2008), aliados a fortes imagens e apostando numa intensa especulação sobre o fenómeno.

Na metodologia de investigação utilizado no estudo empírico deste projeto, foi adotada uma dualidade de perspetivas por parte de dois jornais - Correio da Manhã e Público – durante o ano de 2017 para mais tarde ser elaborada uma análise comparativa entre ambos.

No estudo empírico desta investigação, como fora mencionado no capítulo 4, foram recolhidas notícias dos dois jornais, segundo palavras-chave, a criação de categorias de análise e em que o suporte metodológico assentou nas técnicas de análise de conteúdo. Deste modo, foi possível constatar que existiram dois momentos principais nesse ano e, por isso, a análise dos resultados teria de ser dividida em três momentos, como foi mencionada no primeiro parágrafo deste capítulo.

Relativamente à análise dos dados, foram apresentados os resultados de duas formas: num período geral e dividido em três períodos temporais. Foram identificados três tipos de análise: segundo a frequência na ocorrência de palavras, no cruzamento de referências e, por fim, numa análise comparativa. Em termos gerais, como já foi referido, ressaltaram dois eventos: os incêndios de junho e os incêndios de outubro. Esses eventos foram avassaladores em Portugal, quer pela sua ardida e pelo número de vítimas, sem precedentes no nosso país, quer ainda pelas consequências ambientais e socioeconómicas. Ao analisar as notícias dos dois jornais, pode observar-se, ao longo de 2017, como o fenómeno dos incêndios se tornou um acontecimento mediático e passou a ser estruturante nas notícias sobre os mais diversos temas sociais, especialmente entre junho e outubro e depois de outubro. Cada jornal, a partir dos acontecimentos, foi escrevendo a sua narrativa sobre o fenómeno dos incêndios, configurado por interesses políticos, ambientais e sociais e que vão de encontro com o enquadramento teórico feito. Quanto aos interesses políticos, Kroepseh (2008) teoriza que quando começam a surgir sucessivos incêndios (como fora o caso de 2003, 2005 e, agora, 2017) começam a ser levantadas questões políticas. Essas “guerras” na política surgiam porque os partidos políticos exigiam atribuir responsabilidades e, para isso, abriam investigações e inquéritos. O jornal onde este facto teve maior visibilidade foi no Público.

Os interesses ambientais, prende-se com o facto de as causas naturais serem apontadas como as principais causas dos incêndios de 2017 nas notícias analisadas. E, por fim, os interesses sociais, considerado o principal foco das notícias desse ano, pois segundo o que foi teorizado por Castilho (2008), esta vertente é uma das razões que fazem com que os meios de comunicação se foquem nas componentes visuais dos incêndios, existindo uma preocupação com opinião pública (em particular incidência no jornal Correio da Manhã).

Analisando a forma como os dois jornais analisados olham para os incêndios, é visível que estes funcionam como um alicerce às populações, no sentido de as informar frequentemente sobre o que está a acontecer, preocupando-se em retratar histórias reais, em perceber o que falhou, atribuindo responsabilidades e responsáveis. E, enquanto que o Correio da Manhã faz um constante acompanhamento noticioso, com repetição frequente das notícias e com texto reduzido, o Público foca-se na realização de grandes reportagens jornalísticas e de frequentes conteúdos de opinião que parecem pretender provocar uma reflexão nos leitores sobre o que deve ser feito, para que fenómenos como os de 2017 não se repitam.

Quando se têm em conta os três períodos de análise, é notório um reduzido número de notícias antes de junho. Neste período, os principais temas noticiados incidiam sobre questões sociais, sendo mais frequentemente abordadas notícias relacionadas com os incêndios do ano anterior, através das ações legais de possíveis incendiários e com o surgimento de incêndios no mês de abril. A partir desta data surge um maior número de notícias devido o surgimento de focos de incêndios (ainda que sejam de fraca intensidade). É notório uma maior importância no foco económico do que no ambiental em ambos os jornais pois Portugal estava ainda a recuperar dos incêndios de 2016 e a receber apoios da União Europeia. No entanto, enquanto que o Correio da Manhã retrata as notícias focando-se na fase de combate e com as detenções dos incendiários, o Público preocupa-se de forma similar nos três momentos do incêndio: antes, durante e depois. As nuvens de palavras apresentadas fundamentam essa diferença, onde o Correio da Manhã concentra-se no incêndio e nos meios diretamente ligados, enquanto que o Público se foca no incêndio, mas procura uma preocupação na investigação dos responsáveis e na exigência de uma reforma florestal.

Entre junho e outubro as notícias conhecem um crescimento substancial, devido a dois acontecimentos que abalaram o país: os incêndios de Pedrógão Grande que fizeram dezenas

de vítimas mortais e centenas de feridos e os incêndios de outubro que ocorreram fora do período habitualmente considerado mais crítico e que provocaram também um grande número de mortos, feridos, afetando igualmente dezenas de empresas, colocando centenas de empregos em risco. Face a este cenário é visível que o foco de incêndio nas medidas tem maior referenciação face o período anteriormente analisado. A Proteção Civil e o IPMA têm um papel preponderante nos comunicados face ao risco de incêndio, sendo que foi noticiado com maior relevância pelo Público que tanto em junho como outubro havia conhecimento das condições meteorológicas e que estas eram propícias à ocorrência de incêndios. Contrariamente ao período analisado e ao jornal Correio da Manhã, o Público aponta como principais causas as indiretas estruturais devido às falhas no SIRESP, à má gestão florestal e às descargas elétricas. As consequências de área ardida também são bastante referidas o que tem provocado uma alteração na paisagem, como foi teorizado por Pereira (2007) quando referia que essa alteração não era apenas provocada pelo abandono rural, mas em consequência dos incêndios. Essa extensa área ardida era mais visível no Norte e Centro do país. O jornal Público fez referência em algumas notícias que algumas dessas zonas nem eram conhecidas ou faladas por estarem em zonas de baixa densidade, mas que com o surgimento de incêndios “ganham visibilidade no mapa nacional”. Situação que surge como resultado ao que está a acontecer nas últimas décadas: a transformação na floresta e nos seus usos, algo provocado pelo Homem e que as notícias em ambos os jornais têm feito referência, não só em notícias informativas, mas também em notícias de opinião.

Depois de outubro, e por referência ao período imediatamente anterior, as notícias não são tão frequentes, mas tendem a enfatizar de forma mais evidente a necessidade de uma reforma florestal e de mudança do paradigma florestal e dos incêndios, sendo visível um aumento na referenciação da reforma florestal na categoria “objetivo da notícia”. Contrariamente aos dois períodos anteriormente analisados, a maior referenciação à fase da notícia em que são reportados os incêndios, é depois do fogo. Este facto prende-se com a preocupação na recuperação do país face às consequências que surgiram. As entrevistas são dos recursos mais usados nas notícias e surgem referência a debates que são feitos no Parlamento para se decidirem quais as medidas a tomar, as estratégias e planos.

Em suma, é notório uma forte preocupação por ambos os jornais em que o foco das notícias é social, quando após os incêndios da Madeira em 2016 ou os incêndios de Pedrógão Grande em junho, esse foco devia ser na prevenção dos incêndios. Sendo que todos os anos,

as notícias reportam as graves consequências dos incêndios. Outro fator importante, prende-se com a fraca ou inexistente visibilidade do jornalismo ambiental, pois segundo o capítulo 3, relativamente aos meios de comunicação e os incêndios, Sousa (2008) refere que a vertente ambiental mereceu especial atenção pelos meios de comunicação nos anos 2000, mais concretamente nos anos de 2003 e 2005. No entanto, de acordo com as notícias analisadas em 2017, essa importância não é visível.

6.2. Limitações

O presente estudo apresenta algumas limitações em consequência de decisões tomadas ao longo da realização do projeto. Uma das dificuldades em obter um maior e melhor resultado em termos de dados prende-se com o período temporal estabelecido, pois as notícias referentes ao ano de 2017 são ainda reportadas em 2018. Esta limitação deveu-se, essencialmente, por ter sido decidido que apenas seria analisado o ano de 2017. Após a realização do trabalho, concluiu-se que seria fundamental e enriquecedor abranger o período de análise ao ano seguinte.

Outra limitação identificada consiste no facto de existirem poucos estudos sobre o tema em análise.

Por outro lado, outra limitação observada passou pela falta de uma análise cruzada para o mês de junho e outubro, sendo considerados os dois eventos primordiais deste estudo. Com a realização desta, seria possível uma análise pormenorizada, onde certamente seriam evidenciadas diferenças como foram obtidas na nuvem de palavras.

Apesar das limitações identificadas, e de outras que poderão ser apontadas, o presente estudo permitiu ter uma perceção das principais diferenças na abordagem dos dois jornais face ao fenómeno dos incêndios em termos gerais e em períodos específicos.

Capítulo 7. Referências Bibliográficas

- Alexandre, J. A. (1998). *Incêndios e ordenamento florestal em Portugal*. Universidade de Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos.
- Almeida, R. (2017). *Energia nuclear na mídia: Jornalismo científico em portais de notícias nacionais*.
- Alves, A., Carvalho, N., Silveira, S., Marques, J., Costa, Z., & Horta, A. (2003). *O abandono da atividade agrícola*. Lisboa.
- Alves, A., Carvalho, N., Silveira, S., Marques, J., Costa, Z., & Horta, A. (2003). *O abandono da atividade agrícola*.
- Alves, A., Pereira, J., & Silva, J. (2007). *A introdução e a expansão do eucalipto em Portugal*.
- Assembleia da República. (19 de Março de 2013). Diário da República n.º 55/2013, Série I de 2013-03-19. *Resolução da Assembleia da República*, pp. 1756 - 1756.
- Baptista, F. (2010). *O Espaço Rural. Declínio da Agricultura*. Oeiras: Celta Editora.
- Baptista, P., Almeida, G., & Tavares, U. (2017). VARIABILIDADE ESPACIAL DE ATRIBUTOS FÍSICOS DO SOLO SOB COLHEITA MECANIZADA DE CAPIM-BUFFEL NO AGRESTE PERNAMBUCANO. *Revista Engenharia na Agricultura - REVENG* 25, 307.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*.
- Bardin, L. (2004). *Análise de Conteúdo*. São Paulo.
- Beighley, M., & Hyde, A. (2018). *Gestão dos Incêndios Florestais em Portugal numa Nova Era — Avaliação dos Riscos de Incêndio, Recursos e Reformas*.
- Bento, L. (2012). *A abordagem televisiva dos incêndios florestais em Portugal. Análise das peças dos noticiários televisivos da RTP e TVI em 2011*. Lisboa.
- BENTO-GONÇALVES, A. V.-L. (2010). A desestruturação do mundo rural e o uso do fogo – o caso da serra da Cabreira (Vieira do Minho). Em *Caminhos nas Ciências Sociais. Memória, Mudança Social e Razão – Estudos em Homenagem a Manuel da Silva Costa* (pp. 87-104). Universidade do Minho, Braga.
- Bezerra, A. (2017). *Onde tem tiroteio: novos critérios de noticiabilidade nas redes sociais*. Rio de Janeiro.
- Bica, A. (2016). A progressiva desertificação humana no norte e centro do país. *Esquerda*.
- Borges, J. (1999). *A actividade dos Florestais*.

- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a Televisão*. Oeiras: Celta Editora.
- Bugalho, M., Ó, A. d., & SILVA, L. (2009). *Incêndios Florestais e Alterações Climáticas*. World Wide Fund.
- Caetano, M., Igreja, C., Marcelino, F., & Costa, H. (2017). *Estatísticas e dinâmicas territoriais multiescala de Portugal Continental 1995-2007-2010*.
- Carmo, R. (2010). A agricultura familiar em Portugal: rupturas e continuidades. *Economia e Sociologia Rural vol.48 no.1 Jan./Mar. 2010*, 9-22.
- Castillo, A. D. (2008). *Incendionario o pirómano: claves para la determinación de la piromanía como causa de los incendios forestales*.
- Catry, F., Bugalho, M., & Silva, J. (2007). *Recuperação da Floresta após o fogo. O caso da Tapada Nacional de Mafra*. Centro de Ecologia Aplicada Prof. Baeta Neves - Instituto Superior de Agronomia, Lisboa.
- CES. (11 de Dezembro de 2017). Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017. *Diário da República n.º 236/2017, 2º Suplemento, Série I de 2017-12-11*, pp. 6584-(54) a 6584-(73).
- Charaudeau, P. (2003). *El discurso de la información: la construcción del espejo social*.
- Clerici, N., Paracchini, M.-L., & Maes, J. (2014). Land-cover change dynamics and insights into ecosystem services in European stream riparian zones. *Ecohydrology & Hydrobiology*.
- Colaço, C. (2006). Os incêndios florestais: O papel dos técnicos florestais (formação) e o contributo do voluntariado ambiental.
- Colombo, F. (1998). *Conhecer o jornalismo hoje: como se faz a informação*. Lisboa: Editorial Presença.
- Cordeiro, A. R. (1990). Paleo-ambientes holocénicos e erosão: interface clima, vegetação, homem. O exemplo do centro litoral português. *Cadernos de Geografia* 9, 61-79.
- Correia-da-Silva, J., Jullien, B., Lefouili, Y., & Pinho, J. (2019). Horizontal mergers between multisided platforms: Insights from Cournot competition. *Journal of Economics & Management Strategy*, 109-124.
- Costa, C., Aguiar, C., Capelo, J., Lousã, M., & Neto, C. (1998). Biogeografia de Portugal Continental. *Quercetea*, 5-56.

- Costa, R., Fraga, H., Fernandes, P., & Santos, J. (Janeiro de 2017). Implications of future bioclimatic shifts on Portuguese forests. *Regional Environmental Change Dordrecht Vol. 17 Edition 1*, pp. 117-127.
- Direção-Geral do Território. (2020). *Uso e Ocupação do Solo em Portugal Continental*.
- Ekayani, M., Darusman, D., & Nurrochmat, D. (Janeiro de 2015). The role of scientists in forest fire media discourse and its potential influence for policy-agenda setting in Indonesia. *Forest Policy and Economics V 68*.
- Fairclough, N. (2013). *Critical discourse analysis: The critical study of language*.
- Felgueiras, J. (2005). *Evolução do risco de Incêndio Florestal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Fernandes, S. (2015). *Incêndios Florestais em Portugal Continental fora do "período crítico". Contributos para o seu conhecimento*.
- Ferrão, J. (2018). Despovoamento em áreas rurais: entre a inevitabilidade e a capacidade de transformação. Em *CULTIVAR - Cadernos de Análise e Prospetiva N.º 11* (pp. 13-19). Lisboa: Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP).
- Ferreira-Leite, F., Bento-Gonçalves, A., Lourenço, L., Úbeda, X., & Vieira, A. (2013). Grandes Incêndios Florestais em Portugal Continental como Resultado das Perturbações nos Regimes de Fogo no Mundo nos Regimes de Fogo no Mundo. *Silva Lusitana, n.º Especial*, 127 - 142.
- Figueiredo, E. (2018). Entre o abandono e o idílio – representações sociais dos territórios rurais em Portugal. Em *CULTIVAR - Cadernos de Análise e Prospetiva N.º 11* (pp. 39-48).
- Filipe, M., & Serralha, N. (22 de Julho de 2015). *Os impactos e consequências dos incêndios florestais*. Obtido de DICAs - Informação da Agricultura e do Desenvolvimento Rural: <https://dica.madeira.gov.pt/>
- Fontcuberta, M. (1999). *A Notícia*.
- FREIRE, S., CARRÃO, H., & CAETANO, M. R. (2002). *Produção de Cartografia de Risco de Incêndio Florestal com Recurso a Imagens de Satélite e Dados Auxiliares*.
- Freitas, M. (2015). *Análise da problemática dos incêndios florestais – Relatório do Grupo de Trabalho – Volume I*. Lisboa: Assembleia da República.
- Garcia, S. (2018). *As Consequências Geohumanas dos incêndios de outubro de 2017 na Região Centro de Portugal*.

- Gaspar, J. (2005). *A gestão da floresta e o planeamento do uso do solo*. Aveiro.
- Gomes, P. (2012). *Incêndios e detidos por crime de incêndio florestal em Portugal*.
- Gonçalves, B. (2006). *Geografia dos incêndios em espaços silvestres de montanha - o caso da Serra da Cabreira*". Tese de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga.
- González-Pelayo, O., Andreu, V., Campo, J., Gimeno-García, E., & Rubio, J. L. (2006). *Hydrological properties of a Mediterranean soil burned with different fire intensities*. Catena.
- Guerra, J. L. (2016). *Guia da Agenda Jornalística (GAJ) na perspectiva de uma proposta de Pesquisa Aplicada em Jornalismo (PAJ)*.
- Guerreiro et al. (2020). *Cardiac intensive care in Portugal: The time for change*.
- ICNF. (2015). *6º Inventário Florestal Nacional*.
- JANIS, I. L. (1982). *O problema da validação da análise de conteúdo*.
- Johnson, E., & Michaletz, S. (2006). *How forest fires kill trees: A review of the fundamental biophysical processes*.
- Joint Research Centre. (2017). *Forest Fires in Europe, Middle East and North Africa 2017*.
- Kroepsch, A. (24 de Setembro de 2017). *Chasing the Flame: Does Media Coverage of Wildfires Probe Deeply Enough?* Obtido de Scientific American : <https://www.scientificamerican.com/>
- Langbecker, A., Castellanos, M., & Matamoros, D. (2019). *What do news-values say about the Brazilian National Health System? Exploring the theoretical-conceptual frameworks of newsworthiness*.
- Lourenço, L. (1991). Aspectos socioeconómicos dos incêndios florestais em Portugal. *Biblos*, 373-385.
- Lourenço, L. (2004). *Manifestações do Risco Dendrocaustológico - Coleção Estudos, 50 Colectâneas*. Coimbra: Edição conjunta: FLUC e NICIF.
- Lourenço, L. (2004). *Risco Naturais e Protecção do Ambiente*. Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais, FLUC, Coimbra: Colectâneas Cindínicas I.
- Lourenço, L., Fernandes, S., Bento-Gonçalves, A., Castro, A., Nunes, A., & Vieira, A. (2011/12). Causas de incêndios florestais em Portugal continental. Análise estatística da investigação efetuada no último quinquénio (1996 a 2010). Em *Cadernos de Geografia n.º 30/31* (pp. 61-80). Coimbra, FLUC.

- Macedo, F., & Sardinha, A. (1993). *Fogos Florestais 1º volume, 2ª edição* .
- Macedo, F., & Sardinha, A. (1993). *Fogos Florestais 2º volume, 2ª edição* .
- Martins, S. (2010). *Incêndios Florestais: Comportamentos, segurança e extinção*. Coimbra.
- McCaffrey, S. (2004). Thinking of Wildfire as a Natural Hazard. Em *Society and Natural Resources, Vol. 17* (pp. 509-516).
- McCombs, M., & Shaw, D. (2005). *The agenda-setting function of the press*.
- Mercier, A. (2006). Logiques journalistiques et lecture événementielle des faits d'actualité. *Hermès, la Revue, n.º 46*, 23-35.
- Mesquita, M. (2003). *Revista Media & Jornalismo, vol. 1, nº1*, 113-139.
- Moreira, F., Catry, F., Rego, F., & Bacao, F. (2010). *SizeDependent Pattern of Wildfire Ignitions in Portugal: When Do Ignitions Turn into Big Fires?* *Landscape Ecology* 25 (9).
- Moreno, J. M. (1998). Global change and Mediterranean-type ecosystems. *Springer*.
- Neveu, É. (2005). *Sociologia do Jornalismo*.
- Novais, A., Lourenço, F., & Baptista, F. (2000). *Portugal (Continente) – Uma Leitura do Rural*. Lisboa.
- Nunes, A. (2002-2004). Uso do solo em Portugal Continental: aspetos gerais da sua evolução. Em *Cadernos de Geografia nº21/23* (pp. 91-103). Coimbra.
- Nunes, A. (2007-2008). Abandono agrícola no Interior Centro de Portugal: implicações na ocorrência de incêndios florestais e nos processos de erosão hídrica. Em *Cadernos de Geografia nº 26/27* (pp. 101-113). Coimbra.
- Nunes, A. (2015). Tendência dos incêndios florestais em Portugal Continental (1980-2014): Que ilações para o planeamento do território? Em L. Lourenço, F. Tedim, & C. Ferreira, *Os incêndios florestais. Em busca de um novo paradigma* (pp. 43-58).
- Nunes, A., & Lourenço, L. (2012). Processos hidrogeomorfológicos intensos na sequência de incêndios florestais em Portugal: análise de estudos de caso. Em B. G. A., & V. A., *Grandes incêndios florestais, erosão, degradação e medidas de recuperação dos solos* (pp. 161-179).
- Nunes, A., Lourenço, L., Fernandes, S., & Castro, A. (2014). Principais causas dos incêndios florestais em Portugal: variação espacial no período de 2001/12. *Territorium 21*, 135-146.
- Paiva, J. (1996). O declínio da floresta em Portugal. *Revista Florestal IX*, 39-43.

- PDR 2020. (s.d.). *Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020*. Obtido de <http://www.pdr-2020.pt/>
- Pedro, C. (2016). *Critérios de Noticiabilidade e jornalismo online: o caso do jornal de notícias*. Coimbra: Relatório de estágio.
- Pedrosa, A., & Pereira, A. (2007). Paisagem cultural das montanhas do Noroeste de Portugal: um ciclo de construção, desestruturação e reconversão. *Territorium*, v. 14, 45-61.
- Peixinho, A. T. (2018). O intelectual, o artista e as massas na cultura portuguesa finissecular. *Estudos do Século XX*, n.º 18, 135-151.
- Peixoto, P. (2002). *Os meios rurais e a descoberta do património*. Centro de Estudos Sociais - Núcleo de Estudos sobre Cidades e Culturas Urbanas.
- Pereira, J. (2006). *Incêndios Florestais em Portugal, Caracterização, Impactes e Prevenção*. Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.
- Pereira, J., Carreiras, J., Silva, J., & Vasconcelos, M. (2006). Alguns conceitos básicos sobre os fogos rurais em Portugal. Em *Incêndios Florestais em Portugal: Caracterização, Impactes e Prevenção* (pp. 133-161). Lisboa: ISAPress.
- Pereira, J., Carreiras, J., Silva, J., & Vasconcelos, M. (2006). *Alguns Conceitos Básicos sobre os Fogos Rurais em Portugal*.
- Pinho, J. (Abril de 2018). Evolução histórica dos organismos no âmbito da administração pública florestal (1824-2012). Em *Cadernos de Análise e Prospetiva CULTIVAR N.º 11 MARÇO 2018* (pp. 81-94).
- Pinto-Correia, T. (1993). Land Abandonment: Changes in the Land Use Patterns around the Mediterranean Basin . Em *Cahiers Options Méditerranéennes* (pp. 97-112). Zaragoza.
- Ponte, C. (2005). *Crianças em notícia: a construção da infância pelo discurso jornalístico (1970-2000)*. Lisboa: ICS: Imprensa de Ciências Sociais .
- Radich, M., & Baptista, F. (2005). Floresta e sociedade: um percurso (1875-2005). *Silva Lusitana* 13(2), 143-157.
- Rego, F. (1984). *Jornalismo empresarial: teoria e prática 2ª edição*. São Paulo: Summus.
- Rego, F. (1992). Land use changes and wildfires. *Responses of Forest Ecosystems to Environmental Changes* , pp. 367-373.
- Rego, F. (2001). Florestas Públicas. *Direção Geral das Florestas e Comissão Nacional Especializada em Fogos Florestais*.

- Rego, F., & Silva, J. (2014). Wildfires and landscape dynamics in Portugal: a regional assessment and global implications. *Forest Landscapes and Global Change: Challenges for Research and Management*, 51-73.
- Ribeiro, A. (2016). Do digital para o impresso: automação e gatekeeper no contrafluxo da tecnologia. *Revista Uninter de Comunicação Volume 4*, 48-59.
- Ribeiro, M. (2014). *Prevenção e deteção de incêndios florestais: análise holística e sistemas tecnológicos*. Porto.
- Rocha, C. (2019). *Unidades de Apoio à Prevenção de Incêndios Florestais e Erosão Hídrica de Solos. Projeto aplicado ao Município de Valongo*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Rolo, J. (2006). *Rendimentos: terra e valores acrescentados das actividades agro-rurais – quantificações e dinâmicas espaciais*. Oeiras: INIAP/EAN/DEEESA.
- Rolo, J., & Cordovil, F. (2014). *Rural, Agriculturas e Políticas*. Venda do Pinheiro: Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local.
- Ross, J. (22 de Janeiro de 2020). *Dez impactos dos incêndios florestais na Austrália*. Obtido de UN - Environment programme: <https://www.unep.org/>
- Santos, J. R. (1992). *O que é Comunicação*. Lisboa: Difusão Cultural.
- Saunders, C., Grasso, M., & Hedges, C. (2018). *Attention to climate change in British newspapers in three attention cycles (1997–2017)*.
- Seruya, F. (2019). *A influência da comunicação digital na decisão e produção jornalística de notícias de desporto. Casos de estudo: o jornal "A Bola" e o jornal "Record"*.
- Shoemaker, P. J. (1996). *Mediating the Message. Theories of Influences on Mass Media Content. 2nd. edition*.
- Silva, E. (2012). *Os incêndios rurais: causas e futuro - Um estudo de caso*.
- Silva, J. S., & Rego, F. (2007). O fogo enquanto factor natural. Em *Proteger a Floresta – Incêndios, pragas e doenças, Vol. VIII, Coleção Árvores e Florestas de Portugal* (pp. 15-39).
- Silva, J. S., Deus, E., & Saldanha, L. (2008). *Incêndios florestais - 5 anos após 2003*. Lisboa: Autoridade Florestal Nacional / Liga para a Protecção da Natureza.
- Silva, J., Ferreira, A., & Sequeira, E. (2007). *E depois do fogo*.
- Smith, J. (2007). *The influence of the media*.

- Smith, J., Andersen, A., Cook, G., Corbett, L., Douglas, M., Eager, R., . . . Woinarski, J. (2007). *Fire frequency and biodiversity conservation in Australian tropical savannas: implications from the Kapalga fire experiment*.
- Soares, J., & Oliveira, T. (2006). Políticas públicas recentes para a protecção da floresta. Em *Incêndios Florestais em Portugal: Caracterização, Impactes e Prevenção* (pp. 495-510). ISAPress: Lisboa.
- Sousa, J. (2008). *A teoria do agendamento e as responsabilidades do jornalista ambiental: uma perspectiva ibérica*.
- Traquina, N. (1993). *As Notícias*.
- Traquina, N. (2002). *Jornalismo*. Lisboa: Quimera.
- Traquina, N. (2005). *Teorias do Jornalismo Volume I Por que as notícias são como são* . Florianópolis: Insular.
- Traquina, N. (2008). *Teorias do Jornalismo, Volume II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular.
- Trejo, D. A. (1996). *Incendios forestales*. Universidad Autónoma de Chapingo. Mundi-Prensa.
- Vélez, R. (1993). High intensity forest fires in the Mediterranean Bassin: Natural and socioeconomic causes. *Disaster Management*, 16-21.
- Verde, J. C. (2008). *Avaliação da Perigosidade de Incêndio Florestal*. Departamento de Geografia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa: Tese de Mestrado em Geografia Física – Especialização em Geografia Física, Recursos.
- Viegas, D. X. (2004). Slope and wind effects on fire propagation. *International Journal of Wildland Fire* , 143-156.
- Viegas, X., Gomes, F., Páscoa, F., Lima, I., Lopes, J., Silva, J., . . . Vasconcelos, T. (2002). *Manual de Silvicultura para a Prevenção de Incêndios* .
- Vieira, P. A. (2006). *Portugal: O Vermelho e o Negro - A verdade amarga e a dolorosa realidade dos Incêndios Florestais*. Lisboa: Dom Quixote.
- Wasige, J., Groen, T., Smaling, E., & Jetten, V. (2013). Monitoring basin-scale land cover changes in Kagera Basin of Lake Victoria using ancillary data and remote sensing. *International Journal of Applied Earth Observation and Geoinformation* 21, 32–42.
- Wolf, M. (1995). *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença.
- Wolf, M. (2003). *Teorias da Comunicação Volume 8*. Lisboa: Editorial Presença.

WWF. (2020). *Living planet report 2020*.

ANEXOS

Anexo I – Grelha de Análise de Conteúdo

Categorias	Sub-categorias	Conteúdo da análise	Sub-categorias		
Objetivo da notícia	Incêndio	Enfoque da notícia nos incêndios, se fazem referência ao número de incêndios, aos incendiários e situação atual referente aos incêndios.	Ocorrência de incêndios	Data	
				Hora	
				Falso Alarme	
				Localização	
			Estado do Incêndio	Conclusão	
				Controlado	
				Curso	
				Descontrolado	
				Dominado	
				Extinto	
				Primeiro Alerta	
				Propagação	
				Rescaldo	
			Resolução		
Número de incêndios					
Falta de Bombeiros					
Falta de Meios					
Falta de Apoios					

			Incêndios Ativos		
			Número de incêndios		
			Número de frentes ativas		
			Risco de Incêndio		
	Medidas	Enfoque da notícia são as medidas.			
	Reforma das florestas	Enfoque das notícias é a reforma das florestas.			
Foco da notícia	Social	Foco da notícia é de cariz social. Verificar se o foco da notícia são as populações afetadas, a necessidade de ter mais bombeiros e por isso, ações de mobilização.	Mobilização de Bombeiros		
			Mobilização de Meios		
			Aldeias evacuadas		
			Apoio às vítimas		
			Apoio aos agricultores		
			Campanhas de sensibilização		
			Casas ameaçadas		
			Estradas Cortadas		
			Lares evacuados		
			Despovoamento		
			População afetada	Desespero da população	
				Retratos Pessoais	
			Envolvimento da população no combate		
			Envelhecimento populacional		
			Incendiários		
			Parques de Campismo evacuados		
Feridos					
Vítimas Mortais					

	Económico	Foco da notícia é de cariz económico. Procurar todas as expressões que fazem referência aos atrasos nos pagamentos às corporações de bombeiros, a necessidade de obtenção de novos equipamentos (compra de novos veículos dos bombeiros, por exemplo) e a gestão de recursos económicos antes, durante e após os incêndios.	Pagamentos em atraso	Pilotos	
				Famílias desalojadas	
			Fraudes		
			Gestão Florestal		
			Indemnizações		
			Novos equipamentos	Veículos de Combate	
			Materiais	Madeira	
				Carros	
				Colmeias	
				Fábricas	
				Casas	
			Infraestruturas		
			Gestão Financeira		
			Financiamentos	Apoios da União Europeia	
				Bombeiros	
	Campanhas de Recolha de Fundos				
	Empresas				
	Governo				
	INEM				
	Instituições				
Recuperação no pós incêndio					
Despesas de combate					
Ambiental	Foco da notícia é de cariz ambiental. Procurar notícias que fazem referência à preservação e conservação da natureza ou da destruição da mesma.	Alterações Climáticas			
		Anti-eucalipto			
		Degradação da paisagem			
		Desflorestação			
		Destruição da fauna e flora			

			Fragilidade do solo		
			Gestão de Combustíveis		
			Poluição do ar		
			Reflorestação		
Recursos	Entrevista	Se a notícia recorreu a entrevistas para a sua elaboração, se falou com a população recolhendo testemunhos, se são notícias que contam com a opinião do próprio jornalista, se se baseia em estudos e/ou relatórios feitos e/ou futuros ou é apenas uma notícia meramente informativa com atualizações face ao que vai acontecendo (se aumenta o número de incêndios, vítimas mortas, feridos ou de hectares ardidos).	Bombeiro	Presidente da Liga dos Bombeiros	
				Comandante dos Bombeiros	
				Adjunto do Comandante dos Bombeiros	
				Bombeiro Voluntário	
			Especialistas nacionais em fogos florestais		
			Outros especialistas		
			Ministro da Administração Interna		
			Ministro do Planeamento e das Infraestruturas		
			Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural		
			Ministra da Justiça		
			Ministério da Saúde		
			Comandante Nacional da Proteção Civil		
			Comandante Operacional Distrital		
			Comando Operacional de Operações de Socorro		
			Everjets		
Alunos					
Autarcas					
Presidente da República					

			Vice-Presidente		
			Proteção Civil		
			Primeiro Ministro		
			População		
			Falar com a população		
			Opinião do jornalista		
			Estudos/relatórios		
			Debates		
Localização	Nacional	Verificar a localização em todas as notícias.			
	Município				
	Freguesia				
	Localidade				
Distribuição Temporal	Antes de junho	Perceber em todas as notícias qual a altura do ano em que os incêndios acontecem			
	Entre junho e outubro				
	Depois de Outubro				
Tipologia de notícia	Reportagem	Analisar a tipologia da notícia			
	Crónica				
	Entrevista				
	Notícia				
	Opinião				
Causas	Indiretas	Perceber quais as causas dos incêndios, separando-as	Estruturais	Abandono das zonas rurais	
				Descargas elétricas	

		em causas diretas e indiretas. Procurar em todas as notícias palavras, expressões ou frases que façam referência a como o incêndio foi desencadeado.		Edificações degradadas	
				Eucaliptização	
				Falhas no Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança	
				Falta de Comunicação	
				Falta de Limpeza	
				Má gestão florestal	
				Transformação nos usos do solo	
	Reacendimentos		Naturais		
			Humanos		
	Naturais		Alterações Climáticas		
			Aumento da Temperatura		
			Condições Meteorológicas Adversas		
			Redução da humidade		
			Secas		
Tempestades					
Trovoadas					
Vegetação					
Humanas	Crime				
	Negligência				
Fase da notícia	Pré-fogo	Quando a notícia é reportada. Avaliar a quantidade de notícias que surgem antes do fogo, durante o fogo e após o fogo.			
	Durante o fogo				
	Pós-fogo				
Combate	Meios de combate		Aéreos	Número de meios aéreos	

		Avaliar o conteúdo das notícias relativamente ao combate ao incêndio, por quem é feito, quantos meios são usados (sejam eles humanos ou materiais) e situações que ocorrem durante o combate; e procurar palavras ou expressões que façam referência se o combate aos incêndios é feito através de meios aéreos (aviões, helicópteros...) ou terrestres (humanos ou materiais).		Tipo de meios aéreos		
	Ajudas no combate		Terrestres	Número de meios terrestres		
	Estratégias		Aquisição	Tipo de meios terrestres		
	Dificuldades no combate		Custos da Aquisição			
	Agentes envolvidos no combate		Populares			
			ICNF			
			Profissionais	Militares		
				Autarquia		
				Bombeiros	Número de bombeiros	
					Dias de Combate	
Horas de combate						
Acidentes						
PSP						
PJ						
Proteção Civil						
GNR						
Prevenção	Associações e Organizações	Procurar palavras ou expressões nas notícias que façam referência a quem faz o combate.				
	Autarquia					
	Bombeiros					
	Empresas					

	GNR				
	Governo				
	IPMA				
	Militares				
	PJ				
	Populares				
	Proteção Civil				
Agentes mencionados na notícia	Administração Interna	Procurar palavras ou expressões que façam referência aos agentes envolvidos e que sejam mencionados na notícia.			
	Administração Regional de Saúde				
	Agência Europeia do Ambiente				
	Agentes da autoridade nacional				
	Autarquias				
	Autoridade Marítima				
	Autoridade Nacional de Freguesias				
	Bombeiros				
	Comandante Distrital de Operações de Socorro				
	Comandante dos Bombeiros				
	Comandante Operacional Distrital				
	Comandante Operacional Nacional				
	Comando Distrital de Operações de Socorro				
	Comando Nacional de Operações de Socorro				
	Comissão da Agricultura e do Mar				

Comissão Europeia			
Comunidade Intermunicipal			
Conselho de Ministros			
Exército			
Gabinete de Crise			
GNR			
INEM			
Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas			
Instituto Português do Mar e da Atmosfera			
Juntas de Freguesia			
Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural			
Ministério da Defesa Nacional			
Ministério da Educação			
Ministério das Finanças			
Ministério Público			
Ministro da Agricultura			
Ministro do Planeamento e das Infraestruturas			
NASA			
Organizações ambientais			
PJ			
Presidente da Câmara			
Presidente da Junta de Freguesia			
Presidente da República			

	Presidente do Conselho de Administração Everjets				
	Primeiro Ministro				
	Proprietários Florestais				
	Proteção Civil				
	PSP				
	Quercus				
	Secretário de Estado				
	Secretário de Estado das Florestas				
	Tribunal de Contas				
	Vice-Presidente da Câmara				
Consequências	Ambientais	Procurar notícias que façam referência às consequências dos incêndios, sejam elas de cariz ambiental, cariz económico, valor e tipo de área ardida, humanas, ao nível das infraestruturas.	Alteração da paisagem		
			Animais feridos		
			Cheias		
			Desproteção do solo		
			Destruição da fauna e flora		
			Destruição das áreas protegidas		
			Emissão de CO2		
			Morte de animais selvagens		
			Poluição		
			Qualidade da água		
	Área ardida (hectares)				
	Área Ardida		Tipo de floresta		
	Humanas		Tipo de área		
			Danos Psicológicos		
			Desaparecidos		

			Evacuação da população		
			Feridos		
Infraestruturas			Número de vítimas mencionado		
			População desalojada		
			Saúde		
			Abastecimento de água		
			Abastecimento de Eletricidade		
			Aldeias ameaçadas		
			Barracões destruídos		
			Carros queimados		
			Casas destruídas e evacuadas		
			Escolas danificadas e fechadas		
			Estradas Cortadas		
			Hotéis evacuados		
			Igrejas destruídas		
			Linhas ferroviárias cortadas		
			Parques de Campismo destruídos		
			Património destruído		
			Posto de combustível ameaçado		
			Praias evacuadas		
			Racionalização de serviços		
			Rede Viária		
		Viaturas de bombeiros queimadas			

	Associativas/Organizativas		Associações das vítimas			
			Associação Proteção e Socorro			
			Associações Ambientalistas			
			Associação Portuguesa de Seguradores			
			Associações de Produtores Florestais			
	Económica		Investimentos no pós incêndio	Nacionais		
				Internacionais		
			Manutenção das florestas			
			Empresas afetadas			
			Turismo			
			Prejuízos Diretos			
			Agricultura			
Empregos em Risco						
Incendiários	Antecedentes	Procurar palavras e/ou expressões nas notícias que façam referência aos incêndios, nomeadamente o seu perfil, os motivos das suas ações e dados estatísticos.				
	Dados Estatísticos					
	Motivos					
	Perfil do Incendiário					
	Recursos					
Ações Legais	Julgamentos	Procurar palavras e/ou expressões nas notícias que façam referência às ações legais tomadas quando os incêndios são de origem criminosa.				
	Interrogatórios					
	Detenções					
	Acusações					
	Penas Aplicadas					
Planos e Estratégias	Estratégias legais	Procurar palavras e/ou expressões nas notícias que	Governo	Administração Interna		
				Assembleia da República		

		façam referência aos planos e estratégias adotados durante e após os incêndios e que apoios foram necessários.		Conselho de Ministros	
				ICNF	
				Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	
				Ministro do Ambiente	
				Ministro do Planeamento	
				Presidente da Câmara	
				Presidente da República	
				Primeiro Ministro	
				Tribunal de Contas	
		Autarquias		Alterar regime do fogo	
				Diminuir área ardida	
				Diminuir risco de incêndio	
				Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais	
				Reconstrução pós-incêndio	
				Recuperação dos solos	
				Rede de Defesa da Floresta contra Incêndios	
				Rede Digital Integrada de Serviços	
			Tratamento das florestas		
		Planos		Organizações Ambientais	
	Apoios		Autarquias		
			Comunitários		
			Fundos de Apoio		
			Gabinete de Apoio ao Empresário e Agricultor		
			Governo		
			Ministério da Agricultura		

			Segurança Social		
			União Europeia		
Medidas institucionais			Ambientais	Biodiversidade	
				Limpeza dos terrenos	
				Reforma da Floresta	
			Combate	Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais	
				Fases de Combate	
				Grupo de Análise e Uso do Fogo	
				Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro	
			Económicas	Emprego	
				Orçamentos	
				Recursos Naturais	
			Políticas	Apoios do Governo	
				Comissão Independente	
				Estado de Calamidade	
				Estado de contingência	
				Estado de Emergência	
				Investigações	
				Mecanismo Europeu de Proteção Civil	
			Sociais	Relatórios	
				Campanhas de sensibilização	
				Linha Nacional de Emergência Social	
Território	Sistema de Mobilidade				
	Banco de Terras				
	Gestão Florestal				

				Lei de Bases da Política Florestal	
--	--	--	--	------------------------------------	--

Fonte: Elaboração Própria

Anexo II- Análise Primária das notícias do Jornal Correio da Manhã em 2017

Jornal	Data	Título da notícia	Área Geográfica	Tipo de notícia	Secção do Jornal	Número de páginas	Fotos	Vídeos
Correio da Manhã	17/01/2017	Fogo fora de época mobiliza cerca de 100 bombeiros no Alvão	Alvão	Notícia	Portugal	1	Sim	Não
Correio da Manhã	18/01/2017	Extinto incêndio em mato em Vila Real que deflagrou na terça-feira	Vila Real	Notícia	Portugal	1	Sim	Não
Correio da Manhã	24/01/2017	Câmara de Oleiros investe 413 mil euros na proteção civil e na floresta	Oleiros	Notícia	CM ao minuto	1	Não	Não
Correio da Manhã	25/01/2017	Portugal teve perdas de 6,8 mil ME devido a alterações climáticas de 1980 a 2013	Portugal	Notícia	CM ao minuto	1	Não	Não
Correio da Manhã	25/01/2017	Sessenta bombeiros combateram fogo em Miranda do Corvo	Miranda do Corvo	Notícia	CM ao minuto	1	Não	Não
Correio da Manhã	26/01/2017	Especialista em alterações climáticas critica falta de horizonte de leis florestais	Portugal	Notícia	CM ao minuto	1	Não	Não
Correio da Manhã	08/02/2017	Homem que ateou fogo na Madeira diz estar "muito arrependido"	Madeira	Notícia	Portugal	1	Sim	Não
Correio da Manhã	14/02/2017	Incêndios: Homem que ateou fogo no Funchal em agosto acusado de três crimes de homicídio	Madeira	Notícia	CM ao minuto	1	Sim	Não
Correio da Manhã	17/02/2017	Militares vão ajudar bombeiros a combater fogos	Portugal	Notícia	Correio da Manhã	1	Sim	Não

Fonte: Elaboração Própria

Anexo III- Análise Primária das notícias do Jornal Público em 2017

Jornal	Data	Título da notícia	Área Geográfica	Tipo de notícia	Secção do Jornal	Número de páginas	Fotos	Vídeos
Público	18/01/2017	Incêndio de grandes dimensões atinge Serra do Alvão em Vila Real	Alvão	Notícia	Sociedade	1	Sim	Não
Público	24/01/2017	Bruxelas propõe quatro milhões para cobrir custos de incêndios do Funchal	Funchal	Reportagem	Incêndios Florestais	2	Sim	Não
Público	25/01/2017	Alterações climáticas causaram prejuízos a Portugal de 6,8 mil milhões de euros em três décadas	Portugal	Reportagem	Alterações Climáticas	2	Sim	Não
Público	06/02/2017	Seis áreas críticas da “reforma florestal”	Portugal	Reportagem	Florestas	2	Sim	Não
Público	09/02/2017	Gestão da floresta: dois modelos em alternativa	Portugal	Opinião	Floresta	1	Não	Não
Público	14/02/2017	Homem que ateou fogo no Funchal em agosto acusado de três crimes de homicídio	Funchal	Notícia	Incêndios Florestais	1	Sim	Não
Público	10/03/2017	Marcelo espera “vastíssimo consenso nacional” sobre reforma florestal	Lisboa	Notícia	Incêndios Florestais	1	Sim	Não
Público	17/03/2017	Viana: empresários oferecem 3500 árvores para reflorestar área ardida	Viana do Castelo	Notícia	Ação	1	Sim	Não
Público	07/04/2017	Mais de 40 homens combatem chamas em novo fogo em Mondim de Basto	Mondim de Basto	Notícia	Incêndios Florestais	1	Sim	Não

Fonte: Elaboração Própria